



**INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE**  
**CAMPUS CHARQUEADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E**  
**TECNOLÓGICA**

**GISLAINE GABRIELE SAUERESSIG**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA:**  
**Mapeamento das violências sofridas por mulheres no**  
**Campus Sapucaia do Sul do IFSul**

**Charqueadas, RS**  
**2020**

GISLAINE GABRIELE SAUERESSIG

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA:  
Mapeamento das violências sofridas por mulheres no Campus Sapucaia do Sul  
do IFSul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Charqueadas do Instituto Federal Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof(a). Dra. Daniela Medeiros de Azevedo Prates

Charqueadas, RS

2020

P xxxx Saueressig, Gislaine Gabriele.

Ficha catalográfica para trabalhos acadêmicos / XXXXXXXX. - Charqueadas, 2020.

xxxp.

Monografia (pós-graduação) – Instituto Federal Sul-rio-grandense,  
Campus Charqueadas, Curso de Mestrado Profissional em EPT  
(PROFEPT), Charqueadas, 2020.

Orientadora: Daniela Medeiros de Azevedo Prates

Título 1. Ficha Catalográfica. 2. Método de Estudo. 3. Trabalhos Científicos. I. XXXXXXXX. II.

CDD 001.4

Catalogado por: (Nome da Bibliotecária e Registro no CRB)

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNO-  
LÓGICA**

---

**GISLAINE GABRIELE SAUERESSIG**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA:  
Mapeamento das violências sofridas por mulheres no Campus Sapucaia do Sul  
do IFSul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

(Resultado) em xx de xxx de 2020.  
**COMISSÃO EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Daniela Medeiros de Azevedo Prates  
Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul  
Orientadora

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira.  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Juliana Ribeiro de Vargas  
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

A todas as mulheres trabalhadoras.  
Inclusive àquelas que nunca receberam um salário, mas que produziram a vida inteira, como minhas avós Rovená e Olinda.

## AGRADECIMENTOS

Os homens correm, perseguindo feras.  
As cientistas caminham mais lentamente  
pelo pé da colina  
e descem para a beira d'água,  
até depois de onde o barro vermelho brota.  
Elas levam os filhos nas tipoias que teceram  
e têm as mãos livres para colher cogumelos.  
(Neil Gaiman – tradução livre)

O trecho acima é de um poema intitulado *The Mushroom Hunters*, que fala do alvorecer da ciência e da (muitas vezes) não contada, porém determinante história das mulheres na ciência. Não foram poucas as vezes que li este poema durante minha caminhada como mestrandia, e em todas elas eu me emocionei. E como seria diferente? O poema traz muitos elementos presentes na trajetória dessa dissertação: a observação, a atenção aos marcos do caminho, a identificação do que nos é sagrado e do que nos fere. E o mais importante de todos, a potência feminina que encontro no tema e nas pessoas que estiveram ao meu lado nessa trajetória.

Me emociona também porque vivemos um tempo de profundo desrespeito à ciência e à verdade. O negacionismo científico e a desinformação desafiam, mais do que nunca, a nossa vida e a nossa humanidade. Iniciei a pesquisa sem imaginar que a concluiria em meio a uma pandemia secular, enquanto no Brasil, um governo fascista, incompetente e genocida sucateia a educação e a saúde públicas e ameaça direitos básicos. Assim, não posso deixar de agradecer à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, aos Campi Sapucaia do Sul e Charqueadas, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), e a todas as pessoas que lutam pela ciência, pela educação, e pelo acesso igualitário a elas. Minhas professoras e professores, colegas, companheiras e companheiros, muito obrigada.

Essa dissertação foi escrita a muitas mãos, todas de mulheres fantásticas. Minha orientadora, professora Dra. Daniela Medeiros de Azevedo Prates, que me guiou com afeto, respeito e rigor, e soube inspirar de maneira que eu pudesse dar o melhor de mim. As mulheres que participaram da pesquisa, que compartilharam comigo suas vidas, suas histórias, seus medos e suas ideias, e a quem eu agradeço profundamente. Vocês depositaram em mim uma confiança enorme, me fortaleceram, me ensinaram e me transformaram. Muito obrigada.

Às minhas colegas, minhas amigas, minha irmã, minha mãe, às mulheres que me aproximam da arte, do conhecimento ancestral, que me lembram da potência do fazer com o cérebro e com a alma entrelaçados. Que me aproximam de mim mesma. Muito obrigada.

Ao meu companheiro Esmael, agradeço pela parceria, pelo ombro, pelo abraço que recarrega as energias. Por estar presente. Junto com o Sebastian, a Elvira e a Lupina, vocês são minha família, são fontes e destinos do meu afeto. Bastet nos olha. Amo vocês.

Às professoras Dra. Juliana Ribeiro de Vargas e Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira, pelos conhecimentos compartilhados, pela leitura atenta e pela consideração que tiveram ao ler e contribuir ricamente com o projeto de pesquisa. Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Juventudes e Educação – GEPEJE, pela parceria e pela troca. Às colegas Aline, Margareth e Elisandra, por terem compartilhado comigo tantas vezes o caminho, as angústias e as descobertas. Muito obrigada.

Às pessoas com quem compartilho meus fazeres profissionais, que com certeza acumularam responsabilidades para que eu pudesse depositar minhas energias e meu tempo nessa pesquisa. Ao NUGED e às pessoas especiais que o compõem. À Larissa, que editou o vídeo (Produto Educacional), e a todas as pessoas que me ajudaram nesse processo. Muito obrigada.

E finalmente, às mulheres que pavimentaram os estudos feministas e de gênero, às primeiras bruxas, primeiras feministas, primeiras militantes, às que citei nos referenciais e às que ainda citarei, em outros. Minha gratidão.

Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero  
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço  
Aqui você não entra mais  
Eu digo que não te conheço  
E jogo água fervendo se você se aventurar

Eu solto o cachorro  
E, apontando pra você  
Eu grito péguix guix guix guix  
Eu quero ver você pular, você correr  
Na frente dos vizinhos  
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Mão, cheia de dedo  
Dedo, cheio de unha suja  
E pra cima de mim? Pra cima de muá? Jamé, mané!

Elza Soares  
Canção: Maria da Vila Matilde  
Disco: A Mulher do Fim do Mundo

SOARES (2015)

## RESUMO

Esta dissertação, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, constitui-se em uma investigação de Mestrado cuja problemática incide em analisar relações de gênero no Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul, buscando fomentar formas de atuação perante as desigualdades e violências contra alunas e servidoras do Campus Sapucaia do Sul. Neste estudo, assumimos como escopo de análise a tríade: educação, trabalho e violência contra mulheres, problematizando o papel da escola, em especial dos Institutos Federais, com vistas a uma formação integral no que tange a questões de igualdade de gênero. Trata-se de um tema que assume relevância diante de discursos e práticas que historicamente promovem formas de exclusão e violência contra mulheres. O que, a partir de diferentes e desiguais relações de poder, capilariza-se em diversos âmbitos, inclusive educacionais, sendo a Educação Profissional Tecnológica um espaço propício para a produção e reprodução de desigualdades de gênero, uma vez que aproxima educação, trabalho e tecnologia, áreas socialmente vistas como masculinas. Tal empreendimento ancora-se às interlocuções dos referenciais teóricos sobre Educação Profissional e formação integral (Ciavatta (2008), Frigotto (1988 e 2011), Ramos (2008) e Saviani (1989 e 2007)), gênero e mundo do trabalho (Antunes (1999), Federici (2018 e 2019), Dias (2008), entre outros), e gênero e violência, problematizando o papel da educação, em especial da escola, (Louro (2008, 2012 e 2014), Seffner (2011) e Lins (2016)). A pesquisa foi estruturada em dois eixos: o reconhecimento de leis, diretrizes e documentos organizacionais, de âmbito nacional e institucional, a fim de analisar como se desdobram em ações de combate às desigualdades e violências de gênero no IFSul Campus Sapucaia do Sul, bem como mapeamento e problematização das violências de gênero identificadas na Instituição. Para tanto, a investigação assumiu como procedimentos metodológicos a pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, observações participantes e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa permite inferir que as relações desiguais de poder estão presentes nos mais diversos espaços e contextos da Instituição, e materializam-se em forma de assédios, constrangimentos, desqualificação intelectual e não legitimação das lideranças femininas, além de revitimização através da atuação institucional. Tais ponderações foram organizadas a partir das seguintes categorias de análise: gracejos e silenciamentos, (re)produção institucional de violências, e responsabilidade e ações institucionais de enfrentamento. A partir das análises, desenvolveu-se como Produto Educacional um vídeo informativo, que promove a discussão e a reflexão acerca das violências sofridas pelas mulheres nos contextos institucionais, incentivando à denúncia e priorizando o diálogo em detrimento do silêncio. Além disso, a pesquisa evidenciou a urgência na implementação de uma política institucional ampla, efetiva e de longo prazo, que oriente a conduta em situações de violência de gênero. A construção coletiva de diretrizes e protocolos constitui encaminhamento decorrente da pesquisa, compreendendo um esforço no sentido de fortalecer os caminhos e estruturas institucionais já existentes e de criar novos, de acordo com as necessidades observadas.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal. Gênero. Violência de Gênero. Mulheres.

## ABSTRACT

This dissertation, presented to the Graduate Program in Professional and Technological Education - ProfEPT, constitutes a Master's research whose problem focuses on analyzing gender relations at the Federal Institute of Rio Grande do Sul - IFSul, seeking to foster ways of acting in cases of inequalities and violence against students and workers of the Campus Sapucaia do Sul. In this study, we assumed the scope of analysis as the triad: education, work and violence against women, problematizing the role of the school, especially the Federal Institutes, with a view to comprehensive training in matters of gender equality. It is a topic that assumes relevance in the face of discourses and practices that historically promote forms of exclusion and violence against women. Which, from different and unequal power relations, is capillarized in several spheres, including educational, being Technological Professional Education a favorable space for the production and reproduction of gender inequalities, since it brings education, work and technology closer, areas socially seen as masculine. Such an enterprise is anchored to the interlocutions of the theoretical references on Professional Education and integral training (Ciavatta (2008), Frigotto (1988 and 2011), Ramos (2008) and Saviani (1989 and 2007)), gender and the world of work (Antunes (1999), Federici (2018 and 2019), Dias (2008), among others), and gender and violence, questioning the role of education, especially the school, (Louro (2008, 2012 and 2014), Seffner (2011) and Lins (2016)). The research was structured in two axes: the recognition of laws, guidelines and organizational documents, of national and institutional scope, in order to analyze how they unfold in actions to combat gender inequalities and violence at the IFSul Campus Sapucaia do Sul, as well as mapping and problematizing gender-based violence identified at the Institution. To this end, the investigation took as methodological procedures the documentary research in primary and secondary sources, participant observations and semi-structured interviews. The research allows us to infer that unequal power relations are present in the most diverse spaces and contexts of the Institution, and materialize in the form of harassment, constraints, intellectual disqualification and non-legitimization of female leaders, in addition to revictimization through institutional action. Such considerations were organized based on the following categories of analysis: jokes and silences, institutional (re) production of violence, and institutional responsibility and coping actions. From the analysis, an educational video was developed as an Educational Product, which promotes discussion and reflection on the violence suffered by women in institutional contexts, encouraging denunciation and prioritizing dialogue over silence. In addition, the research highlighted the urgency in implementing a broad, effective and long-term institutional policy that guides behavior in situations of gender violence. The collective construction of guidelines and protocols is a result of the research, comprising an effort to strengthen the existing institutional paths and structures and to create new ones, according to the observed needs.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Federal Institute. Genre. Gender Violence. Women.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos Registros Pedagógicos por ano .....	67
Tabela 2 – Distribuição dos Registros Pedagógicos por curso.....	68

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas na CAPES .....	22
Quadro 2 – Pesquisas selecionadas no LUME .....	24
Quadro 3 - Pesquisas selecionadas na SCIELO.....	25
Quadro 4 – Documentos que compõem o corpus de análise.....	48
Quadro 5 – Entrevistas realizadas para a pesquisa .....	53
Quadro 6 – Método de citação das entrevistadas .....	55
Quadro 7 – Documentos que instituem estrutura, organização e competências das instâncias do IFSul.....	58
Quadro 8 – Instrumentos de produção de dados sobre violências e práticas de acolhimento no Campus Sapucaia do Sul do IFSul .....	59
Quadro 9: Roteiro do produto educacional.....	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONSUP	Conselho Superior
COPED	Coordenadoria Pedagógica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DEPEI	Departamento de Educação Inclusiva
DIRPEI	Diretoria de Políticas de Ensino e Inclusão
EPT	Educação Profissional Tecnológica
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
LBTQI	Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersex
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersex
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NUGED	Núcleo de Gênero e Diversidade
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
OMS	Organização Mundial da Saúde
SARS-CoV-2	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i> (Síndrome Respiratória Aguda Grave)
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
STF	Superior Tribunal Federal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 GÊNERO E VIOLÊNCIA NA ESCOLA: INTRODUÇÃO À DISCUSSÃO E À PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
1.1 Estado da Arte .....	22
1.2 Relevância e justificativa da pesquisa .....	27
1.3 Problema de pesquisa .....	29
1.4 Objetivos.....	30
<b>2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DAS TESSITURAS TEÓRICAS .....</b>	<b>31</b>
2.1 Institutos Federais e a educação integral .....	31
2.2 Gênero nas relações <i>de</i> e <i>com</i> o trabalho .....	33
2.3 Gênero e violência: qual o papel da escola? .....	37
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: NAS TRAMAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....</b>	<b>44</b>
3.1 Pesquisa documental: reconhecimento das práticas institucionais de acolhimento das vítimas .....	47
3.2 Entrevistas: tecendo memórias no tensionamento de práticas de violência de gênero no âmbito institucional .....	49
3.3 Ética na pesquisa: tensionando limites e possibilidades .....	53
<b>4 AS RELAÇÕES INTERMEDIADAS POR QUESTÕES DE GÊNERO: ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>58</b>
4.1 Violência de gênero no âmbito institucional: ditos e interditos nas diretrizes orientativas e organizacionais.....	60
4.2 Cada caso é um caso? Do papel Institucional no combate à violência de gênero.....	65
<b>4.2.1 O gracejo e o silenciamento no exercício de práticas de violência....</b>	<b>69</b>
<b>4.2.2 “Nada afeta, nada toca, são intocáveis!” Do papel institucional na reverberação da violência de gênero .....</b>	<b>81</b>
<b>4.2.3 “Tu quer realmente continuar com isso?” Das práticas de (não)enfrentamento à violência de gênero .....</b>	<b>88</b>
4.3 Tensionando práticas, (re)pensando caminhos .....	97
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>101</b>
5.1 Desafios e redirecionamentos .....	102
5.2 A escolha do vídeo como ferramenta democrática na promoção das discussões sobre violências de gênero .....	103
5.3 Planejamento e desenvolvimento do produto .....	104
5.4 Validação do produto educacional .....	109
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>

<b>APÊNDICE I</b> .....	<b>124</b>
Termo de consentimento para maiores de 18 anos .....	124
<b>APÊNDICE II</b> .....	<b>126</b>
Estrutura das entrevistas .....	126
<b>APÊNDICE III</b> .....	<b>128</b>
Questionário de avaliação do produto educacional .....	128

## 1 GÊNERO E VIOLÊNCIA NA ESCOLA: INTRODUÇÃO À DISCUSSÃO E À PESQUISA

Na busca por uma educação mais igualitária e voltada à população trabalhadora, termos são cunhados e conceitos são necessários para projetar ideias e transformá-las em realidade, através de pesquisas acadêmicas, movimentos da sociedade, leis e ações governamentais. A formação integrada é um destes conceitos: reflete a ideia de tornar íntegro e inteiro o processo de formação, unindo a educação geral à educação profissional, preparando jovens e adultos para a vida. Permite romper, portanto, com a divisão entre a ação de executar e a ação de pensar, mas de forma íntegra: formar trabalhadoras(es)<sup>1</sup> capazes de atuar como dirigentes, cidadãos(ãos), que incorporem intelectualmente o trabalho produtivo (CIAVATTA, 2008).

Outro conceito relevante para a formação pautada na população trabalhadora é o de trabalho como princípio educativo, que contribui para a formação de sujeitos autônomos, capazes de perceber o mundo (e se ver nele) com uma visão crítica. Esse princípio permite ao sujeito a compreensão da própria atuação no mundo através do seu trabalho, “[...] transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar da sua preservação face aos demais seres humanos e das gerações futuras” (BRASIL, 2007, p. 48).

Não há educação integrada para o trabalho como princípio educativo sem se considerar alunas e alunos como seres humanos íntegros. Não há emancipação sem considerar a totalidade das relações humanas. Segundo Ciavatta (2008, p. 2 e 3):

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação utilizamos uma linguagem inclusiva para se referir às pessoas, como por exemplo “alunas e alunos”, “servidoras(es)”. O objetivo é NÃO utilizar o masculino como sinônimo de neutralidade, pois a construção de frases e pensamentos também pode reproduzir assimetrias de gênero, e a visão do masculino como universal, ou “homem” como sinônimo de humanidade, transforma a linguagem em uma ferramenta poderosa na invisibilização das mulheres como parte da

Neste sentido, podemos pensar nas divisões e diferenças sociais que atravessam nossas vidas e nossos fazeres: dependendo do sexo biológico, da orientação sexual, do gênero, da raça, e da classe social, teremos diferentes papéis, responsabilidades, oportunidades, seremos vítimas de diferentes violências, alcançaremos distintos graus de reconhecimento, pertenceremos a diferentes espaços perante a sociedade. Mulheres, segundo Beauvoir (2016), têm sido consideradas o “outro” na sociedade e em sua construção histórica:

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas: em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam, na indústria, na política, etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens (BEAUVOIR, 2016, p. 17 e 18).

Nos últimos anos, com a falsa ideia de “ideologia de gênero” e a cruzada antigênero e antifeminista, juntamente com a defesa do conceito de família nos moldes heterossexuais e aos esforços conservadores para fortalecer a dominação masculina heterossexual, vê-se revigorada na educação escolar, a necessidade de atuação como espaço de luta e de resistência. Setores ultraconservadores atacam a diversidade, a liberdade de cátedra e tentam evitar que crianças e jovens tenham acesso a modos diferentes de ver e compreender o mundo,<sup>2</sup> constituindo um cenário nacional de confronto aos princípios de igualdade e reforçando estereótipos de gênero (MARAFFON; SOUZA, 2018; SARAIVA; VARGAS, 2017).

Não é a primeira vez que a sexualidade aparece como pauta marcante de movimentos conservadores, mesmo se olharmos apenas para o período recente da nossa história. Weeks (2016) defende que há um crescente sentimento de crise da sexualidade, advinda da crise nas relações entre os sexos. Essas relações são

---

<sup>2</sup> Um exemplo é o Projeto de Lei 867/2015 – Programa Escola Sem Partido, também conhecido como Lei da Mordaca, que, em seu texto, proíbe o uso dos termos “gênero” e “orientação sexual” nas escolas. Também veta o que chama de “ideologia de gênero”, sem especificar do que se trata exatamente. Expressar opiniões, preferências ideológicas, religiosas, morais e políticas também estão na lista de restrições. A intensão é de que professoras(es) abordem apenas temas que estejam de acordo com as convicções das famílias das(os) alunas(os). O movimento constrói um ambiente de censura, punição e perseguição às(aos) professoras(es) no ambiente escolar: os seguidores do “Escola sem Partido” já promovem inúmeras tentativas de coagir professoras e professores, violando a liberdade de cátedra e, ironicamente, usando crianças e adolescentes para práticas de vigilância dentro das salas de aula. O movimento pode ser visto como resistência a transformações sociais que promovam a inclusão, com o intuito de manter a posição hegemônica de alguns grupos. (SARAIVA; VARGAS, 2017)

desestabilizadas rapidamente com mudanças sociais, principalmente pelo impacto das críticas aos padrões de dominação masculina trazidas pelo feminismo. Historicamente, temos considerado o sexo algo “perigoso, perturbador e fundamentalmente antissocial” (WEEKS, 2016, p. 74), e, portanto, posições morais como casamento, heterossexualidade, vida familiar e monogamia seriam capazes de controlar as práticas sexuais.

Nos anos 1960, o crescimento de uma visão (pseudo)liberal tinha como premissa um governo que permitia liberdade na vida privada, mas que mantinha a “decência pública”. Como resultado, “[...] não envolveram um endosso positivo à homossexualidade, ao aborto, ao divórcio, nem às representações sexuais explícitas na literatura, no cinema, nas artes” (WEEKS, 2016, p. 75). Nasce, assim, nas décadas de 1970 e 1980, uma mobilização conservadora, pautada em medos:

- a ameaça a família;
- o questionamento aos papéis sexuais, particularmente aquele feito pelo feminismo;
- o ataque à normalidade heterossexual, particularmente através das tentativas dos movimentos gay e lésbico para alcançar a completa igualdade para a homossexualidade;
- a ameaça aos valores colocada por uma educação sexual mais liberal, a qual era vista como induzindo as crianças a aceitar comportamentos sexuais até então inaceitáveis; [...] (WEEKS, 2016, p. 76).

Todos esses medos eram reforçados por uma grave crise na saúde, associada ao HIV e a AIDS, símbolos da crise sexual naquela época, e vistos como o “efeito necessário do excesso sexual” (WEEKS, 2016, p. 37). É notável a semelhança com as preocupações dos setores conservadores atuais: família, posição relativa de homens e mulheres, diversidade sexual e criação da prole. Embora tenhamos outros símbolos, as pautas e os medos se repetem.

Corroborando com essa análise a leitura de Lockmann (2020), que atribui ao cenário político atual uma junção entre agendas que, ao contrário do que se possa encontrar no senso comum, não são excludentes. Para a pesquisadora:

No caso do momento específico que vivemos no Brasil, essa figura do poder *ubuesco* é acionada no interior de uma governamentalidade que, ao mesmo tempo, pauta-se por princípios neoliberais que fortalecem o discurso das liberdades individuais e, por consequência, da responsabilização de si. Contudo, articula-se a esses princípios neoliberais um viés fascista que mostra sua face violenta no desprezo ao outro e a determinadas formas de vida. (LOCKMANN, 2020, p. 4)

A racionalidade neoliberal democrática requer a não exclusão: nessa perspectiva, todas e todos são consideradas(os) sujeitos de direito, cidadãos e

cidadãos aos “olhos” do Estado. Disso não decorre a compreensão de que se trata de uma relação de condução que se constitui por um poder centralizado. Diferentemente, trata-se de relações que estão presentes em diferentes âmbitos e cujas formas de condução estão imbricadas a imanência a uma racionalidade que se capilariza na sociedade e produz reconfigurações, inclusive rearticulações, a exemplo das aparentes inusitadas aproximações. Desse modo, pode nos parecer estranho quando consideramos a junção com pensamentos conservadores, que preveem a exclusão de certos grupos ao acesso das garantias do Estado Democrático de Direito. Conservadorismo esse que, de acordo com a autora, nos remete a um fascismo contemporâneo, que impõe e limita o modelo de vida e de subjetividade.

Assim como os princípios liberais dos anos 1960 eram articulados com um pensamento conservador, agora também vemos a junção das agendas neoliberal e fascista criando uma lógica de apoio às iniciativas individuais e, portanto, da responsabilização individual por problemas coletivos, ao mesmo tempo em que se quer um Estado forte na repressão às minorias e grupos que não se encaixam em um modelo hegemônico. Dentre estes grupos, estão as pessoas negras, imigrantes, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQI, e as mulheres, vítimas de um permanente discurso antifeminista e antigênero, que vê nas pautas do movimento e nas próprias liberdades individuais ligadas a gênero e sexualidade uma ameaça à existência dos “homens de bem” e das “famílias tradicionais”.

As reconfigurações das pautas sociais e dos comportamentos individuais e coletivos podem envolver inúmeras características, categorias ou conceitos. O que vemos nas conjecturas a respeito dessa movimentação que se repete (décadas de 1970/80 e atualidade) evidencia a recorrência de questões de gênero e sexualidade na centralidade das preocupações do movimento conservador. As diferenças entre gêneros, a princípio relacionadas às distinções biológicas, são utilizadas para justificar todo tipo de separação e preconceitos presentes na sociedade (LOURO, 2014). No entanto, diferentemente de outros animais, “[...] na humanidade as ‘possibilidades’ individuais dependem da situação econômica e social”, uma vez que “onde os costumes proíbem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio” (BEAUVOIR, 2016, p. 63).

Igualdade de gênero é pauta cara quando se fala em educação profissional. Historicamente, os espaços do saber e do trabalho foram vistos como destinados

aos homens. Apesar do grande número de mulheres que se apropriou do papel de provedora e da massificação da educação formal das últimas décadas, a divisão do trabalho ainda lança para a periferia financeira e social (pagando menos, reconhecendo menos, valorizando menos) mulheres que ocupam o mundo do trabalho. Semelhantemente, homens que apresentem qualquer atitude, característica ou comportamento reconhecido socialmente como feminino, acabam sendo vítimas da segregação. Nesta direção, as pesquisas apresentadas no Estado da Arte, seção 1.1, atentam para a necessidade de discussão acerca do papel dos Institutos Federais na formação integral de suas alunas e alunos, no que tange a questões de igualdade de gênero, bem como na visão institucional dos fazeres e discursos de servidoras e servidores.

O recorte de pesquisa que se inicia com essa dissertação vem da preocupação com as violências de gênero presenciadas e identificadas no cotidiano do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Sapucaia do Sul. As pesquisas encontradas corroboram com a necessidade de discussão acerca dos machismos e fobias na educação profissional, e acreditamos que essas pautas contribuiriam para a construção de um ambiente mais igualitário no Campus Sapucaia do Sul, assim como para toda a Instituição. Pouco foi encontrado sobre as violências sofridas pelas mulheres trabalhadoras nessa área específica, porém as desigualdades e violências de gênero estão presentes em todas as esferas da sociedade, e o mundo do trabalho constitui espaço propício para comportamentos violentos, devido a diversas especificidades, como por exemplo, as relações hierárquicas, que também fazem parte da estrutura dos Institutos Federais.

O reconhecimento das desigualdades sociais ligadas às relações de gênero presentes na sociedade, como escolaridade, divisão sexual do trabalho, violência sexual e a participação das mulheres em espaços de poder, por exemplo, nos ajudam a reconhecer como também essas desigualdades se fazem presentes no ambiente institucional, permitindo uma maior explanação acerca da justificativa e da relevância da pesquisa. Na mesma direção, a apresentação de alguns indicadores de violência e desigualdade de gênero, bem como uma breve explanação sobre o panorama sócio-político nacional contribuem para a compreensão acerca da problemática de pesquisa. A seção 1.2 traz essa exposição com maior profundidade, e situa o contexto social em que a Instituição está inserida e o momento em que desenvolvemos essa pesquisa.

Como forma de reconhecer a situação institucional na fase de projeto de pesquisa, contatamos o Departamento de Educação Inclusiva (DEPEI), ligado à Diretoria de Políticas de Ensino e Inclusão (DIRPEI) e à Pró-reitoria de Ensino (PROEN), o qual nos informou que o Instituto Federal Sul-rio-grandense não possui norma, orientação ou protocolo para recebimento e averiguação de denúncias de assédio, abuso sexual, ou qualquer outro tipo de violência ligada a gênero ou orientação sexual que ocorra dentro da Instituição. Há uma ouvidoria, mas não atua somente nesses casos. Cada unidade (Campus e Reitoria) é responsável por instituir local responsável para receber as vítimas e pelos procedimentos e posicionamentos perante possíveis denúncias. Nesta direção, a pesquisa adotou como movimento investigativo reconhecer se há diretrizes, orientações e procedimentos em prática no Campus Sapucaia do Sul, no tratamento a situações de violência de gênero.

O IFSul Campus Sapucaia do Sul possui Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED) que promove a discussão desses temas através de ações como eventos, grupos de estudo e rodas de conversa. Porém, é um núcleo não obrigatório na Instituição (nem todas as unidades possuem), de caráter consultivo, sendo formado por membros da comunidade do Campus: discentes, docentes e técnicas(os) administrativas(os) que demonstram interesse nas discussões de gênero e diversidade, independente de formação e de concepção.

O Departamento de Ensino, bem como as Coordenadorias de Assistência Estudantil e Pedagógica, que costumam ser procuradas para denúncias e reclamações por parte de discentes, não possuem um protocolo (nem ao menos há um setor único que receba essas reclamações), ficando a cargo de cada servidora ou servidor a maneira como vai se dirigir à possível vítima de violência e como irá proceder à denúncia. Além disso, percebe-se a carência de um canal de reclamações de fácil acesso, pois muitas vezes membros do NUGED recebem relatos e demandas que não chegam ao conhecimento do Departamento de Ensino. Para trabalhadoras do Campus, tampouco há uma coordenadoria ou pessoa responsável, nem ouvidoria local para reclamações e denúncias.

Neste contexto, outro movimento investigativo pertinente foi o mapeamento das violências de gênero sofridas por mulheres no Campus Sapucaia do Sul. Esse movimento possibilitou o reconhecimento sobre quais preconceitos e visões estão definindo os comportamentos e as relações entre discentes, docentes e técnicas(os)

administrativas(os). Apenas com o mapeamento foi possível identificar as necessidades, os pontos a serem repensados e a estrutura disponível para que haja o acolhimento de vítimas de violência de gênero. Nas seções 1.3 e 1.4, são apresentados o problema e os objetivos da pesquisa, que foram delineados tendo em vista o mapeamento e a elaboração de um produto educacional.

Logo após a apresentação dos objetivos, na seção 2, discutimos sobre os referenciais teóricos e conceitos que corroboram a construção da problemática e dão sustentação à pesquisa. Os procedimentos metodológicos são apresentados na seção 3, e balizam os processos através dos quais buscamos mapear as violências de gênero e compreender como ocorrem as relações de gênero nos ambientes da Instituição.

A seção 4 apresenta a análise dos dados produzidos através de observação, análise documental e entrevistas. Nessa seção a discussão ocorre de maneira a responder o problema de pesquisa e são atingidos os objetivos geral e específicos. Essa discussão alimenta a seção 6, que traz as considerações finais, principais contribuições da pesquisa, lacunas e possibilidades de pesquisas futuras.

Ao final da produção e análise dos dados, foi elaborado, implementado e avaliado um produto, que foi pensado para servir de instrumento pedagógico educacional que encoraje a reflexão acerca das violências de gênero vividas no espaço e a busca da Instituição como ponto de referência e de apoio. O produto, em formato de vídeo, auxilia no processo de identificação das violências de gênero e na não naturalização destes comportamentos, e pode ser veiculado através das redes sociais diversas em que a comunidade acadêmica está presente, bem como sites e eventos, presenciais ou à distância. Esse produto busca contribuir para que a Instituição atue ativamente no combate à violência de gênero e no processo formativo e pedagógico de seu corpo docente, discente e técnico administrativo. Na seção 5 aprofundamos as discussões e a descrição a respeito do produto educacional.

O projeto inicial da pesquisa previa o desenvolvimento de um produto educacional em formato de protocolo de recebimento de denúncias que possibilitasse o acompanhamento de cada caso relatado à Instituição, e que orientasse as condutas e as práticas de acolhimento às vítimas e de enfrentamento às violências de gênero ocorridas no âmbito do Campus Sapucaia do Sul do IFSul. Porém, no decorrer da produção de dados e das análises referentes à investigação,

observamos que a produção do protocolo requer um movimento ainda mais amplo do que o possibilitado por essa pesquisa, uma vez que deve envolver os esforços coletivos da Instituição, que conta com profissionais das mais diversas áreas de conhecimento e, principalmente, dos agentes diretamente empenhados na escuta, acolhimento e atendimento de casos de violência de gênero.

### 1.1 Estado da Arte

Um dos principais movimentos na fase inicial de desenvolvimento de uma pesquisa é a construção da problemática. Essa construção requer investigação acerca do que vem se dizendo sobre o assunto que se pretende estudar; quais os métodos comumente utilizados; quais referenciais teóricos têm contribuído nas investigações que se aproximam da proposta de pesquisa; até onde, academicamente, nosso conhecimento já chegou acerca do assunto e como contribui na construção do problema de pesquisa ora proposto.

É através dessa busca por pesquisas relevantes e que antecedam a atual proposta que se inicia o desenho do itinerário investigativo.

Para tanto, foi efetuada uma consulta ao banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, utilizando as palavras-chave “Educação profissional” e “gênero”, e filtros de período (de 2010 a 2018), e grandes áreas do conhecimento, onde foram localizados 181 trabalhos, distribuídos entre mestrados acadêmicos e profissionais e doutorados. O Quadro 1 apresenta as dissertações e teses que mais se identificam com a pesquisa ora preterida:

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas na CAPES

	<b>Título da pesquisa</b>	<b>Pesquisadora</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>	<b>Palavras-chave da busca</b>
1	Gênero e Sexualidade na Escola: Da educação legal à educação real	Ana Paula Brasil	2017	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	“educação profissional” e “gênero”
2	Aprendendo a ser mulher no ensino médio: Um estudo de caso sobre relações de gênero em uma escola do sul de Minas Gerais.	Nathally Gomes Lucatelli	2018	Universidade Federal de Alfenas	“educação profissional” e “gênero”

3	Educação, Trabalho e Mulheres: A Inserção Feminina em Cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Joinville	Fernanda Greschechen	2017	Universidade da Região de Joinville	“educação profissional” e “gênero”
4	Relações de gênero e sexismo na educação profissional e tecnológica: as escolhas das alunas dos cursos técnicos do CEFET-MG	Sabrina Fernandes Pereira Lopes	2016	Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais	“educação profissional” e “gênero”
5	Gênero, Educação Profissional e Subjetivação: Discursos e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe	Elza Ferreira Santos	2013	Fundação Universidade Federal de Sergipe	“educação profissional” e “gênero”
6	Imagens narrativas de “Mulher” produzidas por sujeitos praticantes do Currículo do IFES	Gabriela Freire Oliveira	2013	Universidade Federal do Espírito Santo	“educação profissional” e “gênero”
7	Ensino Médio Integrado, Representações de Gênero e Perspectivas Profissionais: Um estudo com jovens dos cursos de agropecuária e agroindústria em Guanambi - BA	Nivaldo Moreira Carvalho	2010	Universidade de Brasília	“educação profissional” e “gênero”
8	Relações de gênero, Subjetividade e Construção/Constituição de identidade: Um caso na Educação Profissional e Tecnológica	Eleazar Venancio Carrias	2011	Universidade de Brasília	“educação profissional” e “gênero”
9	Relações de gênero e a formação de engenheiras e engenheiros	Adriana Zomer de Moraes	2016	Universidade do Sul de Santa Catarina	“educação profissional” e “gênero”
10	A Trajetória e Desafios das Alunas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Ailse de Cassia Quadros	2017	Universidade Estadual do Sudeste da Bahia	“educação profissional” e “gênero”

Fonte: elaboração própria

Todas as pesquisas selecionadas têm como sujeitos alunas(os) da educação profissional e/ou integrada, com exceção de Lucatelli (2018) e Moraes (2016), fator que muito se aproxima da pesquisa que apresentamos essa dissertação. Moraes (2016) foca o olhar para a formação de engenheiras(os), o que também se aproxima da unidade do Instituto Federal onde desenvolvemos a pesquisa, pois este possui o curso de Engenharia Mecânica. Brasil (2017) foi de grande relevância à pesquisa,

pois amplia o olhar para as relações entre discentes, docentes e técnicas(os) administrativas(os) da Instituição onde desenvolve a investigação, assim como também essa dissertação se debruça sobre as relações entre os diferentes segmentos que compõem o IFSul Campus Sapucaia do Sul.

Todas as pesquisas se atêm a analisar as relações de gênero, articulando com ambientes educacionais, o que é produtivo na construção da temática e na revisão teórica. Além disso, os métodos de produção e análise de dados utilizados nas pesquisas auxiliaram a reconhecer caminhos percorridos e a definir a melhor forma de atender às necessidades e alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

Além da CAPES, o Lume - Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, também foi utilizado na busca por dissertações e teses, utilizando as mesmas palavras-chave, e foram identificadas 821 pesquisas. Porém, os melhores resultados neste portal foram encontrados utilizando as palavras-chave “escola” e “violência de gênero”: de 2010 a 2018, foram localizados 146 resultados. O Quadro 2 apresenta as pesquisas selecionadas:

Quadro 2 – Pesquisas selecionadas no LUME

	<b>Título da pesquisa</b>	<b>Pesquisadora</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>	<b>Palavras-chave da busca</b>
1	Um ato de poder: narrativas de mulheres da química sobre suas experiências	Paula Nunes	2017	UFRGS	“escola” e “violência” e “gênero”
2	A pedagogia do salto alto: Histórias de professoras transsexuais e travestis da educação brasileira.	Marina Reidel	2014	UFRGS	“escola” e “violência” e “gênero”
3	Processos de produção de masculinidades e feminilidades juvenis: articulação com violências	Sandra Adelina Giacomini	2011	UFRGS	“escola” e “violência” e “gênero”

Fonte: elaboração própria

Assim como nas pesquisas selecionadas no portal da CAPES, as pesquisas do LUME também se debruçam sobre relações e violências de gênero. Reidel (2014) foca nas experiências de professoras LBTQI (Lésbicas, Bissexuais, Trans, Queer e Interssex), mais especificamente transsexuais e travestis, o que diferencia das pesquisas encontradas na CAPES. Nunes (2017) se atêm às profissionais mulheres na área da química, trazendo uma perspectiva de relações de gênero no

mundo do trabalho. Já Giacomini (2011) tem um olhar sobre jovens e suas vivências, grupo esse que constitui a maior parte dos sujeitos alvo da pesquisa aqui apresentada.

No portal de buscas por artigos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando os termos “relações de gênero” e “escola”, no período entre 2010 e 2018, foi selecionada a seguinte pesquisa, conforme Quadro 3:

Quadro 3 - Pesquisas selecionadas na SCIELO

	Título da pesquisa	Pesquisadora	Ano	Instituição	Palavras-chave da busca
1	Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de LucieTanguy	Maria Lucia Bühler Machado	2012	Unicamp	“relações de gênero” e “escola”

Fonte: elaboração própria

Além das palavras-chave citadas nos quadros, que se relacionam às relações de gênero em ambiente escolar, os três repositórios foram consultados utilizando-se também os termos “relações de trabalho”, “trabalho”, “mulher”, “gênero”, “assédio”, “servidores públicos”, “órgãos públicos”, “mundo do trabalho”, de forma combinada, a fim de conhecermos o que se tem pesquisado a respeito de relações de gênero em ambientes públicos de trabalho, uma vez que essa dissertação busca compreender as relações de gênero que envolvem não só discentes, mas também trabalhadoras do IFSul Campus Sapucaia do Sul, porém não foram selecionadas pesquisas que se aproximassem desta dissertação.

Dentre os estudos selecionados, as ferramentas mais comumente usadas para produção de dados são as entrevistas semiestruturadas individuais ou por grupos de discussão, bem como observações e a aplicação de questionários. Combinada com estas ferramentas, também aparece a análise documental.

Ressalto que a maioria das pesquisas selecionadas apresenta como foco cursos técnicos de educação profissional que, historicamente, foram concebidos como masculinos, ou seja, possuem os saberes reservados, socialmente, para os homens: são cursos ligados às áreas duras da engenharia ou da agropecuária. Às mulheres estão reservados saberes de outra natureza, de acordo com a divisão

sexual do trabalho e com a concepção de público e privado (MIGUEL; BIROLI, 2014; LINS et al., 2016). Essas pesquisas se ocupam em compreender as razões e construções das escolhas das mulheres que decidem seguir essas áreas do fazer, bem como os motivos que as fazem desistir antes da conclusão do curso. Investigam as relações de gênero entre discentes e docentes, as perspectivas das alunas para o mundo do trabalho que as espera, seus discursos e compreensões acerca da feminilidade e da divisão sexual do trabalho.

Ao considerar os trabalhos selecionados nas bases de dados da Capes, Lume e Scielo, nota-se a prevalência de produções desenvolvidas por mulheres. Há grande interesse feminino em torno dessas temáticas, conforme é possível reconhecer no modo como situam aspectos de suas experiências e subjetividades, que perpassam o desenvolvimento das pesquisas, justificativas, relatos, observações de campo, problematizando discursos e práticas que visibilizam perspectivas conservadoras, heteronormativas e sexistas nas relações sociais e no ambiente de trabalho, mesmo nos casos mais naturalizados e invisibilizados de preconceito. Outro aspecto que incentiva mulheres a se interessarem pela temática é a histórica e sistemática perseguição e opressão patriarcal que sempre enfrentamos.

Os relatos de desigualdade de gênero e a conclusão de que existem tratamentos diferenciados para mulheres e LGBTQIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Interssex) nos ambientes educacionais estudados são presentes em todas as pesquisas selecionadas. Nos estudos realizados em Institutos Federais foi recorrente a constatação da existência de setores conservadores dentre docentes e técnicas(os) administrativas(os), bem como da necessidade de mais pesquisas pautadas na igualdade de gênero nestes ambientes, para que a educação, ciência e tecnologia sejam realmente inclusivas, democráticas, e para que a educação integrada aconteça de fato. É identificada também a necessidade de aprofundamento teórico-conceitual por parte de educadoras(es), além da disseminação de informação, evitando assim comportamentos preconceituosos por parte de servidoras(es) dos Institutos Federais, considerando o caráter público e laico dessas Instituições.

## 1.2 Relevância e justificativa da pesquisa

Em maio de 2016, após o impedimento da primeira Presidenta da República, acompanhamos a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Além disso, todos os Ministérios passaram a ser ocupados por homens. Projetos de lei cerceadores de direitos humanos, como o Estatuto do Nascituro<sup>3</sup>, que dificultam o tratamento adequado a mulheres vítimas de estupro e aumentam o abismo que há entre mulheres e direitos sexuais e reprodutivos, além de discursos violentos e discriminatórios de parlamentares a suas colegas mulheres<sup>4</sup>, são alguns exemplos recentes. Este contexto político, somado a indicadores de violência de gênero, fez o país cair 22 posições no ranking internacional de igualdade de gênero.

Em 2018, a Declaração dos Direitos Humanos completou 70 anos em um contexto internacional de crescente hostilidade contra os direitos humanos e contra os avanços e conquistas de direitos de gênero, étnicos e outras minorias. No contexto nacional, tomava posse um governo autoritário, machista, misógino, e em guerra com os direitos humanos e com os movimentos sociais.

O assassinato da Vereadora do Rio de Janeiro, a socióloga Marielle Franco, e de seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, marcou o contexto político nacional. Mulher, negra, lésbica, mãe, moradora da Favela da Maré/RJ, Marielle militava pelos Direitos Humanos, tinha discursos assertivos na Assembleia e traçava uma carreira ascendente na política. O carro em que estava foi atingido por 13 tiros, disparados por ex-policiais militares. O atentado ficou conhecido como um caso de feminicídio político. O Assassinato da vereadora é visto como um golpe ao Estado Democrático de Direito e tomou visibilidade internacional.

O Brasil é um país hostil com mulheres e LGBTQIs. A taxa de feminicídio<sup>5</sup> no Brasil é a quinta maior do mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde

---

<sup>3</sup> O Estatuto do Nascituro é um Projeto de Lei (PL 478/2007), que visa garantir a proteção integral ao nascituro, pois considera que a vida humana começa na concepção. Dessa forma, o aborto seria proibido em todos os casos, inclusive os previstos em lei, como estupro, risco à integridade física da gestante e anencefalia do feto. Se aprovado o PL, o aborto passa a ser considerado crime hediondo. Paralelamente há também a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 29/2015, conhecida como PEC da Vida, que altera o art. 5º da Constituição Federal para explicitar que o direito à vida é inviolável desde a concepção.

<sup>4</sup> Recentemente o Presidente Jair Bolsonaro foi condenado a pagar uma indenização e a publicar uma retratação, por ter dito em 2014, quando ainda era Deputado, que a Deputada Maria do Rosário “não merecia ser estuprada por ser muito feia” (O GLOBO, 2019).

<sup>5</sup> Segundo a Lei 13.104, de 09 de março de 2015, feminicídio é o homicídio de mulheres por razões

(OMS), o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. Entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram de forma violenta, por ser mulher. As mulheres negras são ainda mais violentadas. Apenas entre 2003 e 2013, houve aumento de 54% no registro de mortes, passando de 1.864 para 2.875 nesse período. Na maior parte das vezes, são os próprios familiares (50,3%) ou parceiros/ex-parceiros (33,2%) os que cometem os assassinatos (WAISELFISZ, 2015). O arraigado sentimento de posse sobre a mulher, controle sobre seu corpo, desejo e autonomia e limitação de sua emancipação profissional, econômica, social ou intelectual são algumas das motivações para os crimes (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2016).

Além disso, as mulheres têm maior escolarização, trabalham mais horas por dia, e são menos remuneradas. Segundo o IBGE (2018), no Brasil, mulheres ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. A carga de afazeres e responsabilidades domésticas e com pessoas dependentes e o baixo número de mulheres que ocupam cargos gerenciais são alguns aspectos que colaboram para essa situação. As mulheres também participam pouco das tomadas de decisão e da vida pública no país: em 2017, éramos 16% no Senado Federal<sup>6</sup>, e 10,5% na Câmara de Deputadas(os) Federais.

A baixa representatividade feminina na política brasileira é histórica, e não apresenta progresso significativo, apesar de 52% da população brasileira ser composta por mulheres. Segundo o Mapa Mulheres na Política 2019, um relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas - ONU e pela União Interparlamentar, o Brasil ocupa a posição 134 no ranking de representatividade feminina no Parlamento, do total de 193 países pesquisados. São 77 deputadas entre 513 cadeiras na Câmara, e somente 12 senadoras entre os 81 eleitos. No ranking da representação feminina no governo atual o país ocupa a posição 149, de 188, com 9% de representatividade feminina (duas ministras entre 11), quando a média mundial é de 20,7% (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

A hostilidade com a população feminina se estende àquelas(es) que não se encaixam no padrão heteronormativo. Apesar de celebrar a maior parada de orgulho LGBTQI do mundo, o Brasil é o país que mais mata homossexuais. Estima-se que cerca de 90% da população de mulheres transexuais e travestis do país, devido à

---

da condição do sexo feminino (BRASIL, 2015).

<sup>6</sup> Até 2016 não havia banheiro feminino no Plenário do Senado Federal, em Brasília/DF.

não aceitação no mercado formal de trabalho, acaba recorrendo à prostituição, e por conta disso são ainda mais expostas à violência (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). O Brasil ainda não conta com legislação federal específica para a população LGBTQI. As únicas ações que visam à uniformização dos direitos civis para essa parcela da população são decisões do poder judiciário (SENADO FEDERAL, 2018). Recentemente, o Superior Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime. Os ministros determinaram que a LGBTfobia seja punida pela Lei de Racismo (Lei 7.716/1989), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, até que o Senado e o Congresso Nacional discutam e legislem sobre o crime de forma específica (SENADO FEDERAL, 2019).

Essas desigualdades acabam interferindo também na Educação Profissional e nos Institutos Federais. Em sua pesquisa, Lopes (2016) realizou um levantamento da participação feminina na Educação Profissional Tecnológica (EPT), e constatou a maior presença de meninas e mulheres nas áreas com ocupações relacionadas ao cuidado, como estética, cuidado pessoal ou de idosos, alimentação, etc. Enquanto que as áreas com menor presença feminina eram as áreas fortemente ligadas às ciências aplicadas, com alto desenvolvimento tecnológico (funcionamento de aeronaves, mecânica, mecatrônica, etc.). Diante deste contexto, a Educação Profissional Tecnológica se constitui um espaço propício a reproduzir desigualdades de gênero, uma vez que aproxima educação, trabalho e tecnologia. Portanto, justificando a relevância da pesquisa.

### **1.3 Problema de pesquisa**

Como ocorrem as relações de gênero no Campus Sapucaia do Sul, e como a unidade pode atuar perante possíveis violências e desigualdades?

### **1.4 Objetivos**

Objetivo geral:

Analisar violências de gênero contra mulheres no Campus Sapucaia do Sul do IFSul, propondo como produto educacional um vídeo que promova a discussão sobre violências de gênero presentes no IFSul Campus Sapucaia do Sul.

Objetivos específicos:

1. Reconhecer leis, diretrizes e orientações nacionais a respeito da violência de gênero, analisando como se desdobram em ações e estratégias no IFSul, especialmente no Campus Sapucaia do Sul;
2. Mapear o fluxo de denúncias no Campus Sapucaia do Sul do IFSul, a fim de reconhecer quais setores, departamentos e profissionais estão envolvidas(os) nestes procedimentos;
3. Problematizar as formas de violência de gênero presentes neste espaço educacional;
4. Elaborar, implementar e avaliar um produto educacional, em formato de vídeo, que informe sobre as desigualdades e violências de gênero presentes no Campus Sapucaia do Sul, ao mesmo tempo em que incentive as denúncias.

Tendo sido discutida a introdução à temática, o problema e os objetivos da pesquisa, a seção 2 apresenta a base teórica e conceitual que sustenta a investigação, onde buscamos averiguar o acúmulo científico das pesquisas já realizadas dentro da temática proposta, o que reflete nas análises posteriores.

## **2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DAS TESSITURAS TEÓRICAS**

A fundamentação teórica contribui para a delimitação da problemática de pesquisa, para o aprofundamento do tema, e é parte importante do desenvolvimento do produto final. Neste capítulo, apresentamos os principais referenciais e conceitos que sustentarão a pesquisa, embora não pretenda esgotar a discussão. Na Seção 2.1 apresento um panorama da Rede Federal, do papel dos Institutos Federais e seus princípios de atuação. Na Seção 2.2, discorro sobre desigualdades de gênero existentes nas relações de trabalho, e, na Seção 2.3, apresento tessituras possíveis sobre gênero, perpetuação da violência e o papel da escola na luta contra as desigualdades.

### **2.1 Institutos Federais e a educação integral**

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008, através da Lei 11.892, com o objetivo principal de serem espaços de vinculação entre ambiente educacional e ambiente produtivo, tendo como proposta uma educação integrada, de modo a proporcionar educação básica e profissional à população jovem e adulta.

De acordo com o Artigo 2º da referida Lei:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Na Seção III, Dos Objetivos dos Institutos Federais, Art. 7º, I:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

O Art. 7º delimita os campos de atuação das instituições, mas, ao dar prioridade aos cursos integrados, retoma a concepção de uma instituição que

contribua para o alcance de transformações sociais por meio da formação integral. O foco na formação de profissionais comprometidas(os) com o bem coletivo e capazes de fazer uma análise crítica à sociedade e às práticas produtivas reitera a importância da educação voltada para o desenvolvimento das diferentes dimensões: social, econômica e cultural (SILVA, 2009).

Segundo Ramos (2008) e Frigotto (2011), as reivindicações para a educação nacional no período de redemocratização do país (década de 1980) buscavam garantir uma educação voltada para a classe trabalhadora. O objetivo centrava-se na concepção de uma *educação unitária* (sem a dicotomia trabalho intelectual x trabalho braçal) e *politécnica* (acesso aos processos básicos de produção), tendo a integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica como um ideal. Ou seja, uma educação *omnilateral*.

A educação unitária exclui das diretrizes, principalmente, a dualidade da formação para o trabalho: a educação básica e profissional deveria superar as diferenças entre formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual (RAMOS, 2008; SAVIANI, 1989; CIAVATTA, 2008). Além disso, era imprescindível que fosse igual para todas(os), afinal, estava se firmando como um direito institucional, e não deveria ser apresentada de maneiras diferentes para classes sociais diferentes.

Ramos (2008, p.3) sustenta que politecnia significa uma educação que “possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas.” Para Saviani (2007, p. 161), politecnia se refere a “[...] especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”, conceito que já havia sido trabalhado por Frigotto (1988).

Nesse sentido, a formação de politécnicas(os) se difere da formação de profissionais técnicas(os) especializadas(os), uma vez que se concentra na formação integral do ser humano, tornando-o capaz de produzir sua própria existência através do trabalho não alienado, e possibilitando seu acesso e conhecimento de processos básicos de produção. Isso não significa formar uma(um) profissional capaz de atuar com uma única técnica, mas com domínio dos fundamentos de diversificadas técnicas de produção, com autonomia e capacidade de tomar decisões em um contexto de múltiplas escolhas, capaz de questionar práticas produtivas impostas pela lógica do mercado e propor novas possibilidades.

Já o conceito de omnilateralidade é um sentido filosófico atribuído à educação integral. É um conceito marxista que orienta a reflexão acerca da educação e pode ser aplicado tanto à educação básica quanto à superior. Ele expressa uma concepção de educação integral, pois compreende as dimensões da vida humana, que estruturam a prática social: o trabalho, a ciência e a cultura. Trabalho como condição humana de transformação do meio e como prática econômica, ciência como a produção de conhecimento pela humanidade, e a cultura como valores éticos e estéticos (conduta da sociedade) (RAMOS, 2008).

Educação unitária e politécnica constituem então, segundo Ramos (2018), os dois pilares conceituais para a educação integrada. Uma educação que propicie acesso ao conhecimento, à cultura, às condições necessárias para a formação com domínio em diferentes técnicas de produção, com a valorização do saber que vem do trabalho. Uma educação vinculada ao mundo real, que leve em consideração as diferentes realidades e cotidianos de alunas e alunos.

Estes princípios de educação aproximam-se de Freire (2011), que argumenta sobre a responsabilidade de educadoras(es) na missão de manter uma postura vigilante perante práticas de desumanização presentes na sociedade e, portanto na escola, através de práticas educativas transformadoras, que levam em consideração a bagagem de vida das(os) estudantes, suas individualidades, sua autonomia, identidade cultural, etc.

Essa concepção de educação aliada ao ensino médio como formação necessária para todas e todos, nos proporciona uma perspectiva do ensino médio integrado.

## **2.2 Gênero nas relações *de e com* o trabalho**

Dentre as diversas desigualdades existentes na sociedade brasileira, podemos dizer que uma das mais evidentes se refere às relações de gênero. A participação das mulheres na vida em sociedade se dá em espaços variados, como família, escola, igreja, movimentos sociais, e, claro, no mundo do trabalho. Antunes (1999) argumenta que homens e mulheres não têm os mesmos direitos, deveres ou oportunidades no mundo do trabalho, tampouco são atingidos de maneira igual em situações de retirada de direitos ou de precarização.

Em alguns países o contingente feminino já supera o masculino na composição da força de trabalho. Mesmo com a crescente participação das mulheres no ambiente produtivo, a desigualdade salarial entre os sexos é presente no mundo todo. Além disso, a presença de mulheres é mais comum no universo do trabalho *part time*<sup>7</sup>, precarizado e desregulamentado. No ambiente fabril, é comum mulheres (assim como imigrantes e pessoas negras) serem destinadas a postos que necessitem menos qualificação, com funções mais elementares e carga intensiva de trabalho, enquanto que os homens estão presentes nos ambientes com capital intensivo (máquinas e investimentos em tecnologia) e, diferentemente das mulheres, participam dos processos de tomadas de decisões (ANTUNES, 1999).

Há também a discriminação de mulheres casadas e/ou mães na hora de contratar funcionárias (OGIDO; SCHOR, 2012) e na promoção das mulheres que já fazem parte do quadro profissional (NETO et al., 2010). Outro aspecto importante remete a empresas estrangeiras que não diferenciam estado civil de mulheres em seus países de origem, mas praticam essa discriminação ao atuarem no Brasil, conforme remete Antunes (1999), a respeito de algumas empresas francesas.

Isso alerta para a importância da interferência estatal nas práticas trabalhistas e do peso da construção cultural e histórica das relações de trabalho (YANNOULAS, 2002). Culturalmente há uma “construção social sexuada”, em que as relações de gênero implicam relações sociais, de poder, de classe, de trabalho, etc. O capitalismo soube utilizar-se dessa divisão sexual do trabalho, de forma a intensificar a exploração de diversas formas diferentes, igualmente do trabalho formal, informal, remunerado ou não.

Federici (2017 e 2018) analisa como o capital apropria-se do trabalho doméstico e do trabalho reprodutivo das mulheres de acordo com seus interesses, desde o período de acumulação primitiva, perpassando a revolução industrial. Segundo a autora, o capital aliou-se à igreja e aos nobres/burgueses para confinar mulheres ao papel de reprodutoras da vida e da força de trabalho. Inclui-se aqui todas as funções maternas e de suporte à vida e à família: gestação, aleitamento e cuidado com as crianças, a sexualidade, o cuidado com pessoas idosas e doentes, o alimento, a limpeza, entre outras funções. Além da opressão na vida privada e doméstica, a autora também cita a exploração das mulheres pelo capital nas

---

<sup>7</sup> Trabalho *part time* é conhecido como emprego de meio período, geralmente com jornada de 6 horas diárias, 22 horas semanais.

fábricas, considerando-as mais dóceis e menos propensas a revoltas, mais dedicadas ao trabalho, e pagando menos do que aos homens por considera-las fisicamente fracas. O capital se apropria diferentemente da força de trabalho feminina, e intensifica a desigualdade: a precarização dos salários, das condições de trabalho, dos direitos das mulheres trabalhadoras tem sido mais intensa do que dos homens (ANTUNES, 1999).

A ampliação da participação feminina no mundo produtivo é vista como parte importante do processo de emancipação das mulheres nas últimas décadas. O acesso a uma vida financeira minimamente independente e a possibilidade de buscar capacitação profissional propiciaram às mulheres autonomia para lutarem contra diversas formas de opressão masculina, tanto nos ambientes públicos quanto privados. Porém, é inegável que as relações com o trabalho estão envolvidas em uma trama mais complexa, que envolve, entre outras esferas, raça e classe social. Enquanto que o direito ao trabalho representa emancipação para mulheres brancas, mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa, e têm sua força de trabalho e seus corpos explorados por um sistema produtivo que mantém raízes no escravagismo, até os dias atuais (DAVIS, 2016).

Historicamente, mesmo quando uma mulher consegue ultrapassar as barreiras impostas ao crescimento profissional feminino e ocupa espaços fabris, educacionais, de prestação de serviços ou qualquer outra área profissional, quase sempre são controladas e vigiadas por homens, geralmente sendo consideradas funções secundárias, de apoio ou auxílio (LOURO, 2014; CAMARGO, 2019). Essa intensificação da exploração da mão-de-obra feminina aumenta consideravelmente se levarmos em conta a polivalência do trabalho reprodutivo e doméstico das mulheres, uma vez que atividades domésticas, criação e cuidados com os filhos e com pessoas idosas ou doentes da família acabam, cada vez mais, sobrecarregando as mulheres que buscam investir na carreira na sociedade contemporânea.

Segundo Dias (2008), uma das formas mais graves de violência praticadas contra mulheres no ambiente de trabalho é o assédio sexual. Apesar de se relacionar com o assédio moral, que também ocorre no ambiente de trabalho, o assédio sexual é uma violência de gênero calcada na noção patriarcal de submissão da mulher, representado por “dominação, exploração, sujeição, inferioridade das mulheres e privilégios para os homens” (ANDRADE; ASSIS, 2018, p. 10). Esse tipo

de violência consiste em um comportamento de conotação sexual, indesejado pela vítima, que pode se manifestar de forma física, verbal ou não verbal. O objetivo é criar um ambiente intimidativo, hostil, humilhante e ofensivo, violar a integridade física e moral da vítima, acabando por ofender o seu desempenho e progresso profissionais. O assédio sexual é uma afronta à dignidade das trabalhadoras e impede as mulheres de agirem de acordo com suas capacidades. São comentários, piadas, expressões de cunho sexual, convites insistentes, chantagens, entre outros comportamentos, que às vezes, devido à ideologia patriarcal e à posição social e econômica das mulheres em relação aos empregadores, não são reconhecidos pela sociedade e até pela justiça como assédio sexual (DIAS, 2008).

Paralelamente, a crença na “verdadeira” natureza sexual do homem e da mulher conduz à elisão das motivações dos indivíduos que praticam assédio sexual sobre as mulheres. Os indivíduos que impõem conversas de natureza sexual ou infligem atitudes com fins sexuais sobre as mulheres, fazem-no, muitas vezes, imbuídos no pressuposto de que tais comportamentos correspondem ao que socialmente é esperado do gênero masculino. Por outras palavras, acreditam que normativamente lhes é exigido que se comportem “como verdadeiros homens” (DIAS, 2008, p. 13)

O assédio sexual é um comportamento normatizado numa sociedade em que há a prevalência de uma cultura de violência, onde as relações de gênero são construídas sob a intersecção do sexo e do poder. As mulheres são tratadas como objetos da prerrogativa sexual dos homens, e isso em nada está ligado à sexualidade, ou a jogos de sedução. O assédio sexual representa “uma expressão exacerbada do sexismo e uma das formas mais nefastas e sutis de violação das mulheres” (DIAS, 2008, p. 14).

No *podcast* da Revista Piauí, Maria Vai Com as Outras (2019), um relato de uma profissional da área de mecânica, formada no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), na modalidade ensino médio integrado, nos dá pistas sobre formas de violência possíveis de serem encontradas no mercado de trabalho. A entrevistada relata acerca do início da trajetória profissional: exposta a um ambiente de trabalho hostil e misógino, única mulher na área de engenharia, passa por situações de assédio com diferentes níveis de violência. Na entrevista, são discutidas as consequências psicológicas, a vulnerabilidade das mulheres e as cicatrizes deixadas pelo assédio sexual, além de mostrar a importância da informação acerca dessas violências, para que as vítimas possam identificar essas

situações e buscar ajuda, além de propiciar maior resistência ao sentimento de culpa que acompanha as mulheres nesses casos.

Experiências de assédio não são exclusividade da engenheira anteriormente relatada. No mundo, uma a cada quatro mulheres pode vir a ser vítima de assédio sexual (DIAS, 2008). O assédio tem sido tema de diferentes movimentos e discussões, em diferentes frentes e áreas de produção. Contudo, ainda é um comportamento violento comum nos mais diversos ambientes de trabalho.

### **2.3 Gênero e violência: qual o papel da escola?**

As lutas das mulheres por igualdade de direitos na sociedade deram início ao movimento feminista, ainda no século XIX. Feminismo é uma dessas palavras que carregam consigo uma história. Dentre suas diversas contribuições para a compreensão da vida em sociedade e para torná-la menos desigual, o movimento feminista também pode ser visto como o ponto de partida para o que entendemos hoje acerca do conceito de gênero.

Uma breve contextualização histórica se faz necessária, a fim de situar o início dos estudos de gênero, que está atrelado ao movimento feminista. A movimentação do feminismo, segundo Duarte (2003, p.152), ocorre em momentos não estanques, de fluxo e refluxo, por isso são comparados a ondas, que “[...] começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar”. A autora identifica um período de cerca de 50 anos entre uma onda e outra (no Brasil), preenchidos por pequenas movimentações de mulheres que, somando forças, se uniam para outra vez quebrar barreiras e abrir espaços.

A Primeira Onda do Feminismo é como ficou conhecido o Movimento Sufragista do final do séc. XIX, a luta pelo direito ao voto das mulheres. O movimento Sufragista iniciou na Inglaterra e se estendeu por vários países do ocidente, embora com força e resultados diferentes (LOURO, 2014). No Brasil, foi marcado pela primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas para meninas, em 1827 (DUARTE, 2003).

Apesar de focada no direito ao voto feminino, a Primeira Onda também comportou outras reivindicações, como as levantadas pelas feministas negras e

pelas mulheres operárias. Porém, esses grupos foram invisibilizados, enquanto que as representantes brancas e de classes mais altas, sem interesse em uma mudança social profunda, aproximaram o movimento muito mais a uma lógica liberal e burguesa do que inclusiva e abolicionista (VARGAS; SARAIVA, 2019). No Brasil não foi diferente. O direito ao voto feminino só foi conquistado pelas brasileiras no início da década de 1930 (COSTA, 2005). Porém, somente as que exerciam atividades remuneradas poderiam votar, o que só mudou após a edição do Código Eleitoral, em 1965 (BRASIL, 2013; VARGAS; SARAIVA, 2019). O voto feminino universal só foi conquistado no Brasil em 1985, quando pessoas não alfabetizadas foram incluídas na lista de eleitoras (BRASIL, 2013).

Diferentemente da Primeira Onda, o movimento feminista no século XX – A Segunda Onda Feminista, acontece de forma mais abrangente: com acesso mais fácil ao anticoncepcional, as feministas lutam pela transformação das relações entre homens e mulheres e o movimento alcança o meio acadêmico. De acordo com Vargas e Saraiva (2019, p. 1191), as mulheres da segunda onda “apontavam para formas de dominação que extrapolavam as relações de classe, expondo relações de poder exercidas pelos homens sobre as mulheres, residindo aí sua originalidade”.

O movimento acaba por se voltar para construções propriamente teóricas, com o surgimento e circulação de livros, jornais, revistas e dos “estudos da mulher”, solidificando o trabalho das feministas e levando-as para além dos protestos públicos e dos grupos de conscientização, sem perder o caráter político, uma das principais características das lutas feministas (LOURO, 2014). No Brasil, o cenário de repressão política devido ao regime militar que se instalara a partir de 1964, fez com que essa onda chegasse ao país somente na década de 1970 (se consolidando apenas na década de 1980), acompanhada de importantes manifestações artísticas contestatórias e transgressoras da ordem militarizada, embora as feministas fossem vistas com desconfiança até mesmo pelo movimento de esquerda da época (VARGAS; SARAIVA, 2019).

A participação massiva de mulheres em movimentos sociais, operários, estudantis nas décadas de 1960/70, e a expressão pública e política de uma luta específica feminista que surge organizada e com força internacional impulsionam esforços em dar visibilidade ao papel social e histórico da mulher, como um sujeito social ativo. A compreensão a respeito da construção social dos sexos passa então a ser vista como movimento importante na compreensão da sociedade e sua

organização. Os “estudos das minorias” ou “estudos das mulheres”, focados em desvendar a opressão vivida pelas mulheres, como um grupo desviante da norma (masculina), a partir destes movimentos sociais, se tornam mais abrangentes e conceitualmente mais densos, incluindo a compreensão de aspectos sociais, biológicos, culturais e naturais (LOURO, 1995).

Numa caminhada que já ultrapassara a denúncia da opressão e a descrição das experiências/vivências femininas, os textos acadêmicos começavam a ensaiar explicações, a promover articulações com paradigmas ou quadros teóricos “clássicos” ou emergentes, a propor novos paradigmas. Dentre essas diferentes perspectivas, surge o conceito de gênero, referindo-se à construção social e histórica dos sexos, ou seja, buscando acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo. (LOURO, 1995, p. 103)

Louro (2014) referencia a Segunda Onda do Feminismo (final da década de 1960) como o período em que os debates problematizaram esse conceito, essencial para as discussões da época, que se ocupariam em compreender e mudar a situação de segregação social e política a que as mulheres foram historicamente submetidas, sua consequente invisibilidade e os impedimentos e dificuldades em serem reconhecidas como sujeitos na ciência, nas artes, nas letras, entre outras áreas.

Nesse contexto, vemos a emergência do conceito de gênero, colocando em xeque o determinismo biológico, o qual justificava as desigualdades sociais entre homens e mulheres<sup>8</sup>. A ideia de que gênero é diferente de sexo centra-se em como as diferenças físicas entre os sexos são lidas nas práticas sociais, onde se constroem e se reproduzem as desigualdades, que têm raízes nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas formas de representação de homens e mulheres (LOURO, 2008 e 2014). Para Quirino (2015, p. 231):

[...] o conceito deixa claro que a discriminação vivida pelas mulheres não é um problema exclusivo delas ou advindo de uma incapacidade natural, mas

---

<sup>8</sup> Destacam-se momentos anteriores à década de 1960, em que o determinismo biológico é questionado. A antropóloga Margaret Mead, na década de 1930, realizou um estudo sobre a criação de crianças e o temperamento de membros de três sociedades diferentes na região da Nova Guiné. A pesquisadora descobriu três distintas formas de organização social, e em nenhuma a responsabilidade com a prole e outras convenções de gênero se igualavam às vigentes nos EUA na época, e que são presentes até hoje. Em 1949 a filósofa francesa Simone de Beauvoir refuta a ideia de que a biologia determina as diferenças comportamentais entre homens e mulheres, expondo que a cultura, e não apenas a natureza, explica as diferentes construções de feminino e masculino. (LINS et al., 2016). Porém, essa discussão e as descobertas dessas importantes pesquisadoras só passam a ter impacto na década de 1960.

resultado das relações sociais entre os sexos construídas ao longo da história e serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política.

O conceito de gênero é, então, considerado uma importante categoria de análise, a qual permite problematizar construções sociais e históricas, sob as quais os sujeitos são constituídos a partir de relações de poder entre homens e mulheres. Ao operarmos sobre esta categoria, podemos reconhecer a produção de comportamentos violentos, portanto, não se restringindo ao caráter biológico que, muitas vezes, produz noções deterministas que justificam desigualdades e formas de violência sobre as mulheres.

A terceira onda, como ficou conhecido o movimento dos anos de 1990, foi marcada pela desnaturalização das características tidas como femininas e pela ideia de interseccionalidade. É nessa onda ocorre forte defesa de que existem diversas formas de vivenciar a feminilidade e a sexualidade e o reconhecimento de que mulheres têm diferentes experiências, identidades e sofrem de opressões variadas que se acumulam e se articulam entre si (FURIOSA, 2018; VARGAS; SARAIVA, 2019). Essa discussão em torno da interseccionalidade contribuiu para que ocorresse uma renovação do movimento e para dar continuidade aos esforços de representatividade de mulheres negras no feminismo, desafiando as definições essencialistas da feminilidade que até então eram homogêneas e ignoravam a pluralidade feminina. No Brasil, a terceira onda é marcada pela aprovação da Lei Maria da Penha (2006), o que representa um grande avanço na legislação de proteção às mulheres (VARGAS; SARAIVA, 2019).

Há divergências a respeito de estarmos vivenciando uma possível quarta onda feminista, que estaria ocorrendo no Brasil desde 2015, ou de o movimento atual ainda ser continuidade da terceira onda. As argumentações que identificam uma quarta onda feminista pautam-se no uso maciço das redes sociais e na organização e representação feminina na política. As reações às tentativas de retirada de direitos das mulheres e a preocupação com as violências contra as mulheres são citadas como características marcantes dessa possível quarta onda (VARGAS; SARAIVA, 2019).

De acordo com Lins (2016, p. 54), “[...] a violência de gênero tem sido uma categoria muito popular nos últimos tempos para nos referirmos a situações violentas relacionadas às desigualdades entre homens e mulheres”. E aqui, violência

não se refere apenas às agressões físicas, mas sim a todo um leque de abusos, violações de direitos, pressão psicológica, ataque moral, exposição da intimidade, entre outras formas de desrespeitar a autonomia e a dignidade de um ser humano.

Algumas formas de violência, sobretudo no contexto de gênero e sexualidade, não são consideradas crime, nem sequer são vistas como um comportamento reprovável. Muito pelo contrário: são naturalizadas e justificadas com base em tradições, costumes, ou em senso comum, e a vítima acaba por ser culpabilizada pela violência que sofreu. Pesquisas de percepção social mostram que, no Brasil, a população responsabiliza as vítimas de violência sexual e doméstica, e também considera que essas mesmas vítimas são as únicas responsáveis pela sua integridade física, psicológica e moral (LINS, 2016).

Historicamente, a escola tem desempenhado papel ativo na produção, reprodução e fortalecimento de diferenças e desigualdades sexuais e de gênero. Além de separar meninos e meninas, também dividiu e priorizou distintas formações de acordo com idade, classe social, raça, etnia e religião das(os) estudantes. As práticas educativas normatizadas têm contribuído para a escolarização de corpos e mentes. Essas lições produzem diferença, uma vez que crianças e jovens acabam por incorporar comportamentos que, com o passar do tempo, se tornaram socialmente naturalizados, além de marcadores de gênero, como habilidades, preferências, gestos, movimentos, sentidos, que constituem o que podemos chamar de identidades escolarizadas (LOURO, 2012; 2014; COSTA; TEIXEIRA; SILVA, 2011).

No Brasil, o direito à presença feminina em sala de aula, novidade no século XIX, foi uma conquista importante para as mulheres, apesar de trazer consigo sintomas do sexismo pungente. No levantamento histórico realizado por Louro (2012), a pesquisadora afirma que a formação de meninas priorizava princípios morais, formação de caráter e valores cristãos e considerava a instrução algo supérfluo: as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, uma vez que, enquanto esposas e mães, informação e conhecimento não seriam necessários. O caráter secundário da educação feminina e a preparação para a atuação em âmbito doméstico, além do currículo escolar, são demonstrativos de que a educação feminina refletia o papel designado para mulheres na sociedade (OLIVEIRA; AMARAL, 2015).

A transformação do magistério em “trabalho de mulher” também passou por um processo de discordâncias, segundo Louro (2012): havia quem não confiasse a educação de crianças às mulheres, por considerá-las seres incapazes e com cérebros pouco desenvolvidos, e, por outro lado, o magistério era visto como uma extensão da maternidade, portanto, naturalmente uma função feminina. E assim, nesse contexto sexista, a docência passou a ser vista como um exercício de vocação e de amor, com uma imagem desprofissionalizada e disciplinadora.

A sexualidade está presente na escola, pois faz parte dos sujeitos. Não é algo que se possa separar ou de que se possa despir uma pessoa (LOURO, 2014). E assim como a escola precisa repensar suas práticas no que concerne a gênero e sexualidade, também precisa problematizar outros marcadores, como de raça, de classe social, de etnia, etc., que entram no ambiente escolar no momento em que entram sujeitos. Seffner (2011) também chama a atenção para o grande leque de características pessoais que são elementos da construção de estigmas que levam a violência estrutural na escola: cor da pele, gênero, pertencimento religioso, orientação sexual, região de origem ou de habitação, deficiência física ou mental, geração, classe social, arranjo familiar a que pertence, aparência física como obesidade, etc.

É preciso questionar o que é naturalizado, problematizar de forma ampla e complexa a normatização cotidiana, banalizada e continuada dos comportamentos e das sexualidades dos sujeitos, pois essa também é uma forma de violentar jovens e adultos nos ambientes escolares (LOURO, 2014).

[...] a escola é o espaço que concebemos para estimular a reflexão, o aprendizado e o desenvolvimento de comportamentos mais compatíveis com a diversidade e a democracia. Situações em que mulheres e meninas estejam em desvantagem e tenham seus direitos violados não podem ser negligenciadas ou minimizadas pela escola. (LINS et al., 2016, p. 63 e 64).

Portanto, é de grande importância que a escola seja um espaço comprometido a evitar reproduzir as desigualdades vividas na sociedade, transformando currículos, práticas em sala de aula, procedimentos de avaliação e espaços de convivência em ferramentas para garantir igualdade, democracia e justiça social.

Freire (2011) expressou em mais de uma oportunidade seu desejo de que a escola fosse um ambiente que respeitasse as individualidades das pessoas, suas identidades culturais, seus desejos e suas necessidades. Para Freire (2011), tornar-

se racista, machista, classista, é transgredir a eticidade que nos faz humanos, é uma ruptura com a decência. “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar” (FREIRE, 2011, p. 59).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: NAS TRAMAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Os procedimentos metodológicos propostos para essa investigação buscam a compreensão de relações de gênero em um ambiente educacional, no que tange ao mapeamento de comportamentos violentos contra mulheres e medidas para o acolhimento das vítimas, conforme objetivos da pesquisa.

A abordagem adotada para essa pesquisa é predominantemente qualitativa, que é uma maneira viável e promissora de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais (GODOY, 1995; NEVES, 1996) e vem sendo alvo de crescente interesse por pesquisadoras(es) da área de educação (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

De acordo com Godoy (1995, p. 21):

Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

A compreensão da dinâmica das relações de gênero nessa pesquisa também se desenvolveu a partir das vivências e percepções de alunas e servidoras do IFSul Campus Sapucaia do Sul, tanto do ponto de vista de vítimas de violência de gênero, quanto do ponto de vista de servidoras e servidores envolvidos no processo de denúncia e acolhimento.

Por ter caráter exploratório, a pesquisa qualitativa tem no ambiente em que se desenvolve, a sua fonte direta de dados, e requer contato prolongado da(o) pesquisadora(or) com este ambiente para que se desenvolva a investigação. Ou seja, na pesquisa qualitativa, ocorre um trabalho de campo intensivo (LÜDKE e ANDRÉ, 1986), onde há uma relação próxima e empática entre pesquisadora(or) e sujeito da pesquisa ou, no caso de pesquisa documental, quem guarda o material (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Neste caso, o Campus Sapucaia do Sul do IFSul foi o ambiente explorado durante a pesquisa de campo, tendo como foco da investigação as relações de gênero entre as pessoas que ali convivem, para que sejam mapeadas as violências de gênero.

A abordagem qualitativa não é rigidamente estruturada e permite a criatividade nas escolhas das ferramentas a serem combinadas no processo de pesquisa: produção e análise de dados devem seguir procedimentos que melhor se adequam às necessidades e especificidades da pesquisa (BAUER e GASKELL, 2002; GODOY, 1995). De acordo com Lüdke e André (2012), é possível afunilar, ou delimitar progressivamente o foco de estudo durante a construção deste. Ademais, pesquisas nas áreas humanas precisam levar em consideração o caráter não exato das observações e análises, mantendo certo nível de flexibilidade das ferramentas utilizadas no decorrer da averiguação.

A construção da pesquisa respeitou etapas importantes, no que tange a princípios científicos, éticos, metodológicos e para que os objetivos de pesquisa sejam atendidos no rigor do método científico. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 70):

[...] o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

A pesquisa bibliográfica, ou o primeiro momento de levantamento de dados partiu da busca de referenciais sobre a temática, e se desdobrou em dois movimentos, a saber: 1) a aproximação a pesquisas relacionadas ao tema, mediante ao levantamento do estado da arte, conforme apresentado na subseção 1.1; e 2) o reconhecimento e posterior aprofundamento sobre conceitos e teorizações que fundamentam a pesquisa, conforme tratado na Seção 2.

Nessa seção foram tratados os principais pontos conceituais para o desenvolvimento da pesquisa, como os conceitos referentes à formação integral e o papel dos Institutos Federais, um breve histórico do conceito de gênero e como ele veio a ser utilizado em estudos acadêmicos, as violências de gênero presentes nas relações entre os sujeitos no mundo do trabalho e o papel social das mulheres no contexto produtivo, além da atuação das instituições educacionais, principalmente a escola, na construção das relações de gênero, produção e reprodução de desigualdades e violências de gênero presentes na sociedade.

A observação dos fatos ou fenômenos que, de acordo com Boni e Quaresma (2005), constitui o segundo momento da pesquisa, passou por um processo de

aprimoramento ao qual as atenções foram sendo focadas em pontos do cotidiano relacionados às especificidades da pesquisa. Cito o processo de aprimoramento uma vez que na cronologia de construção desta dissertação, a observação de fatos e fenômenos iniciou antes da pesquisa bibliográfica e, ainda antes do curso de mestrado. Como servidora da Instituição desde 2011, mulher, estudante, pessoalmente interessada nas pautas feministas e intimamente inquieta frente às desigualdades e violências percebidas, minha trajetória constitui parte do processo de desenvolvimento desta dissertação, é um dos motivos e uma das potências que tornam essa pesquisa possível e dela sucede grande parte da capacidade de análise e compreensão do tema de pesquisa.

Assim, a observação de fatos e fenômenos se estabeleceu como um ato contínuo, porém não sem sofrer adaptações: as observações pontuadas por atravessamentos do sujeito mulher, trabalhadora, servidora na Instituição, adquiriram um caráter de investigação, e também passaram a sofrer atravessamentos da pesquisadora. O ato de observar passou então por um processo de mudança e incorporou o uso de ferramentas e de técnicas de pesquisa, como caderno de campo. Além disso, ampliou o olhar para áreas, segmentos e grupos específicos de mulheres do campus Sapucaia do Sul que não faziam parte das vivências do cotidiano anterior à pesquisa.

Ainda no momento de observação de fatos e fenômenos, a partir do olhar enquanto pesquisadora, cuja subjetividade perpassa modos de ver e compreender a realidade analisada, partiu-se para o desdobramento da pesquisa na análise documental. A pesquisa documental se desenvolveu a partir de fontes primárias, divididas em duas categorias: diretrizes orientativas e organizacionais e documentos locais com função pedagógica. Os primeiros possibilitaram conjecturas acerca do posicionamento institucional perante desigualdades de gênero, e foram examinados em busca de prerrogativas deliberativas e regramentos para o enfrentamento da violência de gênero. O segundo grupo é formado por documentos de expressão discente quanto às relações em sala de aula e registros de ocorrências intermediadas por questões de gênero.

O terceiro momento, os contatos com os sujeitos da pesquisa, ocorreu de forma a ouvir as mulheres que atuam como servidoras no Campus Sapucaia do Sul e as alunas que frequentam os espaços institucionais. Ao total, foram ouvidas 12

mulheres, em entrevistas semiestruturadas, com duração média de uma hora cada entrevista.

As observações ocorreram no espaço escolar e durante as entrevistas, e foram registradas no caderno de campo. Os registros são referentes a observações sobre documentos analisados, comportamentos e falas em entrevistas, ou outras reflexões que surgiram no transcorrer da pesquisa. Todos estes movimentos ocorreram de forma a produzir e analisar dados relevantes ao objetivo da pesquisa, e são descritos nas subseções 3.1 à 3.3.

A triangulação dos dados produzidos a partir das observações, entrevistas e da pesquisa documental possibilitou comparar as violências sofridas por discentes e servidoras, as relações de poder que originam os comportamentos violentos, e o lugar de fala<sup>9</sup> destas mulheres, no sentido de posição social e de necessidades e dificuldades na hora da denúncia.

O projeto previa grupos de discussão com alunas do Ensino Médio Integrado, Proeja e Graduação, porém a necessidade de distanciamento social devido à pandemia do SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave), o Novo Coronavírus, fez com que esta etapa sofresse alterações, conforme apresentado nas subseções que seguem.

### **3.1 Pesquisa documental: reconhecimento das práticas institucionais de acolhimento das vítimas**

Os documentos escritos podem fornecer informações necessárias para a ampla análise de uma situação. Na pesquisa documental são analisados documentos que não receberam nenhum tratamento analítico (fontes primárias), e que, na grande maioria dos casos, não foram elaborados com o propósito de fornecer informações para investigações acadêmicas, em contrapartida, seus dados não sofreram alterações com o passar do tempo e, em alguns casos, podem ser reanalisados, se necessário (GODOY, 1995; NEVES, 1996; GIL, 2002). Por se tratar de fontes primárias, a análise deve ser elaborada cuidadosamente, uma vez que são

---

<sup>9</sup> Lugar de fala é uma expressão que denota lugar social, de localização de poder dentro da estrutura social em que estamos inseridas. Diz respeito ao discurso e à autorização discursiva, que atende a uma lógica em que pessoas que fazem parte de um mesmo grupo compartilham experiências em comum, onde uma matriz de dominação faz com que grupos subalternizados tenham suas experiências e suas existências vistas como específicas, enquanto que o ponto de vista de homens brancos e heterossexuais seja considerado universal e neutro (RIBEIRO, 2017)

dados originais, sem tratamento científico ou analítico, que proporcionam uma relação direta com os fatos e que estão sendo explorados pela(o) pesquisadora(or) diretamente (SÁ-SILVA et al., 2009).

Para atender ao objetivo da pesquisa, foi necessário obter informações sobre como ocorre o posicionamento institucional a respeito da desigualdade de gênero, quais as estratégias e práticas adotadas, além de reconhecer os trâmites e o fluxo de denúncias de violência de gênero dentro do campus. Assumimos os seguintes documentos como fontes primárias para análise: o estatuto, os regimentos geral do IFSul e interno do campus Sapucaia do Sul e a Organização Didática.

Além dos documentos que instituem práticas, estrutura, organização e competências das instâncias administrativas e acadêmicas do IFSul, também foram analisados documentos elaborados pelas(os) líderes de turmas dos cursos técnicos integrados (atas de reuniões pré-conselho) e pela Coordenadoria Pedagógica (registros pedagógicos). As atas de reuniões pré-conselho e os registros pedagógicos possibilitaram o reconhecimento de comportamentos machistas entre discentes e trouxeram importantes informações do ponto de vista das(os) alunas(os) a respeito do comportamento docente em sala de aula, externando que há discursos machistas também por parte de professores. O Quadro 4 apresenta os documentos que fazem parte da pesquisa documental:

Quadro 4 – Documentos que compõem o corpus de análise

<b>Documento</b>	<b>Classificação</b>
Estatuto	Diretriz orientativa e organizacional
Regimento Geral do IFSul	Diretriz orientativa e organizacional
Regimento do Campus Sapucaia do Sul	Diretriz orientativa e organizacional
Organização Didática	Diretriz orientativa e organizacional
Regulamento do uso do nome social no IFSul	Diretriz orientativa e organizacional
Atas de pré-conselhos	Registro do Campus, com função pedagógica
Registros pedagógicos	Registro do Campus, com função pedagógica

Fonte: elaboração própria

No caso em questão, foram analisadas fontes primárias, ou seja, “[...] produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado” (GODOY, 1995). Durante toda a pesquisa de campo e análise

documental, houve cuidado ético para que, a partir destes documentos, não se identifique as partes envolvidas na denúncia (vítima e agressor), mas que a partir dos registros seja possível traçar o caminho percorrido e as(os) profissionais e áreas ou coordenações envolvidas no processo.

A análise documental se mostrou, no decorrer da pesquisa de campo, um importante instrumento de produção de dados sobre relações de gênero envolvendo discentes. Foi possível desenvolver a discussão acerca das violências sofridas e sobre como as vítimas são acolhidas pela Instituição, o que mostrou significativa relevância à investigação, especialmente perante a suspensão das atividades presenciais no campus Sapucaia do Sul, devido à pandemia do Novo Coronavírus. A necessidade de manter distanciamento social e o cuidado com a saúde das participantes impediu que ocorressem os grupos de discussão com discentes, previstos no projeto de pesquisa. Essa seria uma etapa importante, e pretendemos dar continuidade em trabalhos futuros, retomando as investigações para outras publicações.

### **3.2 Entrevistas: tecendo memórias no tensionamento de práticas de violência de gênero no âmbito institucional**

De acordo com Haguette (2007) e Boni e Quaresma (2005), a entrevista é um procedimento de produção de dados que possibilita a obtenção de informações objetivas e subjetivas, para além daquelas a que se tem acesso na pesquisa bibliográfica, na observação e nos dados estatísticos, que se dá através da interação social entre entrevistadora(or) e entrevistada(o). As entrevistas devem ser planejadas e executadas cautelosamente, de modo que possibilitem a produção de “[...] material empírico rico e denso o suficiente para ser tomado como fonte de investigação, [portanto] demandam preparo teórico e competência técnica por parte do pesquisador” (DUARTE, 2004. p. 216). A entrevista possibilita a obtenção de informações subjetivas, que são aquelas ligadas aos valores, atitudes, emoções e opiniões dos sujeitos de pesquisa, e por isso é tão importante em pesquisas que se propõem compreender relações e realidades sociais.

Existem diferentes tipos de entrevistas, que se diferenciam pela maneira com que a(o) entrevistadora(or) planeja a conversa, como estrutura as perguntas, como

se comporta durante o encontro, entre outras variáveis. A entrevista semi-estruturada contempla perguntas abertas e fechadas, o que permite flexibilidade e liberdade de relato à pessoa entrevistada, sem transformar a entrevista em uma conversa sem foco, desligada dos objetivos: as questões são previamente formuladas, ainda na fase de planejamento; o tema é apresentado pela(o) pesquisadora(or), e a(o) informante então discorre sobre o tema proposto (BONI; QUARESMA, 2005). Este modelo atende aos objetivos desta pesquisa, pois o relato livre das entrevistadas acerca das violências de gênero vividas e presenciadas pelas participantes possibilita uma visão do que ocorre no ambiente estudado, do ponto de vista das mulheres pesquisadas, com ênfase nos pontos que elas próprias consideram prioritários.

As entrevistas devem levar em consideração elementos não verbais, além dos verbais. Os significados dos silêncios, das mudanças de assunto, da linguagem corporal e do senso de humor podem dizer muito sobre a memória da entrevistada (THOMSON, 2001), e esses comportamentos, quando observados com sensibilidade e responsabilidade pela(o) entrevistadora(or), podem fornecer importantes informações. Os locais das entrevistas, bem como datas e horários, foram marcados de acordo com disponibilidade e conforto da entrevistada, buscando favorecer o fluxo argumentativo, segurança e garantia de aspectos éticos, conforme abordado na seção 3.3.

Para atender ao primeiro e segundo objetivos específicos, referentes ao reconhecimento das ações institucionais correntes e mapeamento do fluxo de uma denúncia, foram entrevistadas servidoras lotadas em áreas estratégicas, onde a atuação direta perpassa pelo atendimento a diversos setores da unidade, demandando contato com as diferentes categorias de profissionais, discentes e demais usuárias(os) das estruturas do Campus Sapucaia do Sul. Algumas das entrevistadas participam das ações de acolhimento, outras compõem a alta gestão, e contribuem para a construção de políticas e de normativas institucionais. O terceiro objetivo específico, referente à problematização das violências, também foi contemplado nestas entrevistas, uma vez que, inseridas nos processos de acolhimento, as servidoras demonstram conhecimento acerca das nuances que caracterizam as relações de gênero no campus.

Na busca por aprofundar as discussões referentes ao terceiro objetivo específico, foram entrevistadas servidoras que ocupam funções hierárquicas na

unidade e/ou que ocupam papéis importantes na discussão de gênero. São mulheres em posição de liderança, que participam dos processos de tomadas de decisão e, além de terem contato com maior número de pessoas de diferentes departamentos da Instituição, também estão mais expostas a comportamentos machistas e preconceituosos. Ao total, foram ouvidas sete servidoras da unidade, e a seleção levou em conta o interesse e a disposição da entrevistada em participar da pesquisa, além dos lugares de pertencimento e das funções e atividades desempenhadas na Instituição. Prezando pelo anonimato da pesquisa e por preceitos éticos fundamentais no processo de discussão sobre relações de gênero em ambiente de trabalho, informações como nome, função, cargo ou até mesmo idade não são elencadas nesta pesquisa, uma vez que poderiam interferir na identificação destas mulheres por seus pares.

Todas as servidoras entrevistadas foram instigadas a falar do ponto de vista do cargo ou função em que atuam, e também do ponto de vista de uma mulher, servidora, trabalhadora do Campus Sapucaia do Sul do IFSul, suas experiências e reflexões a respeito das violências de gênero que sofreram ou presenciaram no período em que trabalham na unidade. O número de mulheres entrevistadas (sete) superou o previsto no projeto, que era entre quatro e seis servidoras. As entrevistas tiveram duração média de uma hora, foram guiadas com base no roteiro de entrevistas, Apêndice II, gravadas (com a autorização das participantes) e transcritas pela entrevistadora. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disposto no Apêndice I foi apresentado para as participantes, que assinaram e puderam permanecer com uma via do documento assinado pela pesquisadora.

A maior parte das entrevistas com servidoras ocorreu de forma presencial, apenas duas servidoras foram entrevistadas de forma remota, utilizando sistema de web conferência disponível gratuitamente. Tal fato ocorreu devido à necessidade de distanciamento social por motivos sanitários, de saúde pública, decorrentes da pandemia do Novo Coronavírus.

Conforme relatado na apresentação desta seção, não foi possível a realização dos grupos de discussão com as discentes. Porém o tema da pesquisa traz inquietações e aguça a necessidade de escuta das alunas. A análise documental possibilitou acesso a informações diversas e representativas do cenário das relações de gênero envolvendo discentes, através das quais houve relevante produção de dados para análise. Porém o movimento de ouvir as alunas, caso não

ocorresse, deixaria aberta uma lacuna importante no reconhecimento das relações de gênero, de comportamentos violentos e de práticas de acolhimento na Instituição.

Pensando em oportunizar a escuta das alunas sem comprometer o cuidado ético e adaptando ao contexto de distanciamento social, optamos por convidar alunas de diferentes níveis/modalidades de ensino ofertados no campus para uma entrevista individual, de forma remota. Foram convidadas três alunas: uma aluna representando os cursos técnicos integrados diurnos, uma aluna representando a graduação e uma aluna representando o Proeja.

A seleção das participantes dos cursos integrados e da graduação se deu de forma a considerar o interesse demonstrado em participar da pesquisa, na fase de divulgação e convite coletivo para os grupos de discussão, em momento anterior à suspensão das atividades presenciais no IFSul, bem como pela proximidade e histórico de diálogos já ocorridos entre a participante e a pesquisadora.

A aluna do Proeja que demonstrou, inicialmente, interesse em participar da pesquisa, desmarcou a entrevista e, sendo identificada uma aparente hesitação, após algumas tentativas de remarcar a conversa, optamos por respeitar o silêncio da aluna, que já não respondia às tentativas de comunicação. Sem contato com outras alunas e sem a possibilidade de convite em sala de aula, devido a suspensão das atividades presenciais, a pesquisa ocorreu sem entrevista a uma representante do curso, o que é certamente uma lacuna deste trabalho, pois a escuta das mulheres sempre esteve na centralidade dos objetivos da pesquisa. Felizmente outra pesquisa, também ligada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, intitulado *MULHERES NA EJA/EPT (PROEJA): uma aproximação a partir das histórias de vida*<sup>10</sup> foi desenvolvido e aplicado no Campus Sapucaia do Sul do IFSul, e produziu um espaço de escuta rico e produtivo, no sentido de traçar as relações entre a trajetória (e as buscas) de formação escolar/profissional e as representações acerca de gênero e trabalho na vida das alunas do curso.

A aluna da graduação contatada para participar da pesquisa através de entrevista em ambiente *online* comentou com suas colegas, e as mesmas também demonstraram interesse em participar, o que as encorajou a formar um grupo e solicitar que fossem entrevistadas coletivamente. Perante o forte empenho em

---

<sup>10</sup> A dissertação foi desenvolvida pela servidora do IFSul, Mestra em Educação Profissional e Tecnológica Aline Severo da Silva. Foi concluída e aprovada pela banca examinadora em 28 de agosto de 2020 e, no momento da conclusão da presente pesquisa, ainda não havia sido disponibilizada no banco de Teses e Dissertações do programa.

contribuir com a pesquisa e a perceptível urgência demonstrada pelas alunas, em terem um espaço onde pudessem falar sobre relações de gênero no curso, a entrevista ocorreu de forma coletiva. Tal movimento se mostrou importante para a análise, uma vez que, na falta de análise documental para o reconhecimento das relações de gênero na graduação, a escuta destas mulheres se constituiu em uma fonte de informações e uma forma relevante de observação daquele ambiente acadêmico. Ao todo, com a entrevista coletiva solicitada pelas alunas, apesar de termos convidado três, foram entrevistadas cinco discentes do Campus Sapucaia do Sul.

O Quadro 5 apresenta um panorama das entrevistas realizadas com servidoras e alunas:

Quadro 5 – Entrevistas realizadas para a pesquisa

<b>Categoria das entrevistadas</b>	<b>Número de entrevista- das</b>	<b>Forma da entrevista</b>
Servidoras da Instituição	7	5 entrevistas presenciais e 2 remotas, através de web conferência
Aluna representante dos cursos técnicos integrados diurnos	1	Remota, através de web conferência
Alunas representantes da graduação	4	Remota, através de web conferência

Fonte: elaboração própria

A análise das entrevistas ocorreu de forma a identificar as violências recorrentes, os perfis das vítimas, os percursos e os percalços que essas encontraram ao buscar apoio na Instituição, dentre outros. Através da análise das entrevistas, também foi possível tecer conjecturas a respeito do posicionamento da Instituição perante a desigualdade de gênero, das práticas possíveis dentro da estrutura organizacional e das necessidades individuais e intrasetoriais dos agentes envolvidos no processo de acolhimento das vítimas.

### **3.3 Ética na pesquisa: tensionando limites e possibilidades**

De acordo com Thomson (2001), a composição, ou como construímos memórias, passa por um processo que contempla memórias pessoais e coletivas, de maneira a nos sentirmos bem com nossas vidas, com nossa trajetória, com quem

somos. Também é possível que construamos nossas memórias de maneira a que sejam aceitas culturalmente, que se ajustem ao que é publicamente aceitável. Segundo o autor:

Reelaboramos ou reprimimos memórias de experiências que ainda são dolorosas e 'perigosas' porque elas não se ajustam facilmente à nossa identidade atual, ou porque seus traumas e tensões inerentes nunca foram plenamente resolvidos (THOMSON, 2001, p. 86).

Independentemente do tipo de violência sofrida, pode ser muito difícil para uma vítima lembrar e, mais ainda, relatar suas experiências. A sensibilidade necessária para realizar entrevistas potencialmente dolorosas deve estar presente durante todo o processo, sendo importante tanto para que haja a leitura das entrelinhas das memórias (dados não-verbais), quanto para assegurar o bem-estar da pessoa entrevistada, e para assegurar que o desconforto não ultrapasse o normal e aceitável para a pesquisa.

Em alguns casos, é possível que sejam necessárias pausas nos momentos de lembranças mais dolorosas, ou interrupções de linhas de questionamentos. Gatilhos e momentos dolorosos durante a entrevista devem ser respeitados, pausas devem ser feitas e deve-se ter em mente o tempo inteiro que “[...] o bem-estar do entrevistado sempre antecede os interesses da pesquisa” (THOMSON, 2001).

Pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas não veem as(os) participantes como objetos, mas como sujeitos de pesquisa. Isso significa que informantes atuam, juntamente com a investigadora ou investigador, de maneira a colaborar com a pesquisa, valorizando a reflexão sobre suas experiências cotidianas. Ou, de acordo com Guerriero e Minayo (2013 p. 769), “[...] pesquisadores e seus interlocutores são atores ativos do processo da pesquisa, pois em geral o conhecimento das ciências sociais e humanas é gerado em intersubjetividade.” Nesse contexto, onde microdecisões são tomadas com frequência, gerando inúmeros futuros possíveis, a produção de dados acontece em um processo de interação social. Interação essa que ocorre entre sujeitos, dotados de suas próprias complexidades: entrevistadora(or) e entrevistada(o) (GUERRIERO e MINAYO, 2013).

Interações sociais, por vezes, evidenciam vulnerabilidades, que fazem parte destas relações humanas. Na pesquisa, as(os) participantes podem demonstrar maior ou menor grau de vulnerabilidade, dependendo de sua trajetória, do tema da entrevista, ou do seu momento de vida particular. O respeito e a noção de

humanidade devem estar presentes durante a produção de dados, independente da área da pesquisa, sendo aspecto central tratado nas ciências sociais.

Na pesquisa social empírica, entretanto, a profundidade da relação que o investigador estabelece com seus interlocutores constitui uma condição *sine qua non* do êxito de seu trabalho. Nesse caso, podemos afirmar que o respeito ao outro é uma questão ética, mas também metodológica, e faz parte da natureza do estudo (GUERRIERO e MINAYO, 2013, p. 771).

Porém, a vulnerabilidade individual presente na pesquisa não justifica a retirada da autonomia das(os) participantes. Essa vulnerabilidade deve, sim, ser reconhecida, mas também as potencialidades e o poder de decisão das(os) entrevistadas(os), de maneira a criar um ambiente de discussão, reflexão e decisão conjuntas (GUERRIERO e MINAYO, 2013).

Cuidados com princípios éticos foram tomados, a fim de assegurar o anonimato das participantes e para que elas recebessem todas as informações de que necessitassem para participar da pesquisa de forma tranquila. Nas análises de entrevistas com servidoras, buscamos evitar maior exposição não apresentando, além do nome, informações como função, idade, área de atuação ou qualquer outra forma que pudesse claramente identificar a participante. Nas transcrições dos relatos, tomamos o cuidado de substituir a função ocupada, quando citada, por termos genéricos, como chefe, chefia, entre outros. Além disso, as participantes tiveram acesso às seções onde foram transcritas as análises de seus relatos, para que pudessem ler e solicitar alterações ou supressões, caso se sentissem expostas de alguma maneira. Nenhuma alteração foi solicitada.

Esses cuidados foram tomados no intuito de preservar as servidoras de serem identificadas pelos pares/colegas através do cargo ou função que ocupam. As alunas também tiveram suas identidades preservadas, a fim de que a entrevista ocorresse de maneira fluida, oportunizando relatos reais, sem que a pesquisa causasse desconfortos e possíveis interferências nas relações docentes x discentes.

Para a citação direta das entrevistadas, utilizamos um sistema de codinomes, escolhidos pelas participantes, conforme o Quadro 6 apresenta:

Quadro 6 – Método de citação das entrevistadas

<b>Categoria das Entrevistadas</b>	<b>Identificação nas citações</b>
Alunas	Rosa Hedy

	Hermione Enedina Kwolek
Servidoras	Lisa Meredith Dorothy Nina Simone Izabel Maria

Fonte: elaboração própria

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e desde o início desta trajetória todos os cuidados éticos foram tomados, de maneira a preservar o bem-estar das participantes, uma vez que a pesquisa trata de um assunto extremamente íntimo, pessoal e doloroso, como a violência de gênero. Tendo em vista a preocupação com aspectos éticos ser uma característica desta pesquisa, algumas entrevistas ocorreram de forma remota. Não poderia ser diferente neste momento que requer o distanciamento social, onde as atividades presenciais no IFSul estão suspensas devido à pandemia.

O zelo pelo bem-estar e a preocupação com o sofrimento psicológico das participantes persistiram durante todas as fases da pesquisa, e, neste momento específico, dividiram espaço com a necessidade de cuidado com a saúde e a vida dos sujeitos. Esse zelo pelos aspectos éticos significou um redirecionamento de uma das etapas da pesquisa, a fim de resguardar as participantes de possíveis constrangimentos que ficariam suscetíveis em grupos de discussão realizados a distância. Consideramos que esse modelo de entrevista (grupo de discussão) online não proporcionaria o sentimento de segurança e impossibilitariam a pesquisadora de assegurar que as participantes estariam em um ambiente suficientemente privado para poderem falar livremente a respeito do assunto delicado sobre o qual se debruça esta pesquisa. A única exceção foi a entrevista coletiva com alunas do curso de graduação em engenharia mecânica, uma vez que a iniciativa partiu das alunas, que já se conheciam entre si, criaram um grupo virtual e solicitaram a entrevista.

Portanto, considerando as limitações da pesquisa e da pesquisadora, os grupos de discussão inicialmente previstos na etapa de planejamento foram substituídos por uma análise documental mais detalhada e por entrevistas com alunas que demonstraram maior interesse em participar da pesquisa. Os primeiros contatos com as turmas já haviam sido iniciados no momento em que as atividades presenciais foram suspensas, e algumas alunas que já haviam recebido convites para participar da pesquisa demonstraram maior interesse em falar do assunto. Assim, o contato iniciou presencialmente e se manteve no período de distanciamento social. Neste contexto, as entrevistas ocorreram conforme apresentado na seção 3.1.

Todas as participantes, entrevistadas presencialmente ou via videoconferência, receberam os Termos de Consentimento para assinaturas, apresentado no Apêndice I. Os termos contêm dados de apresentação da pesquisa e informam os meios de contato da pesquisadora, para o caso de permanecerem dúvidas. As entrevistadas de forma presencial assinaram o termo em duas vias, e as entrevistadas remotamente receberam o documento em formato digital, para assinatura. As entrevistas foram de grande relevância à investigação. Através delas, foi possível ouvir as mulheres do campus, movimento muito importante para o tema pesquisado. Os dados produzidos através das entrevistas e dos outros instrumentos já citados serão apresentados na seção seguinte.

#### 4 AS RELAÇÕES INTERMEDIADAS POR QUESTÕES DE GÊNERO: ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO

A seção de análise está dividida em três partes: na primeira, buscamos apresentar a análise das concepções e diretrizes que orientam a prática ao combate à violência de gênero na Instituição, em uma análise documental focada em documentos que estabelecem princípios, ações, práticas e a atuação institucional frente à violência e à desigualdade de gênero, como regimentos, regulamentos, estatutos, entre outros. Este movimento atende ao primeiro objetivo específico, e auxilia na compreensão de quais são as diretrizes e estratégias adotadas institucionalmente. Reconhecidas as diretrizes, será possível observar como se desdobram em ações contra a violência de gênero no IFSul, especialmente no Campus Sapucaia do Sul. O Quadro 7 apresenta os documentos analisados na primeira parte:

Quadro 7 – Documentos que instituem estrutura, organização e competências das instâncias do IFSul

Nome	Função	Tamanho
Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	Apresenta o conjunto de regras para a organização e o funcionamento da Instituição, os princípios, as finalidades e os objetivos.	19 páginas
Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	Disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas da Instituição.	79 páginas
Regimento Interno do Campus Sapucaia do Sul	Estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Sapucaia do Sul.	23 páginas
Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação	Rege os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos, relativos ao processo educacional da Instituição, tanto no âmbito geral, quanto específicos de cada campus	115 páginas
Regulamento do uso do nome social no IFSul	Dispõe sobre a inclusão do nome social para reconhecimento da identidade de gênero nos registros acadêmicos e funcionais do IFSul	3 páginas

Fonte: Elaboração própria

Na segunda parte são discutidas as análises de registros pedagógicos, atas de pré-conselho e das falas de servidoras e alunas da unidade, através da

triangulação dos dados produzidos a partir de análise documental, entrevistas e observações. Aqui são problematizadas as violências identificadas através da produção de dados e também é discutida a análise das práticas de acolhimento identificadas nos fazeres institucionais. O Quadro 8 apresenta as ferramentas através das quais os dados triangulados na segunda parte foram produzidos:

Quadro 8 – Instrumentos de produção de dados sobre violências e práticas de acolhimento no Campus Sapucaia do Sul do IFSul

<b>Instrumento de produção de dados</b>	<b>Produção</b>	<b>Registro</b>
Documentos – Atas de pré-conselho.	Produzidos pelas(os) discentes em reuniões de turma.	Modelos de atas do Departamento de Ensino.
Documentos: Registros Pedagógicos individuais.	Produzidos na Coordenadoria Pedagógica.	Modelo de registro da Coordenadoria Pedagógica.
Entrevistas com Servidoras.	Na maior parte, presencial.	Anotações em caderno de campo e gravação do áudio, com posterior transcrição.
Entrevistas com Alunas.	Todas remotamente, via videoconferência.	Anotações em caderno de campo e gravação do áudio, com posterior transcrição.
Observação.	Anotações feitas pela pesquisadora.	Caderno de campo.

Fonte: Elaboração própria

Este movimento atende ao segundo e ao terceiro objetivos específicos, uma vez que possibilita uma perspectiva de como se desenvolve o fluxo das denúncias de violência de gênero no Campus Sapucaia do Sul, quais os departamentos e setores envolvidos, problematizando as violências identificadas.

A terceira parte traz uma discussão a respeito das possibilidades encontradas no decorrer da pesquisa, sugestões e iniciativas tomadas perante a identificação dessas necessidades, no sentido de repensar maneiras de enfrentamento à violência contra as mulheres, considerando a estrutura institucional e suas especificidades. As iniciativas foram apresentadas em reunião ao DEPEI e a membros dos NUGEDs de diferentes unidades, e configuram um encaminhamento decorrente da pesquisa, que propõe a reconfiguração da conduta institucional perante as desigualdades de gênero e as violências decorrentes dessas relações desiguais de poder, em um movimento coletivo de reflexão acerca dos caminhos institucionais já existentes e construção de diretrizes, protocolos e orientações, buscando criar novas estratégias e práticas de enfrentamento às desigualdades.

#### 4.1 Violência de gênero no âmbito institucional: ditos e interditos nas diretrizes orientativas e organizacionais

O movimento de busca e reconhecimento de leis, diretrizes e orientações nacionais a respeito da violência de gênero se estendeu pela pesquisa documental e pelas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Nas entrevistas, a única política pública voltada para a igualdade de gênero e diversidade sexual mencionada é a que diz respeito ao uso do nome social<sup>11</sup>, e está estabelecida na Instituição através da Resolução 35/2016 do Conselho Superior - CONSUP<sup>12</sup>, que aprova o Regulamento do uso do nome social no IFSul. O documento assegura o direito à solicitação de uso de nome social nos registros acadêmicos e/ou funcionais bem como no tratamento oral por toda a comunidade acadêmica, restringindo apenas a emissão de documentos de conclusão de curso, histórico escolar, certificados, certidões e diplomas ao uso do nome de registro civil (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, 2016).

Para além das normativas institucionais, não foram encontradas outras legislações específicas que determinem conduta ou ações institucionais referentes a gênero e diversidade sexual, do âmbito dos Institutos Federais. Porém, há determinações que, ao responsabilizarem o Estado e seus agentes, se aproximam da responsabilização também dos Institutos Federais, visto que, de acordo com Maito et al., (2019, p. 2):

[...] as universidades brasileiras podem ser responsabilizadas pela violência contra as mulheres que ocorre em seus contextos, pois, ao assinar a convenção, o Brasil assumiu o compromisso de proporcionar às mulheres uma vida livre de violência e a obrigação de prevenir, punir e erradicar a violência contra mulheres.

Tal afirmação é embasada nos termos da chamada Convenção de Belém do Pará, de 9 de Junho de 1994, onde foi concluída a Convenção Interamericana para

---

<sup>11</sup> O nome social é aquele pelo qual a pessoa se autodenomina, e escolhe ser reconhecida, identificada e denominada no meio social, pois é o nome que mais reflete sua identidade de gênero. É diferente do nome oficial, ou de registro civil, que muitas vezes pode causar constrangimentos e não refletir a maneira como a pessoa prefere ser reconhecida na sociedade. Seu uso é uma forma de reconhecimento da identidade de gênero.

<sup>12</sup> O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Sul-rio-grandense, ao qual compete as decisões para execução da política geral, em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto, pelo Regimento Geral e pelo regulamento próprio. É constituído por representantes de cada categoria eleitas(os) em todas as unidades, representantes da sociedade civil, do Colégio de Dirigentes, sindicato, representante do Ministério da Educação, entre outras representações. Presidido pela(o) reitora(or).

Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993), promulgada pelo Decreto 1.973, de 1º de agosto de 1996 (BRASIL, 1996).

De acordo com a Convenção, a violência contra as mulheres “constitui uma violação dos direitos e liberdades fundamentais das mulheres” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, p. ?) e é originada nas relações de poder historicamente desiguais que impedem o progresso pleno das mulheres. Assim, os Estados signatários aderem ao compromisso de implementar política tendente à eliminação da violência contra as mulheres, e, com este objetivo, devem, entre outros:

j) Adotar todas as medidas adequadas, especialmente no domínio da educação, a fim de modificar os padrões de conduta sociais e culturais de homens e mulheres e erradicar preconceitos, práticas costumeiras e outras práticas baseadas na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos e nos papéis estereotipados dos homens e das mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, p. ?)

Reconhecendo que a violência contra as mulheres fere a aplicação dos direitos humanos relativos aos princípios da igualdade, segurança, liberdade, integridade e dignidade, violações estas que estão presentes no ambiente universitário (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993; MAITO et al., 2019), a Declaração da Convenção de Belém do Pará e a legislação que a promulga jogam luz à necessidade de proposição de parâmetros normativos e novas formas de enfrentamento das desigualdades de gênero no contexto educacional, enfatizando a responsabilidade do Estado e das instituições de ensino.

Dando continuidade à análise documental proposta nesta pesquisa e ao movimento de reconhecer como as determinações legais se desenrolam em ações e estratégias no IFSul, a leitura de diretrizes orientativas e organizacionais constitui um intenso movimento de tomar determinadas fontes como corpus de análise, e, nessa fase, passa por um exame atento aos seguintes documentos: Estatuto e Regimento Geral do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Regimento Interno do Campus Sapucaia do Sul e a Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação.

Inicialmente, tendo em vista o tema desta pesquisa, consideramos relevante uma observação acerca da apresentação escrita destes documentos: nenhum deles foi redigido observando uma linguagem não sexista. A redação utiliza o masculino

como gênero neutro. Este é o modo de apresentação da maior parte dos documentos Institucionais, incluindo, além das diretrizes organizacionais, também documentos processuais, como formulários, portarias, instruções, entre outros.

O Estatuto do IFSul é um documento de 19 páginas que apresenta o conjunto de regras para a organização e o funcionamento da Instituição. Os princípios, as finalidades e os objetivos são expostos, bem como aspectos da gestão como Órgãos Colegiados e Reitoria, disposição multicampi, além de uma breve apresentação do Regime Acadêmico. Neste documento não há diretrizes ou posicionamento da Instituição a respeito de igualdade de gênero, embora nos princípios sejam lembrados o “compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática” e o “compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do educando e com o processo educacional emancipatório” (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, 2015, p. 4).

O Regimento Geral do IFSul foi aprovado em 2014 e passou por alterações em 2015, 2016, 2017 e 2018. São 79 páginas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas da Instituição. Já o Regimento Interno do Campus foi aprovado em 2017, e estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Campus Sapucaia do Sul.

Ambos os regimentos são documentos que estabelecem a organização estrutural, competências e objetivos da Instituição e as únicas passagens que tratam a respeito de gênero e direitos das mulheres são as referências ao Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED. Assim sendo, não há registro de outras instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas que se ocupem em regulamentar ou instituir o posicionamento da Instituição perante a igualdade de gênero, ou a atuação em casos de violência de gênero contra mulheres, tema central desta pesquisa.

No Regimento Geral, o NUGED está listado como um núcleo não obrigatório nas unidades, e é descrito como “responsável por desenvolver as ações de promoção dos direitos da mulher e da livre orientação sexual, lutando contra a discriminação de gênero e a homofobia nos Câmpus e Reitoria” (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, 2014, p. 75). O documento também prevê que o

NUGED tenha um regulamento único, e que deve ser composto por membros indicados pela diretora ou diretor de cada campus.

O regulamento do NUGED consta na Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação (OD), que é um documento que objetiva reger os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos, relativos ao processo educacional da Instituição, tanto no âmbito geral, quanto específicos de cada campus. O Regulamento do Núcleo é o único trecho da OD que trata das questões de gênero, especificamente. Ao mesmo tempo em que essa pesquisa é desenvolvida, o regulamento do NUGED passa por uma revisão, contando com a participação de membros dos núcleos da reitoria e dos campi. O documento precisa ser concluído e, se aprovado pelas instâncias competentes, deverá ainda ser iniciado um processo de alteração dos demais documentos cabíveis, como a OD, por exemplo.

No Anexo referente aos procedimentos didático-pedagógico e administrativos do Campus Sapucaia do Sul, Capítulo I, encontramos:

Art. 1º O Campus Sapucaia do Sul, visando preparar o educando para o desenvolvimento de suas potencialidades no exercício da cidadania, conscientizando-o do seu papel como aluno, colega e agente transformador na busca da construção de uma sociedade em que prepondere o respeito mútuo e o crescimento coletivo, assegura direitos a seu corpo discente bem como estabelece deveres e proibições (...) (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDESNSE, 2012, p. 57)

Alguns dos direitos do corpo discente que asseguram o tratamento igualitário, bem como o acolhimento em casos de violência são “ser tratado em igualdade de condições pelos demais colegas, professores e servidores técnico administrativos, sem discriminação de qualquer espécie” (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDESNSE, 2012 p. 57); e “receber atendimento psicossocial no âmbito da Instituição, respeitados os critérios e as possibilidades da mesma” (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDESNSE, 2012 p. 58).

O site do IFSul Campus Sapucaia do Sul apresenta o NUGED com a mesma definição encontrada no regulamento próprio do núcleo:

O Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED) é responsável por desenvolver as ações de promoção dos direitos da mulher, dos apenados, dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social e de todo um elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural. (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDESENSE, 2020)

A descrição do núcleo no documento que o regulamenta é mais ampla do que sua real atuação. O regulamento prevê que o núcleo atue junto a “todo um elenco que compõe o universo da diversidade”, porém, o Núcleo de Gênero e Diversidade é focado nas questões de sexualidade e gênero, uma vez que o IFSul já possui outros núcleos específicos que discutem e promovem a inclusão de pessoas com deficiência (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE), e de afrodescendentes e indígenas (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI), sendo que estes são, diferentemente do NUGED, obrigatórios em todas as unidades da Instituição. Há também ações de assistência estudantil para o caso de discentes em situação de vulnerabilidade social, como bolsas e auxílios financeiros que buscam a inclusão e permanência destas(es) estudantes na Instituição.

Não foram encontradas legislações ou outros documentos que orientem as ações para a promoção da igualdade de gênero ou contra a violência de gênero especificamente no âmbito da Instituição, além dos citados nesta seção. As pessoas entrevistadas para a pesquisa informaram tampouco ter conhecimento de regramento específico.

Os documentos analisados não citam os departamentos e/ou coordenadorias que devem ser envolvidos em situações de violência de gênero, não preveem ações coordenadas e intersetoriais, tampouco permitem a identificação de estratégias para o combate à violência de gênero ou para a promoção da igualdade de gênero. A única instância claramente demarcada para atuação no sentido de fomento à igualdade de gênero é o NUGED, núcleo de caráter não obrigatório, ao contrário de outros núcleos, também essenciais para a promoção de uma educação inclusiva.

Nesse sentido, é possível observar que a Instituição não apresenta, em suas diretrizes orientativas e organizacionais, regramento de ações institucionais de combate à desigualdade de gênero, tampouco apresenta prerrogativas deliberativas que orientem a atuação institucional no tratamento a situações de violência de gênero, especificamente. A possibilidade de formação de um núcleo em cada unidade, que se ocupe em discutir questões de gênero, é a maneira como a Instituição se mostra apta a debater e a promover a igualdade de gênero nas relações entre sujeitos que a compõem.

O que estes documentos não apresentam, ou seus interditos, se torna

responsabilidade de cada unidade da Instituição. Sendo o Instituto Federal Sul-rio-grandense uma instituição multicampi, a atuação perante situações de violência de gênero pode ocorrer de diferentes formas em diferentes unidades ou campi. O que se observa então, na unidade em que este estudo se debruça, o Campus Sapucaia do Sul, é que essas situações são tratadas de acordo com análise individualizada de cada caso, e considerando a visão de cada agente/sujeito envolvido no contexto, conforme as análises nas seções que seguem irão corroborar.

#### **4.2 Cada caso é um caso? Do papel Institucional no combate à violência de gênero**

“Cada caso é um caso” justifica a rejeição de soluções pré-fabricadas. E então? O que vem depois? Com quais instrumentos vamos tentar apreender e compreender a realidade diante de nós? Com a intuição pessoal de cada um? É o que temo, pois essa intuição — que tende a chegar na forma de vagos princípios universalizantes — é muitas vezes o que mais garante o massacre simbólico do “outro” (FONSECA, 1999, p. 62-63).

“Cada caso é um caso” nos remete ao anúncio de um espírito crítico na análise de fatos ou de sujeitos. É também utilizado para expressar frustração com normas e regras massificantes, e enfatizar que “a realidade não se encaixa facilmente nos tipos ideais propostos nos manuais escolares” (FONSECA, 1999, p. 58), por exemplo. Posicionamento que dificilmente se pode recusar, tampouco discordar, e que é válido nas atribuições profissionais, para muitas áreas de atuação.

No entanto, na sua crítica teórico-metodológica ao uso da Etnografia em pesquisas de diversas áreas de conhecimento, Fonseca (1999) teme que, na adoção do “cada caso é um caso”, a falta de critérios e de rigor científico esteja isolando o indivíduo do seu grupo social, levando a análises individualizadas, e que não tomem como corpus de análise o contexto social em que os sujeitos de pesquisa estão inseridos. Na visão da pesquisadora, essa prática compromete a competência no método etnográfico, que depende da busca por sistemas que vão além do caso individual. Assim, o uso de soluções pré-fabricadas, ou do método científico e de técnicas e estratégias consagradas, não deveriam ser substituídos simplesmente pela intuição, pelos valores morais e preferências pessoais de cada pesquisadora e pesquisador.

A crítica de Fonseca (1999) é focada no uso do método etnográfico, porém

suas elucubrações nos valem também, como ponto de partida da análise dos dados produzidos na investigação que ora se apresenta, e nos presenteia com inquietações: quais os prejuízos de se tratar cada caso de violência de gênero individualmente, sem considerar o contexto social em que os indivíduos estão inseridos? Dito de outra maneira, não seria deixar de reconhecer que atitudes aparentemente individuais estão implicadas em uma estrutura social desigual que produz formas de violência contra mulheres?

Neste momento, sem perder de vista as críticas de Fonseca (1999) ao “cada caso é um caso”, passamos a tratar da análise, problematização e mapeamento das violências de gênero identificadas durante a pesquisa realizada no Campus Sapucaia do Sul do IFSul, bem como das ações de acolhimento às vítimas de violência de gênero. Entrevistas, análise documental e observações foram as formas de produção de dados, que possibilitaram a triangulação para reconhecimento do cenário das relações de gênero e da conduta institucional frente às desigualdades presentes na unidade. A discussão tecida a partir da triangulação dos dados se desenvolveu no sentido de atender ao objetivo de reconhecer e problematizar as formas de violência presentes nas tramas relacionais da comunidade acadêmica, bem como identificar os espaços, setores e agentes reconhecidos pelas alunas e servidoras como espaços de escuta.

A análise documental contemplou, além das diretrizes organizacionais anteriormente apresentadas, Atas de Pré-conselhos e Registros Pedagógicos nominais, de discentes. Não foi possível analisar os registros nominais e pastas de docentes por questões de sigilo. Após ponderar sobre as implicações de permitir acesso às informações a respeito da conduta de profissionais da unidade a Instituição considerou inviável disponibilizar estes documentos, uma vez que a pesquisadora também atua como servidora no Campus Sapucaia do Sul.

Os pré-conselhos são reuniões semestrais que estudantes de todas as turmas dos cursos técnicos integrados fazem antes dos conselhos de classe. Cada turma tem duas pessoas na liderança (alunas e alunos), responsáveis pelo preenchimento das atas destas reuniões. As atas são elaboradas de acordo com um modelo pré-estabelecido pelo Departamento de Ensino, em uma folha de tamanho A4 contendo a descrição das percepções de cada turma a respeito de aspectos previamente classificados a partir da seguinte lógica binária: “pontos positivos” e “pontos negativos”.

Os registros pedagógicos são organizados em pastas com envelopes plásticos, onde são arquivadas as ocorrências registradas pela Coordenadoria Pedagógica. Cada curso técnico possui uma pasta, e as ocorrências são registradas individualmente, em modelos de ata padronizados, que são preenchidos, a maioria em escrita cursiva, pela servidora da coordenadoria que realizar o atendimento à ocorrência.

Todos os registros disponibilizados pela Coordenadoria Pedagógica foram examinados, e, dentre estes, 42 foram selecionados para compor a análise documental, parte desta pesquisa, pois neles foram identificadas questões de gênero e/ou sexualidade permeando a ocorrência. Foram selecionados registros de 2015 a 2019, distribuídos da maneira apresentada na Tabela 1, de acordo com o período:

Tabela 1 – Distribuição dos Registros Pedagógicos por ano

<b>Ano</b>	<b>Número de registros selecionados</b>
2015	1
2016	3
2017	6
2018	17
2019	14
Sem data	1

Fonte: elaboração própria

Durante o exame aos registros, foi constatado que a maneira como estes documentos são arquivados não segue um padrão exato para definir se o registro pertence à pasta referente ao curso do agressor ou da vítima. Alguns registros estavam arquivados na pasta do curso daquelas(es) discentes que procuraram a Instituição para fazer uma denúncia, informando no cabeçalho apenas os nomes das reclamantes e citando o nome do “transgressor” apenas no corpo do texto. Em outros casos, o registro citava o nome da aluna ou do aluno que havia sido denunciado, apenas. Observou-se que esses eram os casos em que as(os) reclamantes eram servidoras(es) técnicas(os) administrativas(os) ou docentes. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos registros, por curso:

Tabela 2 – Distribuição dos Registros Pedagógicos por curso

<b>Curso</b>	<b>Número de registros selecionados</b>
Curso Técnico em Eventos	11
Curso Técnico em Plásticos	7
Curso Técnico em Mecânica (curso iniciou em 2019)	1
Curso Técnico em Informática	16
Curso Técnico em Administração do Proeja	7

Fonte: elaboração própria

Os registros selecionados foram anotados em um caderno de campo, com apontamentos de turma, curso, data, acontecimento gerador e observações da pesquisadora, o que facilitou uma análise mais profunda e a categorização das ocorrências. Também foi utilizado um sistema de cores nas escritas e colagem de etiquetas nas páginas do caderno, para identificar os registros e as recorrências dos acontecimentos geradores.

Este acompanhamento pedagógico só ocorre com os cursos integrados, o que exclui dessa fase da análise documental o curso de Engenharia Mecânica, oferecido pelo campus. Assim, as informações referentes às relações de gênero na graduação são oriundas de entrevista com discentes.

Alunas dos cursos integrados também foram procuradas e convidadas para participarem da pesquisa: uma aluna representando o Proeja, que, apesar de num primeiro momento demonstrar interesse, acabou desistindo e outra, representando os cursos técnicos integrados diurnos, que foi entrevistada de forma remota, individualmente, através de sistema de web conferência. A única entrevista que ocorreu de forma coletiva foi com as alunas da graduação, pois houve uma solicitação por parte do grupo.

Devido ao volume e profundidade de informações acessadas nessa fase da pesquisa de campo, foram identificadas diferentes possibilidades de categorização dos registros para análise e posterior cruzamento de dados com entrevistas e observações. Optamos, para essa investigação, a escolha de categorias que permitiram desenvolver a pesquisa em torno de comportamentos e situações recorrentes, identificados em documentos e falas das entrevistadas, bem como em seus silenciamentos. Foram assumidos para análise determinados comportamentos que demonstram ser parte de um padrão de comportamento violento não

individualizado, mesmo quando reconhecidos de forma individualizada pela Instituição. Além desta análise também consideramos a necessidade de discutir o posicionamento institucional perante a violência de gênero, e as práticas de acolhimento, o que também contribuiu para a escolha do recorte que se desenvolve nesta seção.

#### **4.2.1 O gracejo e o silenciamento no exercício de práticas de violência**

Mais do que espaço de formação profissional, a sala de aula é um espaço de formação das subjetividades individuais e coletivas, e constitui espaço de vivências que contribuem para o processo de construção da consciência de si, da criação de simbolismos, da personalidade e do posicionamento profissional e pessoal nos diversos espaços que ocupamos na sociedade (MORAES; CRUZ, 2018; LOURO, 2014). Esse processo de formação de subjetividades tem o poder de transformar a sociedade, uma vez que contribui para a reflexão sobre novas formas de ser e estar no mundo.

A vida escolar reflete a e na trajetória dos sujeitos, não exercendo influência apenas durante o tempo em que este está em condição de educando, mas também nas (re)significações das vivências sociais e familiares anteriores ao tempo de formação e na atuação, enquanto cidadãs e cidadãos, trabalhadoras e trabalhadores, após a conclusão da educação formal. A determinação do tempo de formação também é constituída dentro de uma lógica social onde as diferentes e desiguais condições de vida, de trabalho e de acesso às oportunidades passam pelas relações de gênero. De acordo com Silva (2020), que realizou uma pesquisa junto às alunas do PROEJA no campus Sapucaia do Sul, questões de gênero interferem diretamente na trajetória escolar dessas mulheres, onde a formação escolar na juventude é sobrepujada em favor de outras experiências individuais, principalmente ligadas à família e ao trabalho.

Expressões de gênero nas famílias, que não incentivam a educação formal de meninas e que as responsabilizam por atividades domésticas de manutenção do lar e cuidado com as pessoas desde muito novas são fortes marcadores nas vivências escolares e nas causas da interrupção dos estudos na juventude. A maternidade e o casamento, juntamente com a manifestação de um papel masculino no controle

sobre as mulheres nos contextos familiares também aparecem como motivos de abandono dos bancos escolares, pois o exercício da maternidade e do casamento historicamente foram constituídos como função social feminina e acabam limitando a existência das mulheres ao espaço doméstico (SILVA, 2020).

Aliada às representações de gênero na família e na sociedade, as condições socioeconômicas e a necessidade de iniciar a atuação no mundo do trabalho aparecem nas experiências das mulheres do PROEJA do campus Sapucaia do Sul como a principal causa da interrupção de suas trajetórias de escolarização (SILVA, 2020). Perante a impossibilidade de conciliar trabalho com escola, as necessidades básicas de sobrevivência acabam apresentando caráter urgente, e as exigências do trabalho são priorizadas em detrimento dos estudos.

No caso das mulheres que encontram condições para retomar os estudos na vida adulta, a escola pode se mostrar um espaço fértil para a construção de uma vida melhor, através de melhores empregos, para a ressignificação das experiências e para o desenvolvimento subjetivo do próprio modo de ser e estar no mundo, tanto individual quanto coletivamente (SILVA, 2020). Porém, para que a escola cumpra esse papel transformador, as trajetórias, os marcadores sociais e as relações de poder presentes na sociedade não podem ser negligenciados e postos à parte do processo de formação educacional.

Espaços educacionais e de formação profissional reproduzem relações e mecanismos de poder referentes a diversos marcadores sociais, como de gênero e de raça, e, espaços dedicados a formação em áreas de conhecimento e de atuação socialmente tidos como masculinos tendem a reproduzir violências de gênero, conforme vimos em outros espaços de organização hierárquica que constituem a sociedade em que vivemos.

A leitura e análise das atas e dos registros pedagógicos e a escuta das alunas e servidoras por meio de entrevistas permitiu a identificação de alguns padrões de violência de gênero presentes no ambiente escolar estudado. Um deles é o silenciamento de práticas de violência. Outro é a prática de comentários carregados de teor violento e discriminatório, disfarçados de humor e descontração.

As práticas que ocultam as violências sofridas podem ocorrer por diversos motivos, e não necessariamente são planejadas ou ocorrem conscientemente por parte de quem as registra. Os gracejos foram identificados na análise documental e nas entrevistas às discentes, de forma recorrente.

Foram analisadas atas de pré-conselhos de quatro semestres: dois de 2018 e dois de 2019. Nos relatos sobre os relacionamentos entre colegas, foi recorrente o registro de intolerância e falta de empatia. A falta de respeito também foi citada em diversas turmas, e uma turma citou “comentários desnecessários” por parte de alguns colegas. Em nenhum dos casos foi especificado que as reclamações a respeito de falta de empatia, de falta de respeito ou que os comentários desnecessários tiveram teor sexista ou machista, mas consideramos que essa é uma possibilidade.

Os “pontos positivos e negativos” a respeito de docentes, como dito anteriormente, também constituem as atas de pré-conselhos. Nos “pontos negativos”, algumas reclamações foram contundentes, e expuseram comportamento machista e LGBTfóbico por parte de alguns professores homens, em 2019. No ano de 2018, não identificamos possíveis violências de gênero relatadas nas atas de nenhuma turma nos três cursos técnicos integrados e Proeja.

No primeiro semestre de 2019, foi identificado descontentamento por parte das(os) alunas(os) com as brincadeiras de um professor, que deveria “filtrar melhor” com quem as faz. Relatos de “piadas e assuntos inadequados e preconceituosos”, e “piadinhas sem graça” também são exemplos de reclamações. Esses registros foram feitos por turmas do Curso Técnico em Eventos, frequentado majoritariamente por meninas. Em outro curso, houve a reclamação de um professor que faz comentários machistas e grosseiros, outro que faz “algumas colocações desnecessárias”, e ainda outro, que faz “brincadeiras fora de hora, inadequadas e sem limites”.

No segundo semestre de 2019 foram identificados os seguintes relatos: professor faz piadas ofensivas (em duas turmas do Curso Técnico em Eventos), professor interrompe a fala das alunas, professor inconveniente em assuntos e comentários, professor “deve dosar a linguagem”, professor “inconveniente e debochado”, professor “faz piadas bagaceiras”, além de algumas reclamações de falta de respeito e grosseria por parte de professores. Apenas neste semestre foi identificada a reclamação de falta de respeito por parte de uma professora, que segundo a turma “precisa respeitar mais os alunos”.

Em muitas colocações observa-se o descontentamento das turmas com um comportamento intimidador, desmotivador, opressivo, não acessível, e relatam “má conduta” docente, e por esse motivo é possível que as reclamações a respeito de “comentários desnecessários” ou “piadas sem graça” estejam se referindo a

questões de raça e gênero. Isso porque, quando as(os) alunas(os) querem demonstrar descontentamento com comportamentos que desmereçam a condição de discente, ou quando estão descontentes com a atuação pedagógica e práticas de ensino docente, os relatos são contundentes e estabelecem ligação direta com o que foi feito, o que foi dito, o que ocorreu. Citam materiais utilizados em sala de aula, como apresentações em *power point*, ou a maneira de falar ou explicar o conteúdo como sendo o problema.

Por outro lado, foram recorrentes outras reclamações, de modo reticente, com uma linguagem que permite identificar algum nível de autocensura, tangenciando a descrição de um comportamento machista, racista ou LGBTfóbico. Os relatos de “piadas bagaceiras” e “piadas preconceituosas”, por exemplo, deixam transparecer um sentimento de desconforto em replicar o que foi dito. Ao mesmo tempo em que essas(es) alunas(os) encontram na ata um espaço seguro para dizer que sofrem opressão, que determinada(o) docente não está explicando bem a matéria, o mesmo não ocorre para que seja possível replicar essas piadas. Como se fossem tão “bagaceiras”, que não deveriam ser transcritas.

As diferentes maneiras de registrarem descontentamentos com práticas de ensino e com comportamentos “constrangedores”, podem ser classificadas como ditos e interditos. O que se pode dizer, e o que não se pode. Quando há interdito, há o silenciamento em classificar abertamente como violência e denúncia. As expressões utilizadas para se referirem a constrangimentos sofridos como, por exemplo, “piadas sem graça” e “comentários desnecessários” aparecem como uso do que pode ser dito, para descrever o que não pode. Possivelmente isso ocorra também pelas próprias relações de poder que se estabelecem entre quem relata e quem lê/registra o ocorrido e ainda entre quem relata e quem produz práticas de violência no cotidiano escolar.

Há também a diferença entre “o que vale a pena ser dito, e o que não vale” de acordo a estudante Hermione. Comportamentos, discursos e tratamentos considerados “micromachismos” são comuns no dia a dia das mulheres, que muitas vezes não consideram válida a denúncia por se tratarem de situações muito sutis, embora violentas. As relações entre docentes e discentes em sala de aula são permeadas por diversas graduações de poder e de hierarquia, e, para evitar possíveis animosidades, as alunas acabam aceitando as repetidas piadas e

comentários machistas como um “traço da personalidade da pessoa” que deve ser encarada como algo a ser relevado, de acordo com a jovem aluna Rosa.

Cabe aqui ressaltar as especificidades do Curso Técnico em Eventos, citadas em entrevistas e também identificadas nos registros pedagógicos. Foram encontrados registros de *bullying* e de assédio sexual ocorridos de acordo com particularidades do curso, ou em atividades específicas da área. Os registros incluem assédios praticados por terceiros a alunas que participavam de um evento como auxiliares (atividade extraclasse característica do curso) e comportamento recorrente de desrespeito por parte de alunos de outros cursos do Campus Sapucaia do Sul. Estes últimos motivados pelo preconceito direto com o curso de eventos e com a composição majoritariamente feminina da área, que não constitui uma ciência dura e, portanto, não é vista com o mesmo status dos cursos técnicos em mecânica e em informática, por exemplo. Esse preconceito com áreas de conhecimento ligadas às ciências humanas também aparece como sendo discurso de docentes, de acordo com algumas entrevistas, e pode estar intrinsecamente ligado a um modelo de ensino técnico que não leva em consideração os conceitos de politecnicidade e educação integrada que norteiam os Institutos Federais, conforme nos trazem Frigotto (1988 e 2011), Saviani (2007), Ramos (2008) e Silva (2009).

Nos registros nominais referentes a discentes também foram identificados alguns casos de ocultamento de informações, que caracterizam silenciamento de violências. Mesmo que não deliberadamente, estes documentos acabam ocultando violências e não deixando explícito quando se trata de violência de gênero ou de racismo, por exemplo.

Em registros envolvendo discentes transexuais o gênero atribuído ao sujeito durante a transcrição do relato nem sempre está de acordo com a identificação de gênero da pessoa envolvida. Esse ocultamento pode ser característico de desinformação, ou da não priorização da correta menção do gênero do sujeito, pois identifica-se a preocupação com o bem estar, com a saúde e com a inclusão destas(es) alunas(os) no desenrolar dos registros, o contato com familiares e o encaminhamento a setores de atendimento psicológico, quando necessário.

Em alguns casos, a servidora que atendeu à denúncia reconhece a existência de violência de gênero, identifica o machismo no comportamento do agressor, mas não registra no documento. Conforme relatos nas entrevistas, há casos em que discentes procuram o setor, o problema é discutido, resolvido e encerrado, sem que

ao menos se faça o registro por escrito. Violência de gênero não é um comportamento colocado como foco de atenção, como algo que “está no radar”, conforme relata uma entrevistada. Não é um comportamento institucionalizado de busca e identificação de desigualdade de gênero ou de relações e comportamentos violentos, e, como questões de gênero se encontram intrincadas, permeadas nas tramas das relações interpessoais e coletivas, a causa das desavenças, brigas, desentendimentos, entre outras diversas ocorrências, não é nem identificada como sendo relacionada ao machismo ou a LGBTfobia.

Essas práticas não necessariamente ocorrem devido a uma intenção de silenciamento, mas possivelmente não há a priorização do registro destas violências em documentos, uma vez que estes não são produzidos com o intuito de servirem de fonte de estatística ou de pesquisa. Os registros são redigidos durante a denúncia, e, muitas vezes, já apontam o desfecho da ocorrência, o que pode resultar em ocultamento das violências nos registros, mesmo que o assunto tenha sido pauta durante o diálogo com os sujeitos envolvidos.

Tampouco estes registros são produzidos ou planejados a fim de serem fontes ou indicadores para planejamento de ações institucionais. São tomados de forma individualizada, tratando cada caso como único e isolado, sem necessariamente conduzirem a uma observação do comportamento coletivo, ou observação de padrões violentos no espaço escolar, tanto entre jovens quanto na relação com docentes. É a prática do “cada caso, é um caso”.

Não foram encontrados registros se referindo diretamente a homofobia, transfobia, ou outros tipos de preconceito sexual e de gênero, e apenas um registro, realizado pelo Grêmio Estudantil, envolvendo discurso racista. Porém, há diversos registros que se referem a desavenças, discussões e *bullying*, sem citar a causa das brigas ou discussões, e nenhum deles identifica sexualidade, raça, origem ou pertencimento social como sendo uma possível causa. Alguns documentos relatam reclamações de “comportamentos inadequados”, “falas inadequadas”, “condutas inadequadas”, etc, mas não especificam o que é inadequado, ou por que o é considerado.

A prática de ocultar ou não registrar/classificar as violências nos documentos de ocorrências implica em uma maior dificuldade de reconhecer o contexto em que estes sujeitos estão inseridos, e desenvolver ações de combate à violência. A reprodução de comportamentos violentos não ocorre de forma individualizada, mas

coletiva e recorrente. Porém, se institucionalmente essas ocorrências são vistas e tratadas de forma isolada, como um comportamento pontual, sem o registro e categorização das violências o comportamento coletivo pode passar despercebido.

Já a atuação da coordenadoria pedagógica frente a casos de violência sexual sofrida por alunas em suas casas e assédios ocorridos em redes sociais demonstra que há acolhimento das vítimas e que a Instituição trabalha conjuntamente com outras organizações, como o Conselho Tutelar e Polícia Federal, além de haver um trabalho intersetorial dentro do campus, construindo uma rede de apoio e acolhimento destas vítimas e demais familiares. Em alguns casos, o acolhimento encoraja alunas a denunciarem outros tipos de assédio que vêm sofrendo dentro do campus, o que traça a relação entre atendimento acolhedor e encorajamento para denúncias.

Alguns registros já apresentam as providências tomadas pela coordenadoria pedagógica, ou pelo departamento de ensino após a denúncia. Algumas providências, ou punições chamaram a atenção, no sentido de identificar o modelo de classificação de grau de gravidade adotado pelos setores envolvidos. Em situações de assédio recorrente a uma mesma aluna, que busca insistentemente a Instituição para reclamar do comportamento do colega, a repreensão foi mais branda do que em uma situação em que o sujeito se comporta de maneira inadequada nas vivências de sua sexualidade, sem diretamente importunar terceiros. Considerando que repreensões mais severas são, ou deveriam ser aplicadas em casos mais graves, questiona-se a análise dos ocorridos, pois em casos onde uma aluna é assediada recorrentemente pelo mesmo colega, espera-se uma repreensão mais dura. Porém, não é o que ocorre, ou ao menos não é o que foi encontrado nos registros. Essa situação é mais um indicativo de que, possivelmente, as ocorrências sejam vistas como pontuais, individualizadas, impedindo a atuação ativa na mitigação de comportamentos violentos enraizados em uma lógica sexista que historicamente desempenha papel nas relações sociais.

Foram identificados também registros de “excesso de namoro”, e de “conduta inaceitável” no comportamento sexual no campus, mesmo que não especificando exatamente qual o comportamento indesejado ou o gênero/orientação sexual dos sujeitos envolvidos. Jovens que estão vivendo este período de amadurecimento do corpo ainda estão descobrindo as formas e intensidades de demonstrar seus afetos, seus desejos, e de construir suas identidades frente às mudanças hormonais e às

pressões exercidas pela vida em sociedade. O espaço escolar oferece possibilidades e provocações que desafiam as práticas pedagógicas como as conhecemos.

Seffner (2011) discorre sobre as descobertas e possibilidades eróticas do corpo propícias de serem desenroladas nas vivências de jovens, e aponta que a escola é um ambiente com forte sociabilidade e, portanto, o espaço onde geralmente essas descobertas ocorrem. Juntamente com esse despertar para a sexualidade, surgem as dúvidas, as curiosidades, os medos, os questionamentos, como um processo natural de crescimento e amadurecimento. O autor argumenta que é papel da escola abordar questões acerca de sexualidade e de gênero, mesmo que ainda existam tantas dúvidas e incertezas quanto a forma e intensidade de se introduzir esse debate, mas que o movimento entre reprimir e estimular é válido.

As famílias também têm papel importante nesse despertar do corpo, e os valores e questões morais são diversos nessa área. Por outro lado, há toda uma provocação de questões sexuais e de gênero pela mídia, através de todo um aparato de ferramentas (filmes, novelas, músicas, literatura, moda, ambientes virtuais). Atuar de maneira a reger questões de gênero e sexualidade sem discriminação por orientação sexual e gênero e ao mesmo tempo não se deixar colonizar por vieses privados de moral religiosa, é o papel da escola, que visa à formação científica e à sociabilidade, respeitando a diversidade (SEFFNER, 2011).

Conforme já dito anteriormente, o curso superior oferecido no Campus Sapucaia do Sul não produz atas de pré-conselho, e, apesar de ter na Coordenadoria Pedagógica uma possibilidade de diálogo com a Instituição, o setor não costuma ser muito procurado por discentes da graduação. Neste caso, a entrevista possibilitou verificar o ambiente encontrado por mulheres no curso, que são minoria absoluta, (49 matrículas femininas no segundo semestre de 2019, frente a 301 masculinas<sup>13</sup>) e construir conjecturas a respeito das relações de gênero existentes neste espaço.

O percentual de mulheres matriculadas no curso, comparado ao de homens, reflete a desigualdade presente na profissão. De acordo com a Federação Nacional dos Engenheiros – FNDE (2017), as mulheres representavam 16,8% das(os) profissionais da área em 2003, passando a 20,8% em 2013. Já no curso de

---

<sup>13</sup> Dados da Coordenadoria de Registros Acadêmicos – CORAC, do Campus Sapucaia do Sul.

Engenharia Mecânica do IFSul Campus Sapucaia do Sul, a participação feminina no corpo discente não passa de 11,2% em 2013, e 14,4% nos anos de 2017, 2018 e 2019, o que demonstra números ainda mais desiguais do que os do mercado de trabalho.

A prática do gracejo e do silenciamento, assim como dos documentos referentes aos cursos técnicos integrados, também foram identificadas nas falas das graduandas entrevistadas.

Os professores fazem comentários depreciativos pras alunas, que não fariam pros alunos. Às vezes são coisas sutis que a gente tenta corrigir na hora, ou até falar alguma coisa pra ele notar que isso não foi legal. Mas é difícil, a gente sempre tá em número menor, às vezes é a única mulher ali. E a gente acaba não sabendo o que fazer. Como vou me defender, me impor, no meio dessa quantidade de gente que não pensa como eu? Ou vou aceitar isso e ficar quieta? Eu nunca sei como reagir. (Kwolek, aluna)

Com essa coisa de ficar cobrando que a gente tem que ter sempre as respostas, a gente acaba se calando. A gente evita de se manifestar, porque a gente sabe que se a gente falar qualquer coisa, seja uma dúvida ou uma colocação que a gente tem certeza, vai ser questionado. Em pouquíssimas situações o que a gente fala é encarado com naturalidade, como só uma estudante se manifestando. (Enedina, aluna)

Essas situações depreciativas, em que a aluna já está em uma posição isolada no ambiente escolar, são intensificadas com piadas e comentários jocosos. Nos relatos e expressões das alunas, é claramente perceptível que esse tipo de comentário exerce um grande poder de encantamento da plateia, e de que, muitas vezes, os professores usam desse artifício para “conquistar o público”, construindo uma imagem de professor descontraído, que ministra aulas agradáveis perante a grande maioria da turma, ao mesmo tempo em que isola, humilha e desencoraja as alunas. Essa aparente adesão ao discurso machista e/ou misógino que os colegas demonstram ao rir das piadas, dificulta o enfrentamento das alunas que, muitas vezes, não conseguem se defender e se sentem ainda mais sozinhas no ambiente escolar, pois há esse comportamento de aceitação ao posicionamento do interlocutor por parte da turma.

Além de silenciar, a cobrança diferenciada também alimenta uma pressão castradora nas alunas, que relatam sentirem necessidade de sempre saberem tudo, nunca ter dúvidas, sempre estar mais preparadas do que o resto da turma, para que não precisem fazer perguntas em sala de aula. Na entrevista as alunas relatam não sentirem liberdade para perguntar, e sentirem medo, pois situações em que elas não

saibam tudo, podem ser vistas como algo que corrobore a ideia misógina de que mulheres são inferiores aos homens, pelo menos na área de formação em que se encontram. Outra situação relatada também pelas entrevistadas, é que em algumas disciplinas, elas são tratadas com “pena”, um certo nível de condescendência por serem mulheres, seja pelo caráter “frágil e delicado”, seja pela menor capacidade de compreensão da matéria que alguns docentes e colegas atribuem às mulheres. Ao mesmo tempo, as alunas relatam uma cobrança maior às mulheres da engenharia, no sentido de elas não se sentirem “no direito de errar”: para ser considerada capaz, deve ser melhor do que os outros alunos. Se não for a melhor, não é capaz.

Há uma expectativa maior com relação às notas das mulheres, inclusive por parte dos colegas. É esperado que as alunas sempre obtenham notas mais altas, possivelmente pela visão de que mulheres sejam mais estudiosas e organizadas. Essa expectativa de notas altas vai de encontro ao tratamento condescendente e às piadas depreciativas relatadas pelas alunas, o que nos remete a considerar que as expectativas ocorrem devido à ideia de que o êxito acadêmico feminino teria origem em um suposto comportamento pautado na obediência às regras, ou o que Carvalho (2001) chama de feminilidade assentada na obediência às normas, na organização e na submissão, e não na capacidade dessas alunas. Ou seja, espera-se que mulheres tenham notas altas porque são educadas para fazer o que lhes é pedido, e não porque possuem capacidade intelectual para tal.

Em consenso com a teoria, Louro (2012 e 2014) nos dá pistas acerca das diferentes expectativas de formação de acordo com o gênero, assim como Carvalho (2001) evidencia discrepâncias na avaliação de docentes diante de construções de feminilidades e de masculinidades. Essas expectativas com relação ao desempenho feminino também são encontradas na educação infantil, quando espera-se que as meninas tenham a caligrafia mais bonita, ou o caderno mais organizado do que os meninos (CARVALHO, 2001). Nas relações entre estudantes do curso isso se repete, e evidencia as especificidades da área acadêmica, pois comumente os colegas homens solicitam ajuda nas matérias teóricas, e se colocam a disposição para auxiliar às colegas nas aulas práticas: há a expectativa de êxito feminino nos conhecimentos teóricos, e fracasso no manejo de máquinas e equipamentos pesados.

A relação entre docente e estudantes foi uma questão também abordada pelas entrevistadas, que relataram situações em sala de aula onde o tratamento

diferenciado expõe uma possível relação de amizade e respeito maior entre os professores e os alunos homens, não ocorrendo o mesmo com relação às alunas mulheres. Essa diferenciação de tratamento fica evidente nos momentos em que o docente, geralmente homem, precisa chamar a atenção de determinados grupos que eventualmente “atrapalham” o andamento da aula devido a conversas paralelas à discussão do conteúdo. Segundo os relatos, a tolerância com alunas conversando em sala de aula é menor do que com alunos. E quando é necessária a solicitação de silêncio por parte do professor, o modo de comunicação pode ser muito diferente, dependendo da composição do grupo: se forem alunos homens, a comunicação é feita em forma de pedido de colaboração; se forem alunas mulheres, é em forma de repreensão.

A conversa entre alunas parece ser algo intolerável e isso, segundo a jovem estudante Enedina, pode estar ligado ao senso comum de que “mulher fala demais”. E ela pode estar certa: segundo Carvalho (2001), há discrepâncias na leitura de comportamentos em sala de aula, que podem ser vistos de forma não equivalente pela(o) docente, dependendo do gênero. Um exemplo é a realização da feminilidade silenciosa, que idealiza a mulher na lógica estereotipada de doçura e submissão, despossuída da prerrogativa da fala. Assim, na construção sexista desse estereótipo, mulher que fala, fala demais. A jovem estudante Hermione cita o respeito e talvez, o medo presente na relação entre docentes e alunos homens: trata-se, aqui, de discentes em idade adulta, graduandas(os), o que, em muitos casos, em termos de idade, coloca estudantes e docentes em situação de igualdade, levando à construção de relações que demandam tratamentos de cautela, uma vez que, diferentemente de mulheres, homens repreendidos em público, perante a turma, poderiam revidar com comportamento agressivo.

O tratamento diferenciado implica aqui uma relação de respeito que remete às mazelas das relações de poder que podemos observar na sociedade, e que, conforme nos ajudam a pensar Carvalho (2001), Louro (2012 e 2014), Lins (2016) e Costa, Teixeira; Silva (2011), são reproduzidas no ambiente escolar, gerando desigualdade de gênero também na formação e nas oportunidades encontradas por alunas e alunos do campus.

Acho que se tivesse mais alunas mulheres no curso, seria diferente, porque a gente não teria tanto destaque. Vejo que muitas perguntas vem pra gente, porque o professor corre o olho pela turma e para em nós. Chamou mais a atenção daí ele pergunta. De repente se tivesse mais guria ficaria mais

distribuído isso. E com mais mulheres juntas a gente não ia se intimidar pra se defender. (Hedy, aluna)

Além de comentários depreciativos, piadas machistas e tratamento desigual, a solidão também é capaz de silenciar. Segundo as entrevistadas, dificilmente encontram nos colegas homens alguém que ouça e compreenda as reclamações a respeito das piadas machistas em sala de aula: “se eu falar alguma coisa, vai pensar que é mimimi”, lamenta Kwolek. Na ausência de colegas mulheres, elas não encontram sequer espaço para que essas questões sejam discutidas, e acabam não externando o descontentamento a respeito de comportamentos machistas. O ambiente se mostra, muitas vezes, hostil, intimidador e profundamente silenciador quando o tema aborda qualquer assunto “mais voltado pro social”, pondera Enedina, que gostaria de ver mais valorizadas essas pautas no currículo do curso, especialmente questões de gênero.

Essa é uma experiência que eu, enquanto servidora e pesquisadora, também pude observar, nos momentos em que tive contato direto com estudantes do curso. Durante visitas às salas de aula para convidar as turmas a participarem de eventos do NUGED, ou mesmo na visita feita para convidar as alunas a participarem desta pesquisa, é notória a hostilidade por grande parte dos estudantes. Olhares e comentários seguidos de risadas demonstram certo desprezo pelo tema, comportamento que já ocorreu também com alunas de outros cursos que aplicaram questionários sobre violência doméstica às turmas da engenharia, como parte de um trabalho escolar.

Estas experiências relacionais de gênero nos espaços educativos constituem a construção das subjetividades das(os) estudantes, que modelam (e limitam) a visão e a reflexão sobre a profissão que irão exercer, além de definir as identidades profissionais e os posicionamentos enquanto pessoas inseridas em estruturas hierárquicas, seja no ambiente escolar, ou em qualquer outro espaço na sociedade. E são experiências observadas não apenas na Instituição a qual essa pesquisa se dedica, mas nos espaços educacionais de cursos constituídos social e historicamente como masculinos, independente do grau de graduação.

Moraes e Cruz (2018) observam que espaços educacionais de engenharias são permeadas por estratégias de empoderamento por parte das alunas, como possibilidade de avanço e de transformação e, ao mesmo tempo, pela presença do conservadorismo, que persiste na divisão sexual do trabalho e na dualidade

naturalizante entre essências do masculino e do feminino. O cenário encontrado pelas pesquisadoras é muito parecido com o que encontramos no IFSul campus Sapucaia do Sul:

[...] o sexismo apresenta-se sob a forma de pressão em sala, com ironias e outras atitudes que diminuem as mulheres, no que concerne à apropriação de competências técnico-científicas em um emaranhado relacional discriminatório nas relações docentes-discentes, revelando, também, que docentes, sobre os quais recai a responsabilidade de formação, são sexistas de uma maneira bastante explícita. Os estudantes expressam o sexismo de modo contraditório, ora denunciando a discriminação, mas atribuindo a luta às colegas, ora compactuando com as discriminações e juntando-se aos docentes. (MORAES E CRUZ, 2018, p. 595)

A busca por uma educação emancipatória reflete não só a mudança das relações nos espaços educacionais, mas também uma futura mudança das relações no mundo do trabalho, uma vez que ambos são permeados pelas disputas, conflitos e contradições das relações de poder e de gênero. A construção das subjetividades individuais e coletivas são potentes elementos de transformação social, e o papel institucional que observamos no processo de formação profissional constitui elemento importante nas possibilidades de ressignificações das experiências docentes e discentes e na reflexão acerca de comportamentos conservadores e contra-hegemônicos.

#### **4.2.2 “*Nada afeta, nada toca, são intocáveis!*” Do papel institucional na reverberação da violência de gênero**

Sinto que tem esse peso, que eu preciso fazer muito mais força pra lutar contra essa pressão que tá ali. Ela não é explícita, mas se sente. É uma presença. Eu sinto isso o tempo todo. (Nina, servidora)

As relações de poder e a dimensão de gênero são temas fundamentais para a análise de comportamentos violentos no ambiente de trabalho, uma vez que estão presentes na organização hierárquica e estrutural das instituições e nas relações interpessoais nos ambientes de trabalho (ANDRADE; ASSIS, 2018). As relações sociais, marcadas por relações desiguais de poder que envolvem questões de gênero, de raça, de pertencimento social, de origem geográfica, entre outros atravessamentos, fazem com que predomine uma perspectiva masculina, o que acaba colocando mulheres em situações de maior vulnerabilidade. Conforme nos ajuda a pensar Antunes (1999) as condições e as oportunidades de trabalho

encontradas por homens e mulheres não são as mesmas. O peso e a pressão citadas pela entrevistada fazem referência à desigualdade. A presença constante do preconceito e dos tratamentos desiguais. O poder que se manifesta através de atos sutis e de espaços conquistados, a potência que é presumida nos homens e que, nas mulheres, necessita ser provada e exibida.

Conforme observado na fase de revisão da literatura desta dissertação, Andrade e Assis (2018) concluem que há carência de estudos sobre relações sociais e assédio moral no trabalho que tenham como categorias centrais gênero e raça. O assédio moral é uma das muitas formas de violência que pode ser impulsionada pela desigualdade de gênero, e a maioria das vítimas é feminina (ANDRADE; ASSIS, 2018). As barreiras encontradas pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa são muitas, e uma delas é a não legitimação da liderança:

Eu tenho a impressão de que depois que eu fui pra *chefia*, as coisas ficaram muito, muito nítidas. Vejo que alguns comportamentos são simplesmente relação de poder colocada. [...] A gente sabe que as violências existem sempre, mas na *chefia* isso ficou muito mais nítido e as relações de poder se mostraram muito escancaradamente. (Nina, servidora)

O combo ser *chefe* e ser mulher me colocou numa posição muito mais vulnerável e mais atacada. As violências ficaram mais fortes com a *chefia*. (Nina, servidora)

Acho que a gente fica numa posição mais de evidência. Principalmente se for uma área vista como masculina. É mais difícil. (Meredith, servidora)

Servidoras relatam dificuldades quando assumem cargos de chefia, coordenadorias, ou qualquer função que as coloque em uma posição hierárquica superior aos pares. A análise dos relatos das entrevistadas vai ao encontro das tessituras levantadas na revisão teórica (ANTUNES, 1999; LOURO, 2014; CAMARGO, 2019): as disputas de poder presentes nas relações laborais na Instituição fazem com que as mulheres, mesmo quando em posição hierárquica favorável a elas, sejam vistas como parte excluída dos processos de tomadas de decisões. A elas é relegada a carga de trabalho burocrático que vem com a função, sem a prerrogativa de poder de mando, de poder decisivo e deliberativo, e sem os tratamentos devidos de relações de respeito e admiração, que geralmente acompanham títulos e cargos de chefias quando tomados por homens.

A dificuldade em legitimar a liderança feminina na estrutura organizacional passa pela construção dos papéis de liderança na sociedade, que são fortemente associados ao gênero masculino e aos atributos a ele conferidos (KANAN, 2010;

CERIBELI et al., 2017). Após conquistarem cargos de chefia, as mulheres passam a ser constantemente avaliadas (CERIBELI et al., 2017), e sua capacidade avaliativa, decisória e de liderança frequentemente são alvo de desconfiança.

Fiscalizam o trabalho das mulheres, mas não o dos homens. Não confiam no trabalho das mulheres. (Meredith, servidora)

Eles não enxergam uma mulher num cargo de chefia, como chefe. (Meredith, servidora)

Vejo muito essa coisa de que tem que ter uma mulher em determinado espaço, mas é mais pra preencher os requisitos, pra ficar bonito, do que realmente considerar as opiniões ou por reconhecer competência. (Meredith, servidora)

Mesmo ocupando cargo hierarquicamente superior a outros colegas, algumas servidoras não se sentem pertencentes ao lugar que ocupam, por não considerarem que esforços profissionais, capacitação e eficiência sejam o principal motivo da ascensão. Relatam que não se sentem ouvidas e respeitadas, que suas decisões (e algumas vezes até sua presença) são frequentemente ignoradas e que sentem que são figurativas nos cargos de gestão.

Nos últimos anos as discussões acerca de questões de gênero têm recebido maior atenção. Movimentos sociais como o feminismo e as discussões sobre LGBTfobia colocam em foco as violências de gênero presentes na sociedade e reproduzidas nos mais distintos espaços. O esforço para ter representatividade na gestão gera, em curto prazo, prestígio para as instituições, que constroem uma imagem politicamente correta antes mesmo de colher os frutos da busca por igualdade de gênero, que pode promover melhores e mais substanciais resultados em longo prazo (KANAN, 2010). Este cenário social, aliado ao cenário institucional em que são observados comportamentos desmotivadores e de desvalorização do trabalho das servidoras, cria um ambiente propício para a suspeição acerca dos motivos pelos quais as mulheres chegam a cargos de chefia.

Corroborando para o cenário de desvalorização das servidoras, alguns relatos trazem situações em que há a tentativa de convencimento, por parte de colegas, para que essas mulheres compareçam “bem ajeitadas” a reuniões ou eventos, a fim de que a Instituição tenha boa representação. Ou ainda, relatos em que servidoras são profunda e constantemente objetificadas, criando um ambiente de degradação da condição de mulher, onde o único julgamento possível diz respeito à aparência física, de acordo com julgamentos pessoais dos colegas: “Isso dá a entender que se

eu não for do padrão de beleza deles, eu não vou ser ouvida. Isso é muito ruim. Nos rebaixa a um corpo, um enfeite”, relata, entristecida, Meredith. Esse é um padrão violento de comportamento que se faz presente no ambiente estudado, e que se repete nos mais diversos espaços da sociedade. É baseado no desrespeito e minimização das mulheres a meros objetos, corpos a favor das vontades, caprichos e deleite visual masculinos, dentro de uma lógica patriarcal heteronormativa, e configura uma condição prévia ao assédio sexual, conforme nos lembra Dias (2008).

Assédios sexuais também constituem violências sofridas pelas mulheres que trabalham e estudam no Campus Sapucaia do Sul do IFSul. Fazem parte dos relatos (entrevistas e pesquisa documental) *stalking*<sup>14</sup> e assédio nas redes sociais, comentários de cunho sexual em reuniões, objetificação, cantadas, assédio sexual praticado em frente a um grupo grande de pessoas, causando constrangimento à vítima e a quem assistia. Os assédios ocorrem nos mais diversos níveis de relações, interligando todos os grupos existentes na unidade, envolvendo servidoras(es), estudantes, e trabalhadoras(es) terceirizados. São comportamentos violentos e nocivos que permeiam as relações de gênero, causando medo, constrangimento, e aprofundando a naturalização da cultura de dominação masculina no ambiente estudado. Conforme nos mostra Dias (2008), afetam a autonomia, a autoestima, a saúde mental, a produtividade entre outras dimensões das vidas das vítimas.

Eles se protegem mutuamente, e acredito que se sentem mais fortes juntos.  
(Nina, servidora)

Os homens fazem isso com as mulheres, e acham que tá tudo bem. Se reclamamos, eles dizem que não tem nada a ver. Tá tudo certo. (Nina, servidora)

Eu nem sei o que poderia fazer. Porque parece que isso é tão naturalizado, a ponto de não ter o que fazer: é assim mesmo. (Nina, servidora)

Micro violências e micromachismos, comportamentos sutis e, por serem naturalizados, são de difícil identificação. Servidoras e alunas relatam que nem sempre percebem que estão sofrendo uma violência no momento em que está acontecendo. Muitas vezes, só compreendem que foram vítimas de preconceito e comportamento machista no dia seguinte. Essas violências geralmente não são

---

<sup>14</sup> *Stalking* é um termo em inglês utilizado para descrever a prática de perseguir e observar alguém. É uma forma de violência na qual o sujeito ou sujeitos ativos invadem repetidamente a esfera de privacidade da vítima. *Stalkear* em redes sociais é mais do que simplesmente acompanhar os perfis de alguém nessas redes, é uma perseguição persistente, que pode envolver tentativas de contato, ou não.

informadas à Instituição. Contribuem para o aprofundamento das desigualdades, normalização das violências que emergem da lógica patriarcal e causam sentimento de impotência, que e acabam interferindo na atuação profissional e na vida dessas mulheres.

E até porque a gente é administrativo né, ninguém nos enxerga aqui.  
(Meredith, servidora)

As técnicas estão muito mais expostas, são muito mais propensas a sofrer violência dos colegas do que as docentes. (Lisa, servidora)

Com certeza se fosse com docente, não aconteceria o que acontece comigo  
(Dorothy, servidora)

Outros tipos de discriminação também foram identificados nas falas de algumas participantes. Em especial, duas categorias que se somavam às violências de gênero e que constituem especificidades da Instituição: área de atuação docente e servidoras técnicas administrativas. Alguns relatos foram contundentes em informar que professoras estão mais propensas a sofrer violência de gênero se atuarem em áreas propedêuticas, e não técnicas, assim como também foi citada em mais de uma entrevista a discriminação às servidoras ocupantes de cargos técnicos administrativos.

As relações sociais e disputas permeadas por relações de poder são constituídas por opressões interseccionadas, ou seja, diferentes tipos de opressões e de forças coercitivas entre grupos distintos que se relacionam e convivem em um mesmo ambiente. Conforme Andrade e Assis (2018, p. 2), para compreender como as relações de poder podem influenciar nas relações interpessoais, é preciso considerar “as segregações, as ameaças às posições sociais, os vínculos afetivos, as forças coercitivas, as hierarquias e os status”.

Nesse contexto, diferenças salariais e de tratamento por parte da Instituição podem reforçar as desigualdades e assim tornar o espaço de disputas em um cenário propício para comportamentos discriminatórios e violentos entre trabalhadoras e trabalhadores, inclusive situações de abuso de poder. Nesse contexto, mulheres, LGBTQI, pessoas negras, pessoas com deficiência e outras minorias acabam acumulando opressões às quais são vítimas historicamente. Algumas disputas de status podem ser difíceis de erradicar, porém, o posicionamento e atuação institucional e a estrutura organizacional têm relevância e interferem na percepção coletiva a respeito da Instituição. Esse potencial pode ser

utilizado para desenvolver uma atmosfera psicológica saudável, produtiva e menos violenta.

No caso do IFSul, as diferenças salariais são um fator exógeno, não dependem da Instituição. Esse é um exemplo de uma desigualdade já posta, na qual as decisões institucionais não interferem diretamente. Logo, se a instituição não se posiciona ativamente de forma a minimamente diminuir as relações desiguais de poder, as disputas e as relações conflituosas continuarão ocorrendo de forma a acumular opressões sobre as minorias.

Tais comportamentos violentos e discriminatórios contribuem para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho excludente, permeado de medo e hostilidade, além de nocivo à saúde das trabalhadoras e trabalhadores, uma vez que “quando uma pessoa sofre com a violência em seu ambiente de trabalho, as outras também sentem-se ameaçadas, com medo de que o mesmo aconteça com elas” (ANDRADE; ASSIS, 2018, p. 10).

Eu queria que alguma ação tivesse sido movida contra essa pessoa, mas não queria que a vítima fosse a responsável por fazer isso. Tinha que ser um movimento que protegesse a imagem da vítima, que não a expusesse dessa maneira, o nome, a imagem. Se fosse anônimo, seria mais fácil. Mas pra fazer uma denúncia, pra que ela seja factual, precisa de riqueza de detalhes. E mesmo que eu não colocasse meu nome, o agressor saberia que fui eu que movi a ação, e aí possibilita uma retaliação por parte dele. E eu não estava disposta a pagar esse preço. (Nina, servidora)

É urgente que algo seja feito, porque parece que os homens não sabem conviver com pessoas. Com colegas, com alunas. Eles estão em um lugar que nada afeta, nada toca. São intocáveis. (Nina, servidora)

Das vezes que eu me senti vítima de violência de gênero, foi em ambientes coletivos. Foi como se a pessoa que cometeu a violência se sentisse completamente legitimado. Pelo coletivo, e talvez até pela Instituição, o que é pior ainda. (Nina, servidora)

[...] eu não sou a única que sofre assédio moral, micromachismos, violência de gênero, assédio sexual. Com certeza as gurias estão sofrendo também, e nem percebem. Enquanto isso, os homens estão lá, muito bem, vivendo sua vidinha intocada. (Nina, servidora)

Os principais motivos para não denunciar assédios e outros tipos de violência relatados nas entrevistas são o medo e a falta de confiança nas ações institucionais em casos de violência e discriminação. Algumas vezes o medo da exposição e do estigma de vítima, outras, medo do próprio agressor, pois são situações em que a vítima precisa continuar convivendo diariamente com o agressor no ambiente de trabalho e/ou de formação acadêmica. Essas circunstâncias geram um sentimento

de impotência que é resultado da dificuldade de identificar e de punir violências sutis, como os micromachismos, ou a descrença no sistema institucional.

Nas relações desiguais de poder, a perspectiva masculina acaba preponderando de forma coletiva, criando uma ideia de que as próprias vítimas são culpadas pelo que lhes aconteceu, ou ainda, de que a revolta e o desconforto de quem recebe tratamento discriminatório ou machista são reações exageradas, uma vez que esse tipo de comportamento é naturalizado numa sociedade patriarcal e heteronormativa. Esse cenário, conforme nos traz Lins (2016), está refletido nas opiniões e comportamentos das pessoas, e é observado também no ambiente estudado, interferindo diretamente nos clamores e nos silêncios das mulheres do Campus Sapucaia do Sul.

Alguns relatos trazem experiências de desamparo e de impunidade, com posicionamentos institucionais que colocam “em panos quentes” (nas palavras da servidora Lisa) denúncias de violência de gênero, ou que deixam a responsabilidade de tomar providências inteiramente nas mãos da vítima, já fragilizada perante uma situação de abuso e constrangimento. Nos casos em que a vítima não se sente fortalecida ou encorajada suficientemente para se expor e iniciar um processo administrativo, a Instituição não assume o papel de resguardar a integridade das pessoas que ali trabalham e estudam.

De acordo com Maito et al., (2019), a violência institucional ocorre quando uma instituição se omite no enfrentamento ou provoca a violência. Se não há responsabilidade institucional de impedir que uma violência denunciada ocorra novamente, a impunidade e o desamparo passam a ser o posicionamento institucional. Se há desigualdades estruturais nos mais variados setores da sociedade, e se essas desigualdades refletem no cenário institucional, ocasionando relações violentas e discriminatórias, sem que ocorra, em contrapartida, a implementação de ações concretas na direção da construção de um ambiente igualitário, há a legitimação dos comportamentos violentos, por parte da Instituição.

O problema da violência de gênero em universidades tem sido tema de discussão em diferentes áreas do conhecimento, mas ainda é baixo o número de publicações a respeito, e as instituições de ensino apresentam pouca ou nenhuma experiência no enfrentamento a essas situações. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no Brasil ainda necessita maiores esforços para ser ampla e concretamente implantada. As obrigações pactuadas nos

tratados internacionais da ONU, por exemplo, nem sempre são efetivamente cumpridas, e a resposta institucional à violência contra mulheres pode resultar na prática de violência institucional e revitimização (MAITO et al., 2019). As dificuldades encontradas na Instituição aqui estudada não são exclusivas, mostram apenas que o problema é estrutural e necessita esforços múltiplos, articulados e constantes para que os resultados sejam satisfatórios e perenes.

#### **4.2.3 “*Tu quer realmente continuar com isso?*” Das práticas de (não)enfrentamento à violência de gênero**

Como forma de analisar as relações de gênero no ambiente estudado, e com o intuito de atendermos ao segundo objetivo específico da pesquisa, que diz respeito ao mapeamento do fluxo de denúncias no Campus Sapucaia do Sul do IFSul, utilizamos os dados produzidos através das entrevistas, da análise documental e da observação para reconhecer quais setores, departamentos e profissionais estão envolvidas(os) nestes procedimentos. O reconhecimento das práticas, das ações, dos percalços e das iniciativas encontradas na estrutura do campus, nos possibilita fazer conjecturas acerca das possibilidades e das carências que a comunidade acadêmica encontra nos processos de acolhimento.

É diferente dos alunos, que procuram a coordenação pedagógica ou a psicóloga. Eles sabem onde tem que ir. Pras servidoras, não tem um lugar. É com as colegas. [...] falam, desabafam o que acontece, e é assim, a gente vai ‘no amor’. Não tem um regramento do que fazer. (Meredith, servidora)

Não existe um espaço exclusivo para atendimento a mulheres vítimas de violência na unidade, embora alguns setores estejam historicamente vinculados a atendimentos de ocorrências específicas, incluindo as que envolvem violências. Há coordenadorias/setores que são comumente envolvidos nos casos de violência de gênero, conforme identificado no transcorrer da análise documental e das entrevistas. As coordenadorias envolvidas no acolhimento às vítimas de violência de gênero, quando discentes, são a Coordenadoria de Assistência Estudantil, a Coordenadoria Pedagógica (juntamente com o Departamento de Ensino) e o Setor de Saúde, especificamente a Psicologia.

Situações de violência que apresentem servidoras como vítimas são, conforme observado na pesquisa de campo, geralmente tratadas pela gestão

(direção geral, direção adjunta e chefias de departamento). Os espaços de escuta das servidoras se mostraram ainda mais escassos do que no caso das alunas. As servidoras entrevistadas demonstraram incerteza e desamparo quando perguntadas sobre qual setor procurariam em caso de sofrerem alguma violência.

O que se observa nas falas das entrevistadas, é que as vítimas não procuram um setor ou coordenadoria especificamente. Em regra, essas mulheres buscam relatar o ocorrido para pessoas, e não para setores. Assim, acabam procurando por alguma colega ou amiga mais próxima, alguém com quem tenha intimidade, ou que inspire confiança, para que, depois dessa primeira conversa, busque (ou não) a Instituição, formalmente. O mesmo ocorre com alunas: em alguns casos, essa pessoa atua em algum dos setores envolvidos nos processos. Em outros, não.

A análise documental, as entrevistas e as observações permitiram o reconhecimento da estrutura funcional e das práticas reproduzidas por esses setores, principalmente no que se refere ao acolhimento às vítimas de violência de gênero quando discentes.

A Coordenadoria de Assistência Estudantil tem o objetivo de atender pessoas em situação de vulnerabilidade social. Entre os casos atendidos, precisa estar preparada para acolher estudantes vítimas de violência de gênero. O setor não atende servidoras(es), mas tem iniciado aproximação a algumas funcionárias terceirizadas do campus, envolvidas com as atividades de limpeza e asseio, principalmente. A maior parte dos casos de violência contra mulheres que chegam a este setor são de ocorrências de fora do campus, geralmente casos graves de violência doméstica.

O acompanhamento de discentes que recebem o auxílio estudantil é uma das formas de identificar casos em que estejam ocorrendo violência, e é utilizado como uma ferramenta para possibilitar uma aproximação às vítimas. Mensalmente é observada a frequência das alunas e alunos que recebem o auxílio. Quem apresenta baixa frequência é convocada(o) para uma reunião na Coordenadoria de Assistência Estudantil, e nessas ocasiões, muitas vezes, são identificadas situações de violência doméstica.

A Coordenadoria de Assistência Estudantil possui um protocolo de atendimento, mas é aplicado apenas no âmbito do setor, embora a atuação seja intersetorial e, quando necessário, envolva outras coordenadorias do campus. O atendimento segue os pressupostos do Serviço Social, e trabalha em conjunto com

equipamentos diversos e transdisciplinares, como psiquiatria, psicologia, defesa jurídica, grupos de apoio, etc. As Instituições que mais trabalham conjuntamente com o serviço social do campus são o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, centros de referência de atendimento à mulher, que fazem parte da estrutura de cada município. Como o IFSul Campus Sapucaia do Sul possui discentes de diferentes municípios, nos casos em que há necessidade de envolvimento destes centros, é sempre contatado o município de residência da vítima.

Outro setor diretamente envolvido com as ocorrências que envolvem discentes é a Coordenadoria Pedagógica. Este setor, ligado ao Departamento de Ensino, tem sua atuação pautada na “melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, com vistas a assegurar a permanência e o êxito do estudante” (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, 2017, p.10).

A atuação da Coordenadoria Pedagógica no que se refere à violência de gênero está ligada aos registros pedagógicos e aos atendimentos a discentes que procuram a coordenadoria, ou que são encaminhados por docentes e outras(os) servidoras(es). A conduta em casos de denúncias de violências não segue protocolo ou qualquer outro documento que normatize as ações. Há um padrão de atendimento, em que as pessoas que trabalham no setor atuam de livre acordo. A decisão a respeito de qual a punição, qual o procedimento em casos de ocorrência, é tomada após análise da gravidade do ocorrido e do histórico de registros anteriores. São consultados, além de registros recorrentes, frequência e notas das(os) discentes envolvidas(os), e, quando necessário, a chefia de ensino é chamada a participar da análise da situação, e então há a aplicação das ações pedagógicas, quando for o caso.

O atendimento psicológico, também citado como sendo diretamente ligado ao atendimento nos casos de violência, atua de forma individualizada, no formato de atendimento psicoterapêutico. É um modo de acolhimento focado na escuta, que fortalece as vítimas, tratando possíveis processos depressivos e outras questões que acabam interferindo no desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico das vítimas de violência de gênero. O serviço de psicologia do campus é um canal aberto à comunidade acadêmica, atendendo tanto servidoras(es) como alunas(os), sem distinção dos motivos da procura. A maior parte dos atendimentos ocorre por

demanda direta, sem indicação de outras coordenadorias, mas há casos em que outros setores acabam encaminhando alunas(os) para atendimento.

O maior obstáculo identificado durante as entrevistas é que a procura por acompanhamento psicológico ainda é vista como um tabu, em que, muitas vezes, apesar da necessidade e da disposição do atendimento, há relutância, por parte da comunidade. Essa barreira é intensificada pelas relações laborais entre servidoras e servidores do Campus, o que acaba inibindo a procura do setor por parte das servidoras que estejam sofrendo violência no local de trabalho, uma vez que a psicóloga é, antes de tudo, uma colega de trabalho.

A Coordenadoria de Apoio Acadêmico também foi citada nas entrevistas como sendo um local de fácil acesso à comunidade discente do Campus, uma vez que atua diariamente junto às turmas, o que acaba contribuindo para uma relação próxima junto às alunas e alunos. Porém o setor é mais procurado para questões que envolvem pequenos acidentes (como por exemplo os que ocorrem em aulas de educação física) ou para resolver questões relativas a estrutura e uso de materiais em sala de aula, assumindo assim um papel de disponibilidade, devido à proximidade diária, porém não participando diretamente das ações institucionais de combate à violência de gênero.

Uma das entrevistadas relata que houve a possibilidade da criação de um setor de triagem, composto por profissionais da psicologia, pedagogia e assistência social, que faria o primeiro atendimento às pessoas que procurassem alguma dessas áreas, para que, assim, fosse possível um encaminhamento à área melhor indicada. Porém, após algumas discussões, essa possibilidade foi descartada, pois concluiu-se que essa ação poderia aumentar ainda mais a distância entre quem precisa de atendimento e a Instituição. Considerando que em casos de violência a vítima comumente procura pessoas de sua confiança para conversar, uma triagem não qualificada poderia significar a criação de barreiras, e não de aproximação.

Falta, de fato, uma política institucional, pra pensar qual o papel da Instituição, no enfrentamento à violência contra a mulher. (Izabel, servidora).

Tentamos resolver internamente, conversar, chamar a outra pessoa pra conversar. (Meredith, servidora).

Na visão das entrevistadas, uma política institucional voltada à atuação em casos de violência de gênero contribuiria positivamente na qualidade do trabalho que é feito pelas coordenadorias envolvidas nessas ocorrências. Mesmo que essas

profissionais se preocupem em atuar de forma intersetorial, é fato que cada abordagem está ligada às percepções pessoais de cada servidora ou servidor lotada(o) nesses setores, e que as ocorrências serão tratadas de acordo com um viés pessoalizado de quem está atendendo a vítima. Em um contexto em que a gestão muda a cada quatro anos, essa atuação também permanece articulada com a visão de cada gestora ou gestor, não contando com uma política institucional para orientar posicionamentos e linhas de atuação. Esse contexto fragiliza o processo de luta contra a violência de gênero na Instituição, comprometendo a formação integral, um dos princípios norteadores dos Institutos Federais.

Em um cenário carente regramento e política institucional consolidada, com os casos sendo tratados de acordo com a visão da(o) profissional que atender à denúncia, é possível que interfiram julgamentos pessoais, como a naturalização da violência, a culpabilização da vítima, entre outras questões morais e religiosas que compreendem “achismos” que, na visão de uma servidora entrevistada, também são uma forma de violência. O acolhimento e a orientação das vítimas de violência de gênero devem dar sequência a uma política de debate, reconhecimento e escuta.

Acho que temos que pensar na perspectiva de que qualquer espaço aqui deveria ser esse espaço de acolhimento. Não do atendimento sistemático, não do acompanhamento, mas do acolhimento sim. (Izabel, servidora)

O acolhimento é aperfeiçoado pelo conhecimento técnico e ciência dos caminhos institucionais de quem escuta um relato de violência. Mas para além do conhecimento técnico, para que o atendimento seja acolhedor, é necessário identificar e reconhecer uma situação de violência. É necessária disposição a acolher, a colaborar e a demonstrar apoio, de forma a fortalecer a vítima para que possa dar os próximos passos, e então procurar o caminho para que providências técnicas sejam tomadas. Nesse sentido, as servidoras procuram formação independentemente, uma vez que as entrevistadas não receberam ou não se recordam de ter recebido formação, por parte da Instituição, a respeito de atendimento de casos de violência de gênero.

O que me incomoda muito é o seguinte: a mulher relata alguma coisa, aí ouve: ‘olha, vamos ter que abrir um processo administrativo, ele vai sofrer um processo, pode ser que não dê em nada, vai pra ouvidoria, vai pra não sei onde, etc... tu quer realmente continuar com isso? (Meredith, servidora)

Essa carência de formação de servidoras e servidores, atrelada a ausência de política institucional e ao tratamento individualizado não estrutural das

desigualdades de gênero, culmina em um profundo desencorajamento à denúncia. O movimento de buscar a Instituição após ter sido vítima de uma violência acaba sendo visto como uma revitimização, onde novamente a mulher será exposta a situações dolorosas e constrangedoras. De acordo com a entrevistada citada, esse posicionamento desencorajador muitas vezes parte inclusive de pessoas envolvidas no recebimento de denúncias, o que podemos considerar, desde já, uma revitimização.

O NUGED é citado como uma peça fundamental no movimento de informação e de debate sobre o tema na Instituição, e é lembrado como a iniciativa mais relevante, e talvez a única, que trata diretamente questões de gênero no IFSul. Apesar de significativo o papel desempenhado, há limitações na atuação do núcleo, pois o mesmo propicia espaços de debate importantes na identificação de violências, mas não atua diretamente no tratamento a denúncias de violência.

A atuação do núcleo contribuiu para a construção de um ambiente mais diverso no campus, na visão das servidoras e alunas entrevistadas. O processo de mudança de cultura é lento e contínuo, pois além de depender de um movimento de reflexão e quebra de paradigmas, no caso específico da unidade em questão, há a variação de sujeitos que compõem o espaço, uma vez que novas(os) discentes chegam e formandas(os) saem da Instituição, a cada semestre.

Apesar de ter um papel importante no tensionamento à mudança de cultura no campus, no sentido de identificar comportamentos machistas e preconceituosos e fortalecer as mulheres que sofrem essas violências, o NUGED também encontra limitações devido à ausência de uma política institucional consolidada. Não há, por exemplo, regramento quanto à utilização de linguagem inclusiva nos documentos e na comunicação social do IFSul, e, embora a comunidade, por vezes, cobre do núcleo que seja feito um trabalho local de mudança de hábitos na escrita, pouco pode ser feito por um núcleo que atue em apenas uma unidade das 14 que compõem a Instituição.

Outro fato que merece atenção, é que o NUGED, como já citado anteriormente, não é um núcleo que faz parte, obrigatoriamente, da estrutura das unidades da Instituição. Conforme o Regimento Geral, Art. 157:

§ 6º Os seguintes Núcleos estarão presentes na estrutura dos Câmpus e Reitoria do IFSul:

- a) Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE): responsável em desenvolver as ações de apoio aos estudantes e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica;
- b) Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI): responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações étnico-raciais; e
- c) Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI): responsável pela implementação e monitoramento do Sistema de Gestão Ambiental. (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, 2014, p. 75).

O NUGED aparece juntamente com outros núcleos, que, de acordo com o documento:

§ 7º Além de outros que vierem a ser criados para atender especificidades, os seguintes Núcleos quando presentes nas estruturas dos Câmpus e da Reitoria do IFSul, terão um único Regulamento Próprio, aprovado para cada Núcleo pelo Conselho Superior:

- a) Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI): responsável por desenvolver ações referentes à temática das relações internacionais – cooperação e intercâmbio;
- b) Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED): responsável por desenvolver as ações de promoção dos direitos da mulher e da livre orientação sexual, lutando contra a discriminação de gênero e a homofobia nos Câmpus e Reitoria;
- c) Núcleo de Cultura (N-Cult): responsável pelo incentivo e promoção de ações e políticas culturais no âmbito dos Câmpus e Reitoria; e
- d) Núcleo de Economia Solidária (NESOL): responsável por desenvolver as ações de ensino, pesquisa e extensão para a construção da economia solidária, incluindo a incubação de empreendimentos. (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, 2014, p. 75).

Observamos que os núcleos dedicados às ações de inclusão, como no caso do NAPNE e do NEABI, estão na lista de núcleos que farão parte da estrutura das unidades da Instituição, e, separadamente destes, o NUGED está no grupo de núcleos que poderão fazer parte desta estrutura. Essa diferenciação de tratamento dos núcleos corrobora com as entrevistas e com a pesquisa documental feita com os registros pedagógicos, que já nos dão pistas de que as questões de gênero não estão no centro das ações institucionais de inclusão e de ações perante comportamentos violentos.

Não foi possível determinar, através da análise documental e das entrevistas, qual o motivo da diferenciação de tratamento destinado aos núcleos que se dedicam à inclusão e ao enfrentamento de discriminações diversas na Instituição. A Instituição possui, desde 2019, uma Política de Inclusão e Acessibilidade, que, apesar de ter entre seus objetivos “discutir, pesquisar e promover práticas educativas sobre as diversidades de gênero e sexual, com enfrentamento do sexismo, homofobia e todas as variantes de preconceitos e discriminação” (INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, 2019, p. ?), é um documento

inteiramente pautado na orientação às ações referentes ao acesso e à inclusão de pessoas com deficiência, não estabelecendo a conduta institucional perante desigualdades e violências de gênero e sexual em seus contextos.

Apesar de haver respaldo ético, moral e legal para uma política de inclusão, de acessibilidade e de enfrentamento às violências de gênero como parte da construção do caráter inclusivo da Instituição, as questões de gênero permanecem sendo tratadas como secundárias. Diversidade sexual e de gênero permeiam os documentos organizacionais e orientativos como algo que deve estar presente, por razões estéticas ou politicamente corretas, porém sem serem tratadas com a profundidade que necessitam. A violência de gênero é, de certo modo, negada, silenciada, relegada aos interditos, e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de práticas de enfrentamento é delegada aos campi, onde servidoras(es) atuam de acordo com seus princípios pessoais, morais e éticos.

Acho que há algum tempo atrás a gente não dava tanta importância pra essas coisas. Acontecia e diziam 'ah, deixa que se entendam'. E hoje não, é dada mais atenção, só que a gente não sabe o que fazer, não tem experiência e conhecimento pra isso, e no fim acaba ficando meio que como um exagero. Aí, de novo fica parecendo que foi feito alguma coisa só pra constar que foi feito alguma coisa. Não que seja uma coisa que se importe mesmo. (Meredith, servidora)

É importante ressaltar que as entrevistas e os registros pedagógicos nos dão um ponto de vista local, relativo à unidade estudada, especificamente as práticas observadas no Campus Sapucaia do Sul. Enquanto que o Regimento Geral é um documento mais amplo, que diz respeito ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, e disciplina a organização e o funcionamento em âmbito institucional. Assim, de acordo com os dados produzidos nesta pesquisa, podemos dizer que há carência de iniciativas institucionais que indiquem o compromisso com o enfrentamento à desigualdade de gênero, e que as ações de combate à violência contra mulheres são pontuais, são práticas individualizadas, e não levam em consideração características comportamentais coletivas e desigualdades estruturais presentes na sociedade patriarcal, machista e LGBTfóbica.

Outra questão importante que deve ser abordada nas práticas de enfrentamento à violência de gênero são os atores envolvidos, quem são as pessoas diretamente ocupadas em pensar e em pôr em prática essas ações, e como elas não só influenciam no estabelecimento de procedimentos administrativos, como

também estão sendo influenciadas pessoal e profissionalmente em seus fazeres diários.

Já recebi denúncia de violência de gênero, e não me senti preparada pra isso. Nem eu, nem a Instituição. (Meredith, servidora)

Durante a denúncia a pessoa me pergunta 'tá e o que vai acontecer?'. Eu também não sei dizer o que vai acontecer. (Meredith, servidora)

Observamos que a maioria das pessoas envolvidas na implementação de ações de combate à violência de gênero e que atendem diretamente os casos denunciados, principalmente quando envolvendo discentes, são mulheres. Essa representatividade é um ponto forte, uma vez que o fato de haverem mulheres na escuta de outras mulheres pode ser uma característica encorajadora e que proporcione maior facilidade na identificação de possíveis situações de violência. Porém, nesse contexto de ausência de política institucional e de tratamento individualizado das ocorrências, essas servidoras acabam sendo responsabilizadas por um posicionamento e pelo desenvolvimento e adoção de práticas que deveriam ser, antes de tudo, determinadas institucionalmente.

Assim, identificamos um cenário onde mulheres são responsabilizadas individualmente pela administração de situações que as atingem enquanto mulheres, muitas vezes causando sofrimentos e angústias durante esses fazeres profissionais, que não são previstos pela Instituição e que, portanto, não estão presentes nas ações de formação e capacitação profissional. Essas servidoras acabam atuando em uma lógica de “apagar incêndios”, sempre agindo de acordo com o que consideram adequado para cada situação, não sendo amparadas por uma política institucional que as prepare e que as dê condições de atuarem de forma efetiva, sem prejuízos para si ou para as vítimas de violência.

As iniciativas individuais dessas servidoras na busca por formação e capacitação e nos reconhecidos esforços por proporcionar uma escuta atenta, empática e efetiva contribuem para o enfrentamento às violências, e fazem diferença na vivência de quem busca a Instituição através delas, uma vez que diminui as possibilidades de uma revitimização. Porém esses esforços individuais, além de não serem suficientes, ainda responsabilizam essas mulheres pela conduta institucional, o que não constitui uma política sólida de combate às desigualdades de gênero e impede o desenvolvimento das práticas e das estratégias adotadas nessa área.

As práticas observadas no Campus Sapucaia do Sul nos levam a vislumbrar uma conduta institucional onde cada situação de violência de gênero é tratada individualmente, na lógica do “cada caso é um caso”, quando, mesmo que produzida por indivíduos diferentes, opera sobre uma mesma lógica de violência estruturada na sociedade. A ausência de política institucional consolidada e a fragilidade das ações de enfrentamento às violências de gênero encontradas nos dão pistas do caráter de tabu que é atribuído a essas violências: assédios e constrangimentos machistas são silenciados, ocultados, e, como preteridos, não reconhecidos como comportamentos presentes no ambiente estudado. Assumem proporções em todas as instâncias sociais, porém são interditos nos discursos e nos fazeres institucionais.

### **4.3 Tensionando práticas, (re)pensando caminhos**

Buscando iniciar o diálogo a respeito da possibilidade da construção coletiva de um protocolo de atendimento, um conjunto de diretrizes, ou de um código de conduta institucional, que balize e incentive as ações de enfrentamento às violências de gênero e conduza a Instituição ao desenvolvimento de um ambiente menos desigual e ativamente comprometido com a transformação da sociedade, entramos em contato com uma servidora lotada no DEPEI, departamento que atua diretamente com os núcleos de apoio e inclusão: NUGED, NAPNE e NEABI.

A partir da entrevista, a primeira iniciativa tomada como necessária e posta como próxima ação do departamento, foi a busca por tornar o NUGED um núcleo compulsório em todas as unidades do IFSul. Aqui é importante ressaltar que para que isso ocorra, é necessária a alteração do Regimento Geral, o que demanda um processo de redação, análise e aprovação do CONSUP, um processo democrático e participativo na Instituição, e que pode levar algum tempo até ser efetivamente implementado.

A segunda necessidade, e talvez a principal contribuição dessa pesquisa para a Instituição, é a construção coletiva das diretrizes/protocolo, um primeiro movimento para a implementação de uma política institucional que instrua a atuação de seus agentes no sentido de tratar a violência de gênero como uma especificidade central nas relações estabelecidas nos espaços e contextos institucionais. O movimento proposto para o DEPEI foi a busca pelo estabelecimento de um diálogo plural,

incluindo os NUGEDs e todas as áreas envolvidas na escuta, no recebimento de denúncias de violência de gênero e nas ações de combate às violências e às desigualdades de gênero.

No momento da conclusão desta dissertação, o Regulamento do NUGED passa por uma revisão, que está provocando profundas alterações no documento. Assim como a alteração do Regimento, a atualização do regulamento de um núcleo também passa pelo processo de análise e aprovação do CONSUP, e, nesse caso, implica também na necessidade de alteração de outros documentos, como a OD, por exemplo, onde está contido o regulamento.

A revisão do regulamento do núcleo está sendo feita por representantes dos campi e reitoria, com o acompanhamento da DEPEI. Durante uma das reuniões que pautavam a revisão do documento, lançamos a ideia de construção coletiva de um conjunto de diretrizes para o enfrentamento das desigualdades e violências de gênero, como forma da implementação de uma política institucional voltada ao combate à violência de gênero nos espaços e contextos institucionais.

A proposta partiu dos resultados desta pesquisa, e de acordo com as necessidades e especificidades observadas aqui. Assim, a construção das diretrizes deve ser fruto de um trabalho coletivo, que envolva, além dos NUGEDs, outras áreas e setores que atuem diretamente na escuta, no acolhimento e nos procedimentos relativos a denúncias de violência de gênero. Alguns desses espaços já existem na estrutura na Instituição, mesmo que não tenham em suas definições e competências a descrição das práticas e das nuances do tratamento a situações de violência, pois são reconhecidos pela comunidade escolar/acadêmica como destinos possíveis nessas situações, conforme já observado na pesquisa de campo. A proposta apresentada foi acolhida pelas pessoas presentes na reunião, e deve estar dentre as pautas a serem tratadas tão logo o regulamento esteja pronto.

A possibilidade de criação de novos espaços ou alteração da estrutura institucional também é assunto que carece de discussão, e deverá ser pauta durante a construção das diretrizes e protocolo. Conforme observado na pesquisa, nem todos os segmentos possuem áreas reconhecidas como destinos possíveis em situações de violência: discentes costumam ser atendidos pela Coordenadoria Pedagógica ou a Coordenadoria de Assistência Estudantil, ou ainda procurar o atendimento psicológico. Porém, servidoras da unidade demonstraram perceber o

atendimento institucional como um espectro nebuloso quando se sentem vítimas de discriminação e violência, não sabendo a quem recorrer.

Há instituições de ensino que já possuem políticas atuantes de combate às violências de gênero, e certamente podemos aprender com essas experiências. Uma delas é a do Campus de Ribeirão Preto da USP – Universidade de São Paulo. Nessa Universidade pública, foi criada a Comissão para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto (CAV - Mulheres USP/RP) e, com o trabalho dessa comissão, foram criadas as diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência ou discriminação de gênero ou orientação sexual, além de cartilhas, material de formação e um portal no site da Instituição, para relatos e denúncias.

O diferencial do portal é que são apresentadas duas possibilidades de fazer o relato: a primeira é uma denúncia oficial, identificada, que será apreciada pela comissão que tomará as providências cabíveis, perante apuração, processo administrativo e atendimento pessoal, quando solicitado. A segunda possibilidade é o relato anônimo, opção onde a apuração se torna mais difícil pela possível falta de indícios, porém, conforme avisa o site, o relato anônimo será “utilizado para compor dados sobre violência contra mulheres e gêneros, servindo ao planejamento e implantação de medidas de educação, sensibilização e prevenção” (USP, 2020).

As discriminações e violências acontecem em diferentes níveis, e das mais diversas formas possíveis, muitas vezes sutis e naturalizadas, outras, extremamente agressivas. Nem todas essas violências farão as vítimas procurarem a Instituição, e nem todas elas deixarão provas, indícios e testemunhas. Os motivos do silêncio das vítimas são também diversos, principalmente em um ambiente com relações de poder e de hierarquia. Nesse contexto vemos a completa desinformação a respeito de como se desenvolvem as relações de gênero, quais violências estão ocorrendo, onde, quais grupos as estão reproduzindo, quais grupos as estão sofrendo. A possibilidade de um espaço para relatos anônimos pode ser uma fonte rica de informações que, conforme utilizadas pela USP, instruem estratégias e medidas de enfrentamento às violências de gênero. É um exemplo de ação possível, respeitando as especificidades do IFSul.

A proposta decorrente dessa pesquisa que, além de normatizar condutas em casos de denúncias, as diretrizes devem colocar as relações de gênero e as violências originadas das relações desiguais de poder em um status de centralidade

nas leituras e nos apontamentos dos registros acadêmicos e das políticas estruturais em cada unidade. A identificação de comportamentos arraigados de discriminação e violência sutis passa pelo olhar atento às questões de gênero nas experiências inter-relacionais cotidianas no ambiente escolar e de trabalho, e esse olhar requer a priorização na interferência institucional nas desigualdades de gênero presentes nos seus contextos, como forma de enfrentamento dessas violências e transformação da realidade social. Desse modo, a Instituição deve não só agir perante os casos denunciados, mas também manter uma atuação permanente de reconhecimento das condições em que se dão as relações de gênero em seus contextos, e por isso o exemplo de um canal aberto para relatos anônimos também pode ser uma ideia produtiva.

A formação e a capacitação profissional das(os) servidoras(es), além do preparo e fortalecimento pessoais e subjetivos para a escuta e acolhimento das vítimas também são uma necessidade encontrada no transcorrer dessa pesquisa. São ações que devem estar presentes na definição das políticas institucionais de enfrentamento à violência de gênero, e devem ser entendidas como necessárias e precedentes à consolidação dessas políticas.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT exige como requisito para a defesa do trabalho de conclusão de curso, além do relatório de pesquisa em forma de dissertação, um produto educacional, de aplicabilidade imediata (PROFEPT, 2018). Essa seção apresenta uma breve exposição a respeito do que consiste um produto educacional e qual o propósito dessa exigência no programa de mestrado, além de discutir os processos de planejamento, desenvolvimento, aplicação e validação do produto educacional. O vídeo está disponível na plataforma *Youtube*, para acesso livre.

Para assistir ao vídeo, acesse: <https://youtu.be/ke8JLZe-Pjc>

O ProfEPT é pertencente a área de Ensino e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A área de Ensino é multidisciplinar, e busca articular conhecimentos acadêmicos gerados em educação e ensino para o desenvolvimento e aplicação de produtos, materiais, processos educativos e tecnologias educacionais e sociais. É uma forma de promover a aplicação prática da pesquisa, pois o produto deve ter validade diante de um contexto de ensino e aprendizagem, e deve ser construído em benefício da sociedade e da comunidade acadêmica (JUCÁ, 2020).

São exemplos de produtos educacionais uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, um podcast, além de livros, manuais, cartilhas, entre outros. O que todos estes formatos têm em comum é que, enquanto produtos educacionais, resultam da pesquisa, e são parte de um processo de reflexão das vivências cotidianas nos contextos educacionais. Por perpassar o conceito de simplesmente facilitar o processo de ensino e aprendizado, devem ir além, promover a reflexão e estimular a ressignificação dos conhecimentos e das experiências docentes e discentes (SILVA; SOUZA, 2018; KAPLÚN, 2003).

[...] um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apóia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e

enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes, etc. (KAPLÚN, 2003, p. 46).

O caráter inovador e desafiador do produto educacional reside na necessidade de reconhecer as demandas e os desafios da sociedade atual, e, na educação profissional e tecnológica pautada na formação integral, pilares dos Institutos Federais, essas demandas contemplam uma educação abrangente, que objetive a formação de profissionais críticos, cidadãos e cidadãos reflexivos e capazes de atuar com responsabilidade profissional humanizada.

### **5.1 Desafios e redirecionamentos**

O projeto de pesquisa apresentava como objetivo a construção de um produto educacional em formato de protocolo de recebimento de denúncias de violência de gênero, para ser implementado às ações do IFSul Campus Sapucaia do Sul. Porém, durante o desenvolvimento da pesquisa, constatamos que essa, na verdade, é uma necessidade que deve ser atendida como parte constituinte de uma política institucional mais ampla, que defina a conduta institucional no enfrentamento às desigualdades e violências de gênero em seus contextos.

A conduta institucional é definida através de diretrizes, protocolos, práticas e outros processos de prevenção, acolhimento e encaminhamentos que devem ser oficiais e públicos. No caso do IFSul, uma instituição multicampi, entendemos que essa política deve ser abrangente de forma a definir a atuação em todas as unidades (campi e reitoria), sem ignorar as especificidades curriculares e regionais de cada unidade. Ou seja, o protocolo não pôde ser desenvolvido como produto educacional parte desta pesquisa, uma vez que a investigação contemplou apenas um campus dos 14 componentes da Instituição.

Além disso, por ser elemento importante de uma política institucional, acreditamos que o protocolo deva ser fruto de uma construção coletiva e plural, que envolva a participação de todas as unidades do IFSul, membros do NUGED, profissionais envolvidas(os) nos fazeres diários que envolvem escuta, ações pedagógicas, de atendimento psicológico, de gestão, entre outras presentes na estrutura da Instituição, podendo inclusive envolver a participação de organizações e representações estudantis. Assim, o processo de desenvolvimento de um produto

educacional não contempla a amplitude necessária à construção dessa ferramenta, e constatamos que seria incoerente a implementação de um protocolo tão importante em uma única unidade do IF Sul, sem que a comunidade interessada pudesse contribuir amplamente no processo, e sem que houvesse uma política institucional que garantisse não só a aplicação do protocolo, como também de outras práticas e procedimentos complementares.

O protocolo, então, não é o produto educacional, porém é um encaminhamento que se dá como decorrência dessa pesquisa. Juntamente com a elaboração de um conjunto de diretrizes, o protocolo foi apresentado como uma proposta de construção coletiva, e deverá contemplar as necessidades e especificidades da educação profissional e tecnológica, conforme já relatado na seção 4.3. O formato escolhido para o produto foi um vídeo, que será descrito nas próximas seções.

Para além deste movimento de repensar o produto, também houve outros desafios pessoais e técnicos. O processo de planejar e produzir um vídeo foi uma provocação nova na trajetória de vida da pesquisadora. A elaboração do roteiro, a busca pelas imagens que davam mais sentido ao conteúdo e a gravação da narração demandaram tempo e disposição de aprendizagem, além de disposição para superar anseios e inseguranças pessoais. Ao final do processo, o produto educacional cumpriu seu papel de proporcionar experiências positivas no processo de aprendizagem da mestranda.

## **5.2 A escolha do vídeo como ferramenta democrática na promoção das discussões sobre violências de gênero**

As mídias desempenham um papel importante nas formas de expressão humanas, possibilitam a articulação de conceitos com emoções ao passar uma informação adiante, e são utilizadas massivamente, principalmente entre jovens. Assim, o processo de escolha do formato para este produto educacional passou por etapas parecidas ao processo de Oliveira (2020, p.4), que também optou pelo formato de vídeo para seu produto educacional:

Foi pensado uma mídia enquanto produto educacional, primeiramente por não envolver a utilização de papel, impressões, tinta. Mas principalmente

pela abrangência e acessibilidade, se compartilharmos um vídeo em uma rede de internet, ele tem alcance universal. Sendo “armazenado” virtualmente, não depende de espaço físico.

Desse modo, pensamos em desenvolver um produto que pudesse dialogar com as mulheres que compõem a comunidade do Campus Sapucaia do Sul de forma direta, e que tivesse fácil circulação, atingindo assim espaços e sujeitos que normalmente não são acessados pelas pesquisas acadêmicas. A produção de um vídeo para ser divulgado em redes sociais, em eventos, e outros espaços atende à necessidade de conteúdos digitais no processo de promoção de discussões acerca das questões de gênero. Além de fácil circulação, a mídia pode apresentar imagens e sons que são capazes de evocar conceitos necessários à discussão (BRENNER; CARRANO, 2017), atende aos princípios de acessibilidade, pois une som e imagem, podendo conter legendas e transcrições, além de não necessitar impressões físicas e atender, inclusive, o momento atual de distanciamento social, onde os espaços físicos da Instituição não estão sendo utilizados como antes devido à pandemia do Novo Coronavírus.

### **5.3 Planejamento e desenvolvimento do produto**

O conteúdo e o roteiro foram desenvolvidos de forma a comunicar como as desigualdades de gênero estão presentes na Instituição, auxiliando no processo de identificação de violências, desde as mais sutis até as mais graves, assim como incentivar as mulheres a dialogar entre si e a buscar auxílio institucional através de relatos e denúncias. Esse movimento também estimula a reivindicação, por parte da comunidade acadêmica local, por uma conduta ativa da Instituição, através da responsabilização pelas ações de prevenção às violências de gênero.

O vídeo possui caráter pedagógico, uma vez que convida a pensar sobre as especificidades com as quais as violências de gênero se fazem presentes dentro dos contextos do Instituto Federal Sul-rio-grandense, e convoca para uma reflexão acerca das formas de produção e reprodução de violências contra mulheres de acordo com a contextualização das relações nestes espaços. O Quadro 9 apresenta o roteiro, elaborado a partir da construção do texto para narração, onde procuramos expor os achados da investigação referentes às desigualdades e violências identificadas na pesquisa documental, entrevistas e observação. Após a construção

do texto, a seleção de vídeos e fotos do Campus Sapucaia do Sul e de figuras, fotos e vídeos encontrados em bancos de imagens livres de *royalties* ocorreu de forma a ilustrar o conteúdo da narração, na tentativa de fazer uma articulação entre som e imagem, facilitando, assim, o processo de apropriação e aprendizagem do conteúdo. No mesmo sentido ocorreu a escolha da trilha, onde buscamos selecionar uma música que tanto acompanhasse o conteúdo apresentado quanto se ajustasse ao ritmo de narração.

Quadro 9: Roteiro do produto educacional

<b>Vídeo</b>	<b>Lettering</b>	<b>Áudio narração</b>	<b>Trilha</b>
Imagem de mulher escrevendo no quadro	Você sabe o que é violência de gênero?	Você sabe o que é violência de gênero?	<i>Aw- kward Mystery alt</i>
Cenas de pessoas andando na rua, de forma anônoma, pois só aparecem os pés.		A violência de gênero é um reflexo direto da sociedade patriarcal, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres.	
Apresentação de várias imagens que aparecem pequenas, de todos os lados. São imagens que representam as diferentes representações de gêneros e opressões sofridas.		A cultura machista e heteronormativa, disseminada muitas vezes de forma implícita e sutil, objetifica nossos corpos e desumaniza nossas existências	
Cena de uma TV <i>vintage</i> , com cenas do que parece ser um filme antigo, onde uma mulher lamenta.	Violência psicológica Violência física Violência moral Violência sexual e violência patrimonial	Isso acaba legitimando diversos tipos de violência contra mulheres, entre os quais: violência psicológica, violência física, violência moral, violência sexual e violência patrimonial. Todas agravadas por marcadores socioeconômicos e de raça ou etnia	
Imagem de uma mulher,	<b>2018</b>	No Brasil, os números nos mostram um cenário desolador:	

remetendo aos sentimentos de medo e dor.	<p>Mais de quatro mil homicídios dolosos de mulheres.</p> <p>Mais de 180 estupros por dia.</p> <p><i>(apaga o anterior e aparece o próximo)</i></p> <p><b>2019</b></p> <p>90% das mulheres foram assediadas sexualmente pelo celular e redes sociais.</p> <p>Quase metade das mulheres sofreu assédio sexual no ambiente de trabalho.</p>	<p>- Em 2018, uma mulher foi assassinada a cada duas horas;</p> <p>- No mesmo ano foram contabilizados mais de 180 estupros por dia. 82% das vítimas eram do sexo feminino. 54% tinham até 13 anos;</p> <p>- Em 2019, a cada dez mulheres, nove foram assediadas sexualmente pelo celular e redes sociais.</p> <p>- Quase metade das mulheres já sofreu assédio sexual no ambiente de trabalho. Oito em cada dez consideram a certeza da impunidade e o medo de exposição como as principais barreiras para a denúncia.</p>	
Cena acelerada, entrando no campus, corredor coberto.		E você sabia que essas desigualdades e violências também entram na nossa Instituição?	
Foto da fachada do Campus.		As relações desiguais de poder não ficam só do lado de fora dos muros do IFSul Campus Sapucaia do Sul.	
Apresentação de fotos dos diversos espaços do Campus, como laboratórios e salas de aula.		As desigualdades também se fazem presentes nos mais diversos espaços e contextos da Instituição, e as relações de poder se adaptam de acordo com as especificidades dos nossos relacionamentos e vivências acadêmicas, laborais, culturais e até de lazer	
Cena de uma jovem no laboratório de informática, seguida por um vídeo de uma furadeira.		<p>Por exemplo:</p> <p>A divisão sexual do trabalho, é refletida nos diferentes percentuais de alunos e alunas dos cursos voltados às áreas tecnológicas;</p>	
Cena de mulheres trabalhando em um escritório ou biblioteca.		na não legitimação das lideranças femininas no ambiente de trabalho;	
Foto do auditório lotado, com pessoas de		nos eventos que não contam com mulheres palestrantes.	

costas.			
Cena de estudantes juntos no saguão.		A cultura do estupro, é refletida nos assédios sexuais;	
Cena de sala de aula e de estudantes ao computador.		nas intimidações e piadas misóginas ouvidas em salas de aula e ambientes virtuais;	
Cena de um rapaz rindo ao celular.		nas exposições conhecidas como <i>slut-shaming</i> nos grupos de whatsapp das turmas.	
Cena de uma mulher trabalhando ao computador, utilizando máscara.		A idealização patriarcal da feminilidade silenciosa e submissa, é refletida na desqualificação intelectual;	
Estudantes conversando em mesas.		no descrédito às ideias das mulheres;	
Imagem de um cartaz sobre violência e silenciamento.		no silenciamento das mulheres.	
Imagens aéreas do Campus.		Os Institutos Federais atuam de forma direta com a educação, a ciência, a tecnologia e o mundo do trabalho. São áreas social e historicamente vistas como sendo masculinas. Isso cria um ambiente propício para a produção e reprodução de violências de gênero contra mulheres.	
Imagens de ações de inclusão realizadas no Campus.		O IFSul é responsável pela adoção de práticas de combate à violência de gênero e pela implementação de uma conduta institucional de enfrentamento às desigualdades.	
Cena de alguém escrevendo em um quadro branco, seguida de foto da frente do Campus.		Contemplar as discussões de gênero e diversidade sexual no currículo e enfrentar as desigualdades e violências presentes em seus contextos são condutas imprescindíveis para que o IFSul garanta uma formação integral de qualidade.	
Foto do mu-		E o Núcleo de Gênero e Diversi-	

ral do NUGED, durante o encontro de NUGEDs.		dade - NUGED é um espaço estratégico para a promoção dessas discussões.	
Foto de sala de aula e de quadra de esportes.		Você está sofrendo alguma dessas violências? Conhece alguém que esteja em uma situação parecida?	
Cena andando da recepção pelo corredor do bloco administrativo, acelerado.		Converse com alguém que você confie. Uma amiga, uma colega, uma professora. Procure os setores de apoio e atendimento do campus. Relate. Denuncie.	
Cena de pessoas andando, visão dos próprios pés.		Ou... será que você contribui ou já contribuiu para a reprodução dessas violências?	
Imagens aéreas do Campus.		Pense bem. E vamos juntas e juntos construir uma instituição mais inclusiva, justa, diversa e feliz.	
Imagem aérea do Campus, com a silhueta de uma mulher com um megafone.	DIREITOS HUMANOS: TODA MULHER TEM DIREITO A UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA  A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NÃO PODE SER SILENCIADA	Direitos humanos: toda mulher tem direito a uma vida sem violência. A violência de gênero não pode ser silenciada.	
Fundo branco	Esse vídeo é um <b>Produto Educacional</b> , decorrente da Dissertação intitulada " <i>RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: Mapeamento das violências sofridas por mulheres no Campus Sapucaia do Sul do IFSu</i> ", apresentada ao <b>Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT</b> , em dezembro de 2020.  Mestranda: Gislaine Saueresig Orientação: Prof. Dra. Daniela Medeiros de Azevedo Prates		
Fundo branco	Fontes:		

co	<p>Lei 11.340/2006 - Maria da Penha</p> <p>thinkeva.com.br</p> <p><a href="https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/">https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/</a></p> <p><a href="https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020">https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020</a></p>		
Fundo branco	<p>Roteiro, conteúdo e narração: Gislaine Saueressig</p> <p>Edição: Larissa da Mota da Rosa</p> <p>Imagens: Coordenadoria de Comunicação Social do Campus Sapucaia do Sul e Pixabay.com</p> <p>Trilha de fundo: <i>Awkward Mystery alt</i> (tribeofnoise.com)</p>		
Fundo branco	Logo do IFSul e do ProfEPT		

Fonte: elaboração própria

O roteiro completo foi enviado para uma ex-aluna do IFSul Campus Sapucaia do Sul, que possui conhecimento técnico acerca de utilização de aplicativos e programas de edição de vídeo, juntamente com todas as imagens selecionadas e a música de fundo. Após a montagem e edição, o produto passou por algumas adequações necessárias, e então foi avaliado em questionário.

#### 5.4 Validação do produto educacional

O produto foi apresentado às participantes da pesquisa e ao NUGED Sapucaia do Sul. Todas e todos puderam assistir ao vídeo e responder a um questionário de avaliação do produto, conforme Apêndice III. O questionário foi disponibilizado pela plataforma *Google Forms*, que possibilita a coleta de respostas de forma anônima, e disponibiliza os resultados agrupados.

Poucas pessoas responderam ao questionário. As respostas foram positivas, o que nos dá pistas de que, do ponto de vista das respondentes, o produto é de fácil compreensão, contribui para a reflexão e informa sobre a responsabilidade da

Instituição, ajuda a identificar as violências, atende aos preceitos éticos e contribui para o enfrentamento às desigualdades de gênero. Todos esses pontos foram abordados no questionário, e tiveram 100% de concordância.

O único ponto que não teve total concordância foi o referente à contribuição do produto para que as vítimas de violência de gênero se sintam acolhidas pela Instituição. O que é compreensível, uma vez que o vídeo não é, em si, produto de política institucional, e sim produto de uma pesquisa acadêmica. Uma vez que o acolhimento deve partir da Instituição, as ações, como comunicação e práticas de enfrentamento, devem também partir dela.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs a problematização das relações de gênero na Educação Profissional Tecnológica, discutindo o sexismo e a violência contra mulheres, presente nas mais diversas dinâmicas sociais. Desenvolvemos essa problematização no sentido de articular o conceito de formação integral a que se propõem os Institutos Federais, aos estudos de gênero, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de espaços de formação menos desiguais e mais acolhedores para alunas e trabalhadoras.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar as discussões sobre Educação Profissional e Tecnológica, tampouco sobre relações de gênero e violência contra a mulher. O sexismo, os assédios, as fobias e os preconceitos relacionados a gênero e sexualidade estão presentes nas relações entre sujeitos nas mais diversas tramas sociais e, por entendermos que sexualidade e gênero fazem parte das nossas vivências enquanto seres humanos íntegros, completos, essas questões também se fazem presentes em sala de aula, de modo que não há formação integral sem esforços pela igualdade de gênero.

Algumas violências são visivelmente reconhecidas, outras, passam despercebidas nas tramas das relações sociais, devido à histórica naturalização da hegemonia branca, masculina e heteronormativa a que estamos submetidas(os). A Educação Profissional e Tecnológica tem uma conexão direta com o mundo do trabalho e com o uso de tecnologias e, por ser um ambiente educacional que abrange áreas de conhecimento técnico, comumente relacionadas ao “mundo masculino”, constitui um ambiente propício à produção e reprodução de comportamentos violentos com meninas e mulheres. Esses comportamentos prejudicam o desempenho escolar e desencorajam o investimento profissional nessas áreas, por parte das alunas, e não preparam cidadãos e cidadãs para a atuação profissional pautada no pensamento crítico e democrático, pilares da educação integrada.

A análise de documentos organizacionais da Instituição nos possibilitou observar, na estrutura das diretrizes orientativas, a ausência de um olhar que coloque questões de gênero na centralidade da educação integral, e a carência de diretrizes que norteiem a conduta de enfrentamento às violências de gênero e às desigualdades nos campi e reitoria. Essa análise se repetiu ao nos voltarmos para

documentos, entrevistas e observações específicas do Campus Sapucaia do Sul. As práticas identificadas nos casos de ocorrências e denúncias de violência de gênero refletem a falta de centralidade, tratam cada caso de forma individualizada, na lógica de “cada caso, um caso”, não preveem o olhar atento às ocorrências e às especificidades das relações, que são imbricadas de questões de gênero e sexualidade, de modo a identificar comportamentos preconceituosos e violentos.

A conduta institucional tendo a gestão da violência na escola dentro de uma lógica de “cada caso, um caso” acaba por não reconhecer que as situações de violência, mesmo quando visibilizadas em casos individuais, operam mediante concepções histórica, social e culturalmente produzidas nas diferentes e desiguais relações de poder entre homens e mulheres. É nesta perspectiva que defendemos a importância da Instituição atuar em consonância com uma política clara, intersetorial, que envolva sujeitos, espaços, núcleos e outros agentes, a fim de reconhecer e operar contra estas formas de violência que, conforme viemos argumentando, não podem ser tomadas na perspectiva individualizada de que “cada caso é um caso”.

Tanto no âmbito institucional quanto no âmbito do campus Sapucaia do Sul, as violências de gênero são silenciadas, destinadas a um discurso ilustrativo e tratadas de maneira superficial nos documentos organizacionais e orientativos. As ações de enfrentamento e a conduta perante situações de violência de gênero não são objeto de política institucional, acabando por serem tratadas de maneira secundária, individualizada, e de acordo com princípios individuais dos agentes atuantes em cada unidade da Instituição. O tratamento secundário e superficial dispensado às questões de gênero dos documentos orientativos, a não legitimação da liderança feminina em posições de chefia relatada nas entrevistas, assim como o comportamento desencorajador e muitas vezes machista de docentes no tratamento às alunas criam um ambiente propício para que as mulheres realmente sintam que, se estão nessas posições de mando, é por mera questão estética. Os relatos convergem para um único sentimento: há a “permissão” para que ocupem determinados espaços, mas desde que não influenciem no papel preeminente decisório, historicamente destinado os homens. O sentimento externado pelas participantes de que as ações de combate a violência de gênero são por mera formalidade, juntamente ao descrédito no sistema que desencoraja as denúncias, também são reflexos da falta de solidez do posicionamento anti desigualdades de gênero da Instituição, e da fragilidade das ações e condutas de enfrentamento às

violências, que são performáticas e não pactuam um processo amplo, efetivo e de longo prazo.

A ausência de uma política institucional de enfrentamento à violência de gênero acaba por reproduzir essas violências de forma institucional, onde toda a comunidade acaba por sentir os reflexos da censura e do silenciamento a respeito da temática de gênero e sexualidade. A transformação do tema em tabu inibe a identificação dos comportamentos violentos, impede que as vítimas sejam acolhidas e amparadas e dificulta a atuação de profissionais envolvidas(os) nas práticas de escuta e nos procedimentos pedagógicos e administrativos, responsabilizando individualmente pela conduta institucional, principalmente mulheres.

Dentre os comportamentos discriminatórios e violentos identificados durante a pesquisa sobressaem-se comportamentos que revelam barreiras no reconhecimento a lideranças femininas, desqualificação intelectual e ofensas em forma de piadas, estas principalmente vindas de docentes em salas de aula. Assédios sexuais e comentários com apelo sexual agressivo e indesejado também ocorrem no ambiente estudado, incluindo uso de redes sociais e eventos diversos, todos considerados contextos institucionais. Além destes, outros preconceitos e tratamentos discriminatórios são transpostos e acumulam violências nas experiências das mulheres que estudam e trabalham na Instituição, como racismo, LGBTfobia, discriminação por área de atuação ou cargo ocupado profissionalmente. Todos são comportamentos presentes nas tramas dos relacionamentos entre os gêneros na sociedade, produzidos e reproduzidos no ambiente educacional e de trabalho, e que vemos aprofundados e adaptados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e sua estreita relação com educação, trabalho e tecnologia.

Como contribuição à Instituição, essa pesquisa deixa a proposta, já encaminhada perante departamento responsável e representantes do NUGED, de construção coletiva de conjunto de diretrizes de enfrentamento à violência e à desigualdade de gênero e protocolo de acolhimento às vítimas, como iniciativa de implementação de uma política institucional que balize a conduta perante tais ocorrências, definindo o compromisso do Instituto Federal Sul-rio-grandense em atuar com responsabilidade e como elemento de transformação social através da educação cidadã dos sujeitos que o compõem. Esta proposta é feita no sentido de uma contribuição para a Instituição tratar a questão de gênero como central nas relações humanas, construindo novas maneiras de enfrentar a violência contra as

mulheres, compreendendo, de forma crítica, os caminhos e estruturas institucionais já existentes e buscando criar novos.

Consideramos que os objetivos delimitados foram importantes para respondermos ao problema de pesquisa. Os instrumentos utilizados se mostraram suficientes para a proposta da dissertação, mesmo após percalços encontrados no decorrer do tempo de pesquisa terem nos levado a adequarmos os procedimentos metodológicos ao contexto pandêmico e de distanciamento social. Embora o produto proposto no projeto de pesquisa, o protocolo de atendimento às vítimas de violência de gênero, tenha sido readequado, foi encaminhado aos setores responsáveis como uma proposta, e deve ser construído coletivamente.

Com a necessidade de redirecionamento do produto educacional, vimos na possibilidade de produzir um vídeo informativo a oportunidade de promover a discussão sobre violências de gênero e desigualdades identificadas na pesquisa, bem como de estimular o diálogo e a denúncia dessas violências à Instituição. Participantes da pesquisa e membros do NUGED puderam assistir ao vídeo e responder a um questionário de avaliação.

Ademais, limites e possibilidades de novas pesquisas ficaram evidenciadas no decorrer da análise. Há grupos que não fizeram parte desta pesquisa, e que também estão presentes na comunidade acadêmica da Instituição, como as trabalhadoras terceirizadas, que atuam diariamente no Campus Sapucaia do Sul e que também mantém relações interpessoais com todos os outros segmentos e grupos da unidade.

A comunidade LGBTQI, apesar de ter sido citada na pesquisa e de também ser beneficiada por iniciativas e ações de enfrentamento à violência de gênero, não foi o foco da dissertação. A maioria das entrevistadas é heterossexual e branca, todas são mulheres cisgênero, e certamente as contribuições seriam diferentes se a composição do grupo também o fosse. Na pesquisa acadêmica é necessário delimitar a temática e o corpus de análise, e isso restringe o alcance das escutas e das observações. Aqui, delimitamos a pesquisa a ouvir mulheres que estudam e trabalham no local debruçando-nos na análise da violência de gênero contra mulheres. A pesquisa, assim como a pesquisadora, possuem limitações, e por isso ressaltamos a necessidade de que outras pesquisas sejam desenvolvidas, na unidade aqui estudada e em outras, afim de também observar e escutar estes outros grupos citados, considerando gênero, orientação sexual, raça, etnia e classe social.

Esperamos que este trabalho seja ponto de partida para novos e mais profundos questionamentos, e que possamos colaborar com a transformação coletiva da Educação Profissional e Tecnológica, dos Institutos Federais e da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 303-333, 2018.
- ANDREOLA, Balduino Antonio. Paulo freire e a condição da mulher. **Roteiro**, v. 41, n. 3, p. 609-628, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AYARZA, Susana. **Mulheres e o mercado de trabalho: os desafios da igualdade**. Think with Google. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/mulheres-e-o-mercado-de-trabalho-os-desafios-da-igualdade/> Mar. 2018. Acesso em: 26 mai. 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, 1994.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BRASIL, Ana Paula. **Gênero e Sexualidade na Escola: Da educação legal à educação real**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.973**, de 1º de Agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de Junho de 1994. Diário Oficial da União. 2 Ago 1996.
- \_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: Documento Base. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal n. 11.892**, de 27 de dez. De 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, Brasília, DF, dez 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)
- \_\_\_\_\_. Tribunal Superior Eleitoral. **Série inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal n. 13.104**, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei

no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm) Acesso em 21 Jan. 2019.

CALLEJO GALLEGO, Javier. Observación, entrevista y grupo de discusión: el silencio de tres prácticas de investigación. **Revista española de salud pública**, v. 76, p. 409-422, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara**. Brasília, 2019. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>

CAMARGO, Orson. **A mulher e o mercado de trabalho; Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/a-mulher-mercado-trabalho.htm>>. Acesso em 26 de maio de 2019.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; BRENNER, Ana Karina. A escuta de jovens em filmes de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 439-454, abr./jun. 2017.

CARRIAS, Eleazar Venancio. **Relações de gênero, Subjetividade e Construção/Constituição de identidade: Um caso na Educação Profissional e Tecnológica**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CARVALHO, Nivaldo Moreira. **Ensino Médio Integrado, Representações de Gênero e Perspectivas Profissionais: Um estudo com jovens dos cursos de agropecuária e agroindústria em Guanambi – BA**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CERIBELI, Harrison Bachion; DE SOUZA ROCHA, Guilherme Barcellos; PEREIRA, Mariana Rosendo. Mulheres em cargos de chefia: desafios e percepções. **Diálogo**, n. 36, p. 09-24, 2017.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; PASSOS, Elizete Silva. (Org.) **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: **Boitempo**, 2016.

DE CARVALHO NETO, Antonio Moreira; TANURE, Betania; ANDRADE, Juliana. EXECUTIVAS: CARREIRA, MATERNIDADE, AMORES E PRECONCEITOS. **RAE-eletrônica**, v. 9, n. 1, 2010.

DE OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena; DO AMARAL, Giana Lange. Representações da educação feminina em imagens: trabalhos manuais na Primeira República. **Dimensões**, n. 34, p. 380-403, 2015.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 57, p. 11-23, 2008.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS – FNDE. **Mulheres na Engenharia**. 2017. Disponível em: <http://fne.org.br/index.php/todas-as-noticias/4049-mulheres-na-engenharia>. Acesso em 19 Out. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Elefante: São Paulo, 2017.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2018.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. **Revista Brasileira de educação**, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação profissional no segundo grau: em busca do horizonte da “educação” politécnica. Rio de Janeiro: Fiocruz; **Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio**, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: Avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, vol. 32, núm. 116, Julho-Setembro, 2011, pp. 619-638: Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil.

FURIOSA. O que são as ondas do feminismo?. **QG Feminista**, 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

GIACOMINI, Sandra Adelina. **Processos de produção de masculinidades e feminilidades juvenis**: articulação com violências. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GODOI, Christiane Kleinübing; MASTELLA, Adriano Silveira; UCHÔA, Antônio Giovanni Figliuolo. Integração metodológica entre grupo de discussão e análise sociológica do discurso: um caso exemplificador sobre o discurso feminino acerca do consumo da beleza. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 24, n. 1, p. 30-60, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. Mai/Jun. 1995.

GRESCHEN, Fernanda. **Educação, Trabalho e Mulheres**: A Inserção Feminina em Cursos de Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Joinville. 2017. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville – Univille, Joinville, 2017.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a

necessidade de diretrizes específicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, p. 763-782, 2013.

HAGUETTE, André. HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 75, n. 179-80-81, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica n.38. 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)> Acesso em 21 Jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. IFSul. **Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação, aprovada pela Resolução CONSUP 90/2012**. Pelotas, 2012. Disponível em: <<http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/item/113-organizacao-didatica>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. Conselho Superior. **Regimento Geral, aprovado pela Resolução CONSUP 98/2014, dezembro de 2014**. Regimento Geral. Pelotas, 2014. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. IFSul. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Pelotas, 2015. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/115-estatuto-do-ifsul>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. Conselho Superior. **Resolução CONSUP 35/2016, aprova o Regulamento do uso do nome social no IFSul**. Pelotas, 2016. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/68-conselho-superior-resolucoes-2016>>. Acesso em: 14 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. Conselho Superior. **Regimento Interno do Câmpus Sapucaia do Sul, aprovado pela Resolução CONSUP 38/2017, alterado pela Resolução CONSUP 56/2019**. Regimento Interno. Sapucaia do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. IFSul. **Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul**. Pelotas, 2019. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/acoes-inclusivas/documentos-acoes-inclusivas/item/1099-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-do-ifsul>>. Acesso em: 28 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. IFSul. **Campus Sapucaia do Sul**. Sapucaia do Sul, 2020. Disponível em: <<http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/nucleos/nuged>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

JUCÁ, Sandro César Silveira. O que é um produto educacional do ProfEPT? Entrevista ao canal Bora Aprender. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FIJtLYGmLxk> Acesso em 08 nov. 2020. 1:33:36.

KANAN, Lilia Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 53, p. 243-257, 2010.

- KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, n. 27, p. 46-60, 2003.
- LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.
- LOPES, Sabrina F. P. **Relações de gênero e sexismo na Educação Profissional e Tecnológica: as escolhas das alunas dos cursos técnicos do CEFET-MG**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, CEFET-MG, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-posições, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priori, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 443 a 481.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- LUCATELLI, Nathally Gomes. **Aprendendo a ser mulher no ensino médio: um estudo de caso sobre relações de gênero em uma escola do sul de Minas Gerais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2018.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U, 2012.
- MACHADO, Maria Lucia Büher. Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 97-114, 2012.
- MARAFON, Giovana; SOUZA, Marina Castro e. **Como o discurso da “Ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola?** In PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Democrática: antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 75-88.
- MEINERZ, Carla Beatriz. Grupos de Discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 2, p. 485-504, 2011.
- MAITO, Deíse Camargo; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; SEVERI, Fabiana Cristina; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180653, 2019.
- MARIA VAI COM AS OUTRAS: #8: A Culpa Não é Sua. [Locução de]: Branca Vianna. [S.l.]: Rádio Piauí, 06 mai. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/maria-vai-com-as-outras-8-culpa-nao-e-sua/> Acesso em: 26 mai. 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORAES, Adriana Zomer de. **Relações de gênero e a formação de engenheiras e engenheiros**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.

MORAES, Adriana Zomer De; CRUZ, Tânia Mara. Estudantes de engenharia: entre o empoderamento e o binarismo de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 572-598, 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**. Brasília (?), 2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em 19 jan. 2019.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NUNES, Paula. **Um ato de poder: narrativas de mulheres da química sobre suas experiências**. 2017. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

O GLOBO. **Justiça determina que Bolsonaro pague indenização a Maria do Rosário em até 15 dias**. Brasília, 2019. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-que-bolsonaro-pague-indenizacao-maria-do-rosario-em-ate-15-dias-23689618>. Acesso em 26 mai. 2019.

OGIDO, Rosalina; SCHOR, Néia. A jovem mãe e o mercado de trabalho. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 1044-1055, 2012.

OLIVEIRA, Gabriela Freire. **Imagens narrativas de “Mulher” produzidas por sujeitos praticantes do Currículo do IFES**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

Oliveira, Ruti Angela Barbosa. **Narrativas dos sujeitos do PROEJA do curso secretariado do Campus Venâncio Aires**. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT). 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575431>. Último acesso em 06 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da ONU sobre a eliminação da violência contra a mulher**. Artigo 1 da Resolução 484 da Assembleia Geral da ONU. Genebra: ONU; 1993.

PROFEPT. Instituto Federal do Espírito Santo. **Regulamento**. Vitória, 2018. Disponível em <https://profep.ifes.edu.br/regulamentoprofep/16413-regulamento13julho>. Acesso em 08 nov. 2020

QUADROS, Ailse de Cássia. **A Trajetória e Desafios das Alunas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2017.

QUEIROZ, Felipe. FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). Educação Democrática: **Antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte , v.24 , n.2 , p. 229-246 , mai-ago, 2015.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias**, v. 8, 2008.

- REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: Histórias de professoras transexuais e travestis da educação brasileira**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SANTOS, Elza Ferreira. **Gênero, Educação Profissional e Subjetivação: Discursos e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- SANTOS, Maria Cecília Pereira dos. O estudo do universo escolar através da voz dos jovens: o grupo de discussão. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 22, n. 1, p. 89-103, 2009.
- SARAIVA, Karla; VARGAS, Juliana Ribeiro. Os perigos da Escola sem Partido. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, p. 68-84, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: **Ministério da Saúde/FIOCRUZ**, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, 2007.
- SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 561-572, 2011.
- SENADO FEDERAL. **Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo**. Brasília, 2018. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em 19 jan. 2019.
- SENADO FEDERAL. Congresso não é omissivo sobre criminalização da homofobia, afirma Davi Alcolumbre. Brasília, 2019. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2019/06/congresso-nao-e-omisso-sobre-criminalizacao-da-homofobia-afirma-davi-alcolumbre>. Acesso em 01 jul. 2019.
- SILVA, Aline Severo da. **Mulheres na EJA/EPT (PROEJA): uma aproximação a partir das histórias de vida**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-graduação em Educação em Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Sul-rio-grandense, Charqueadas, 2020.
- SILVA, Caetana J. R. (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008. Comentários e Reflexões**. Natal: IFRN, 2009.
- SILVA, Keila Crystyna Brito e; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **MEPE: Metodologia para elaboração de produto educacional**. 2018. Produto educacional (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2018.
- SOARES, Elza. Maria da Vila Matilde. São Paulo: Circus; Natura Musical: 2015. (3min44).

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. **História oral**, n. 4, p. 85-101, 2001.

USP. Universidade de São Paulo. Prefeitura do Campus USP de Ribeirão Preto. **Comissão para apurar violência contra mulheres e gêneros** – CAV-Mulheres USP-RP. 2020. Disponível em <<https://www.prefeiturarp.usp.br/cav-mulheres/>> Acesso em 07 NOV. 2020.

VARGAS, Juliana; SARAIVA, Karla. Feminismos e redes sociais: (in) ações e (im) possibilidades de jovens de periferia urbana. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 3, p. 1188-1209, 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. **Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres**, 2015. Disponível em [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br) Acesso em 19 jan. 2019.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. 241-260, 2006.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 35 a 82.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Fundo para Igualdade de Gênero/Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 2002.



## APÊNDICE I

### Termo de consentimento para maiores de 18 anos

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, intitulada "Relações de gênero na educação profissional tecnológica: Mapeamento das violências sofridas por mulheres no Campus Sapucaia do Sul" orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Daniela Medeiros de Azevedo Prates (danielaprates@charqueadas.ifsul.edu.br 051 9-9172-5541) e desenvolvida pela discente Gislaine Gabriele Saueressig (gislainesaueressig@sapucaia.ifsul.edu.br, 051 9-9900-1556); sob respaldo técnico do parecer consubstanciado número 3.633.743 do Conselho de Ética em Pesquisa Inscrito na Plataforma Brasil. Assume como objetivo mapear as violências de gênero contra mulheres que possam estar ocorrendo no Campus Sapucaia do Sul, e, caso ocorram, compreender quais são essas violências, e como acontecem. A partir deste mapeamento, poderá ser elaborado um produto que facilite a denúncia, o acolhimento das vítimas e que assegure um desfecho condizente com o conceito de educação integral, por parte da Instituição.

Para alcance de objetivos, o referido projeto fará uso de conversas com grupos de discussão e entrevistas individuais. Os dados obtidos serão confidenciais, preservando o anonimato. Ressalta-se que os dados produzidos pela pesquisa serão utilizados unicamente para os propósitos da pesquisa e meios de divulgação científica e educacional (feiras de iniciação científica, congressos, anais, revistas, etc.).

Ressalta-se que a sua participação propiciará benefícios para a Instituição escolar, no sentido de contribuir com a construção de um ambiente mais saudável e seguro para todas as pessoas que frequentam o Campus sapucaia do Sul do IFSul. Não há maiores riscos na participação neste projeto, e qualquer constrangimento, no sentido de rememoração de experiências, será acompanhado pela pesquisadora, sendo ga-

rantida a possibilidade de desistência da participação no estudo em qualquer momento.

Eu, \_\_\_\_\_ recebi as informações sobre os objetivos e interesses desta pesquisa de maneira clara e dou meu consentimento a participação na pesquisa.

Declaro que também fui informada(o):

- Minha participação é totalmente voluntária, logo posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso traga implicações a minha pessoa e afins.
- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento sobre os assuntos relacionados a esta pesquisa.
- De minha garantia de não haver identificações futuras, os resultados só serão expressados em razão circunstâncias de fins científicos e afins.
- Implicações do projeto, métodos e afins; destacando a possibilidade de em casos de dúvida, livre contato junto às pesquisadoras.
- Declaro por fim, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra visa com o grupo pesquisador.

---

Participante

---

Entrevistadora

## APÊNDICE II

### Estrutura das entrevistas

#### Entrevista com as servidoras do Campus Sapucaia do Sul

Data: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

1. Apresentação da pesquisa
2. O que você pensa/como vê o posicionamento da Instituição perante essas violências?
3. Você já recebeu uma denúncia ou reclamação de ocorrência de violência de gênero dentro do Campus?
4. Se sim, quais foram as ações/atitudes tomadas pelo seu setor, coordenadoria ou departamento?
5. Você sentiu alguma dificuldade em atender esse tipo específico de ocorrência? Qual? Como acredita que poderia melhorar sua atuação perante essas situações?
6. Você saberia descrever, em etapas, o fluxo de uma denúncia de violência de gênero?
7. Há um cronograma de ações para esse tipo de ocorrência? É possível verificar o trâmite de uma denúncia?
8. Você já sofreu, ou conhece alguém que tenha sofrido, alguma violência de gênero dentro do Campus IFSul Sapucaia do Sul?
9. Se sofreu, procurou alguém para relatar? Fez alguma denúncia?
10. Se fez, quais os desdobramentos da sua reclamação? Se não fez, qual o motivo do silêncio?
11. Como você se sentiu após o ocorrido, e no que essa violência interferiu na sua vida?
12. Como você se sentiu com o atendimento que recebeu durante a denúncia? O que gostaria que tivesse sido diferente?

## Entrevista com alunas do Campus Sapucaia do Sul

Data: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

1. Apresentação da pesquisa
2. Pra você, o que é uma violência de gênero?
3. Você já sofreu, ou conhece alguém que tenha sofrido, alguma violência de gênero dentro do Campus IFSul Sapucaia do Sul?
4. Se sofreu, procurou alguém para relatar? Fez alguma denúncia?
5. Se fez, quais os desdobramentos da sua reclamação? Se não fez, qual o motivo do silêncio?
6. Como você se sentiu após o ocorrido, e no que essa violência interferiu na sua vida?
7. Como você se sentiu com o atendimento que recebeu durante a denúncia? O que gostaria que tivesse sido diferente?

**APÊNDICE III****Questionário de avaliação do produto educacional*****Da perspectiva das(os) respondentes:***

Participante Aluna       Participante Servidora       NUGED

1 – O produto apresentado contribui para que as vítimas de violência de gênero se sintam acolhidas pela Instituição.

discordo totalmente       discordo parcialmente  
 concordo parcialmente       concordo totalmente

2 – O produto apresentado contribui para que alunas e servidoras saibam identificar as violências de gênero que ocorrem na Instituição.

discordo totalmente       discordo parcialmente  
 concordo parcialmente       concordo totalmente

3 – O produto é de fácil compreensão.

discordo totalmente       discordo parcialmente  
 concordo parcialmente       concordo totalmente

4 – O produto atende preceitos éticos no debate acerca das desigualdades e violências de gênero.

discordo totalmente       discordo parcialmente  
 concordo parcialmente       concordo totalmente

5 – O produto contribui para a promoção da discussão sobre violências de gênero, e informa sobre a responsabilidade da Instituição.

discordo totalmente       discordo parcialmente  
 concordo parcialmente       concordo totalmente

6 – O produto contribui para o enfrentamento às desigualdades de gênero na Instituição.

discordo totalmente       discordo parcialmente  
 concordo parcialmente       concordo totalmente

7 – Quer deixar alguma observação?

---

---

---